cadernos PENSES

FÓRUM INCLUSÃO E DIVERSIDADE

CASA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

UNICAMP

Fórum Pensamento Estratégico PENSES GR - UNICAMP

FÓRUM INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Belo Horizonte
Fevereiro / 2017

Universidade Estadual de Campinas

Reitor
José Tadeu Jorge

Coordenador Geral da Universidade
Alvaro Penteado Crosta

Fórum Pensamento Estratégico

Coordenador
Julio Cesar Hadler Neto

Coordenadora Adjunta
Adriana Nunes Ferreira

Denise Tukaça
Guilherme Gorgulho Braz
Luciane Politi Lotti
Maria Luisa Fernandes Custódio
Beatriz Alencar (estagiária)
Gabrielle Albiero (estagiária)
Luane Casagrande (estagiária)

cadernos PENSES

FÓRUM INCLUSÃO E DIVERSIDADE

CASA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

UNICAMP

Fórum Pensamento Estratégico PENSES GR - UNICAMP

Fórum Inclusão e diversidade
Copyright 2017 Instituto Casa da Educação Física

Instituto Casa da Educação Física
Rua Bernardo Guimarães, 2765 - Santo Agostinho
CEP 30140-085 - Belo Horizonte - MG
Tel.: (31) 3275-1243 - www.casaef.org.br

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer, sem autorização por escrito dos editores.

Impresso em Belo Horizonte, MG - Brasil
Coordenação: Julio Cesar Hadler Neto
Coordenação adjunta: Adriana Nunes Ferreira
Edição: Guilherme Gorgulho
Assistente de edição: Luane Casagrande (estagiária)
Revisão: Grazia Maria Quagliara
Projeto gráfico: Ana Basaglia | Uniqua

ISBN: 978-85-98612-45-4

Ficha Catalográfica

F745 Fórum inclusão e diversidade / coordenação de Julio Cesar Hadler Neto e Adriana Nunes Ferreira. - Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física, 2017.

128p. (Cadernos PENSES)

1. Universidade pública - Inclusão e diversidade - Brasil
2. Cotas e ações afirmativas em universidade pública. I. Hadler Neto, Julio César . II. Ferreira Adriana Nunes.

CDD: 378.0981
CDU: 378.096(81)

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte – CRB/6-1047

MENSAGEM DO REITOR

UMA DAS formas pelas quais a universidade pública pode cumprir seu dever de retribuir o investimento que recebe da sociedade é por meio de sua participação na formulação de políticas que visem tornar o mundo em que vivemos mais justo e harmonioso.

A Unicamp, por conta de sua essência inovadora, da qualidade de seus profissionais e alunos e do alto nível do conhecimento que produz, tem plenas condições de desempenhar papel ainda mais relevante do que o que já desempenha como fornecedora de subsídios para políticas públicas de abrangência local, nacional e até mesmo internacional.

Foi exatamente para aproveitar melhor esse potencial que a Universidade criou, em julho de 2013, o Fórum Pensamento Estratégico, órgão articulador cuja principal função é aproximar as atividades acadêmicas dos anseios e necessidades da sociedade.

O PENSES vem, desde então, reunindo representantes da academia e de diversos outros setores para refletir e debater sobre grandes temas da atualidade a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar. A intenção é a de que dessas reuniões, todas elas abertas ao público, emerjam novas ideias, percepções e informações que possam servir de base para a elaboração de políticas públicas nas mais variadas áreas.

Os Cadernos PENSES reproduzem, na íntegra, o conteúdo de cada um dos encontros já promovidos pelo órgão — das palavras introdutórias às derradeiras considerações dos debatedores, sem deixar de fora as sempre enriquecedoras intervenções da plateia. Disponíveis nos

formatos impresso e eletrônico, constituem valiosa fonte de referência para formuladores de políticas públicas em todas as esferas de governo e, também, importante material de apoio às atividades de ensino e pesquisa da Universidade.

Ao publicar os Cadernos PENSES, a Unicamp reafirma seu compromisso com a sociedade, que a financia, ao mesmo tempo em que fortalece aquelas que são as suas missões fundamentais: formar recursos humanos qualificados e produzir e disseminar conhecimento. Que esses volumes possam contribuir, de fato, para que vivamos todos em um mundo melhor.

JOSÉ TADEU JORGE
Reitor da Unicamp

SUMÁRIO

9 INTRODUÇÃO

13 PARTE I

Universidade pública: o debate político sobre as cotas e ações afirmativas
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – Universidade Federal de São Carlos

38 PARTE II

Ações afirmativas para o acesso e a permanência na universidade: experiências
Luciano Ariabô Quezo – aluno da Universidade Federal de São Carlos
Patrícia Teixeira Santos – Universidade Federal de São Paulo
Ângela Soligo – Universidade Estadual de Campinas
Edmundo Capelas de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

75 PARTE III

Universidades públicas paulistas: o debate político e acadêmico sobre as cotas e ações afirmativas
Maria Helena Pereira Toledo Machado – Universidade de São Paulo
Laura Sterian Ward – Universidade Estadual de Campinas
Dagoberto Fonseca – Universidade Estadual Paulista

106 PARTE IV

Políticas afirmativas, democracia e conhecimento do Brasil
Luiz Felipe de Alencastro – Fundação Getúlio Vargas

Todos os vídeos do **Fórum Inclusão e Diversidade** estão disponíveis no canal do PENSES no YouTube (www.youtube.com/forumpensamentoestrategicopensesunicamp), e os arquivos com as apresentações dos palestrantes estão na página do PENSES (www.gr.unicamp.br/penses).

INTRODUÇÃO

ESTE CADERNO PENSES sobre o Fórum Inclusão e Diversidade traz a íntegra das palestras e debates ocorridos em Campinas (SP) no dia 13 de novembro de 2014. Realizado no Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o evento foi organizado pelo Fórum Pensamento Estratégico (PENSES) e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

"A discriminação dos negros e os mecanismos criados durante a escravidão, e logo depois, deformaram tanto a sociedade brasileira que a correção dessa discriminação beneficia a sociedade brasileira inteira." A frase do historiador e cientista político Luiz Felipe de Alencastro embasou sua defesa das cotas étnico-raciais na universidade durante a palestra de encerramento do Fórum Inclusão e Diversidade.

Alencastro, que é professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, foi convidado em 2010 a dar um parecer sobre as ações afirmativas durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu, dois anos depois, pela constitucionalidade das cotas. Segundo o historiador, a questão não se limita pela "simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos usurpados", pois a garantia constitucional das políticas afirmativas contribui para o "aperfeiçoamento da democracia". No mesmo ano de 2012, a Lei nº 12.711 uniformizou os programas de acesso e inclusão criados desde 2004 em instituições federais de ensino superior.

As ações afirmativas são consideradas, na maioria das vezes, uma "concessão" aos grupos sub-representados na academia, sejam negros, indígenas ou "empobrecidos" pelas estruturas sociais. Entretanto, para a professora Petronilha Gonçalves e Silva, doutora em educação e docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a "ação afirmativa é uma garantia de direito". "Um dos entraves para a implantação da política de cotas e para o não cumprimento do Estatuto de Igualdade Racial é esse projeto de sociedade que se fortalece mantendo as desigualdades", declarou Petronilha, ressaltando a falta de espaço para afrodescendentes nos espaços de decisão das universidades.

Para a docente da UFSCar — que foi relatora de um parecer sobre as diretrizes curriculares nacionais das relações étnico-raciais no Conselho Nacional de Educação, em que atuou entre 2002 e 2006 —, um grupo sozinho não pode ter a prerrogativa de decidir o que é melhor para todos no ambiente acadêmico, sendo necessário alcançar o conceito de "pluriversidade" do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Durante sua palestra, que abriu o evento, ela defendeu um projeto em que a universidade "reconstrua seus alicerces e seus fundamentos com equidade, diversidade, inclusão e justiça social" para que todos os grupos possam participar coletivamente da vida acadêmica, em pé de igualdade. "É uma luta constante e firme para nós negros, que estamos aqui na universidade, para não deixarmos de ser aquilo que nós somos."

Os reflexos da escravidão no Brasil — que recebeu 43% do tráfico negreiro mundial ou 4,8 milhões de africanos, segundo Alencastro —, ainda são visíveis na organização da sociedade atual. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 apontam que os brancos representam 73% das pessoas com ensino superior completo no país, enquanto pretos e pardos somam menos de 25%. Durante a mesa "Ações afirmativas para o acesso e a permanência na universidade", a psicóloga Ângela Soligo, docente na Faculdade de Educação da Unicamp, abordou a política de cotas no país e o racismo. Ela destacou que a "questão racial não é uma questão dos negros", mas

de toda a sociedade brasileira. "Nós, aqueles que se identificam como brancos, nos favorecemos do racismo e nos limitamos por viver em uma cultura racista", concluiu.

Ângela Soligo criticou o chamado "mito do baixo rendimento" dos cotistas; segundo ela, uma crença ideológica de que alunos beneficiados por ações afirmativas não iriam acompanhar o rendimento dos não cotistas. Entretanto, afirma a psicóloga, dez anos depois que as primeiras ações foram adotadas no Brasil, os dados mostram que isso não ocorre, já que o rendimento desses alunos é compatível com os demais da universidade. Segundo ela, enfrentar a questão das cotas vai além das questões formais, já que é preciso enfrentar os preconceitos dentro das instituições.

O graduando do curso de Letras da UFSCar Luciano Ariabô, estudante originário da tribo Umutina, destacou a importância de os alunos indígenas trazerem para o ambiente acadêmico sua vivência e suas culturas como forma de enriquecer o convívio e consolidar a presença desses grupos em um espaço de produção de conhecimento em que outrora eram ignorados. Sobre os índices de evasão de indígenas, Ariabô apontou que muitos alunos desistem porque a universidade acaba por negligenciar esses estudantes. Para ele, essa desistência poderia ser considerada também como um tipo de expulsão. "Esse conceito de inclusão contrapõe o conceito de diversidade. Para os representantes indígenas, ingressar na universidade, na maioria das vezes, é para acrescentar, mas parece que o termo inclusão dá a ideia de que nós vamos deixar distanciada nossa originalidade de visão de mundo e sermos incluídos em um espaço que foi construído, para aceitarmos uma ideia", disse Ariabô.

Nos últimos dez anos, diferentes iniciativas foram adotadas no contexto das políticas de ações afirmativas nas três universidades públicas paulistas, fosse para atender às demandas criadas dentro e fora das instituições, fosse para oferecer alternativas às medidas adotadas em âmbito federal. A primeira delas foi o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), instituído pela Unicamp em 2004, que prevê uma bonificação nas notas do vestibular. A profes-

sora Laura Sterian Ward, assessora da Pró-Reitoria de Graduação e da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais (Vreri) da Unicamp, avalia que o impacto do programa tem sido positivo, mas não é equânime em todos os cursos. Além de contar com Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) — voltado para a inserção dos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas de Campinas —, a Unicamp também está discutindo a questão da reserva de vagas étnico-raciais e sociais e deve apresentar uma proposta ao Conselho Universitário, destacou Laura Ward, que é docente da Faculdade de Ciências Médicas (FCM).

A historiadora Maria Helena Machado, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), discutiu sobre a resistência da mais antiga das instituições estaduais paulistas de ensino superior à adoção de cotas raciais ou para alunos de escolas públicas. "Apesar da resistência, as mudanças têm sido feitas, e os dados timidamente mostram isso, sobretudo porque a mentalidade de grande parte das escolas vai se transformando", disse a historiadora.

Apesar do Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp), sistema de bônus que incide sobre a segunda fase do vestibular, há ainda uma grande disparidade na presença entre os pretos, pardos ou indígenas (PPI) em comparação com brancos e asiáticos, dependendo do curso, explicou Maria Helena, citando alguns com baixa representatividade dessa categoria, como engenharias e medicina. "Embora o bônus do Inclusp tenha aumentado o ingresso de alunos de escola pública na USP, a representação demográfica da população não ocorre. E o mínimo de alunos PPIs que ingressavam era de escola privada, portanto, de classe média", destacou, com base em números de 2012, concluindo que há uma necessidade de rediscutir a política.

PARTE I

UNIVERSIDADE PÚBLICA: O DEBATE POLÍTICO SOBRE AS COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA – Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora sênior do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da UFSCar. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar. Foi coordenadora do Programa de Açoes Afrimativas da UFSCar (2007- 2010). Licenciada em Letras — Português e Francês, possui mestrado em Educação e é doutora em Ciências Humanas e Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como professora e coordenadora pedagógica, na educação básica, nas redes de ensino pública e particular em Porto Alegre/ RS. Foi professora e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuou como assessora técnica do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Foi Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002 a 2006. Foi relatora do parecer que estabeleceu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana*, assim como participou da elabora-

ção do parecer relativo às *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.* Atuou como professora visitante em Stanford University — USA (2015), Georgia State University — USA (2015), Universidad Autonoma del Estado de Morelos — México (2003), University of South Africa — África do Sul (1996).

EU AGRADEÇO o convite para participar deste importante evento acadêmico, e espero trazer alguma contribuição para o avanço das discussões com relação às ações afirmativas, frequentemente entendidas como concessões e não como atendimento a um direito. Que possamos avançar, nesse sentido, em todas as universidades brasileiras, particularmente aqui no Estado de São Paulo. Eu sou gaúcha, mas boa parte da minha vida acadêmica se desenvolveu na Universidade Federal de São Carlos. Por isso, às vezes as pessoas me dizem: "Bom, mas tu já és são-carlense", eu respondo: "Tanto quanto uma gaúcha possa sê-lo." Sinto, sim, parte deste Estado e das discussões que aqui se têm feito a respeito das ações afirmativas. Frequentemente se encontram pessoas que entendem políticas de ação afirmativa como concessão, um favor, ou como uma imitação de políticas estrangeiras, notadamente estadunidenses. Não é bem isso, não é esse o ponto de vista nosso, de negros e indígenas empobrecidos. Empobrecidos e não pobres, pois como bem sublinha a professora Vera Triunfo, do Rio Grande do Sul, ninguém é pobre porque quer, são as estruturas sociais que fazem as pessoas serem empobrecidas, ficarem empobrecidas e permanecerem empobrecidas. Acompanhando a posição dessa professora, penso que não temos que falar em ou sobre pobres, mas, sim, empobrecidos. Afinal, ser pobre não faz parte da identidade de uma pessoa, ser pobre é a situação que foi construída pelas relações sociais.

Penso que, para começo de conversa, vale a pena lembrarmos um pouco da história da universidade do nosso país, a fim de entendermos algumas posições tanto favoráveis como contrárias às ações afirmativas.

Para começo de conversa, ação afirmativa não é concessão, ação afirmativa é garantia de direito. O projeto de sociedade prevalente no Brasil prevê unidade, ou até mesmo unificação de valores, de comportamentos, de sentimentos, de compreensões, que seriam válidos para toda a sociedade. Os padrões para essa unidade, assim como os critérios para julgar se alguém pode ou não fazer parte, no presente caso, da universidade, têm sido estabelecidos pelo grupo social que detém o poder de governar a sociedade, tenha sido esse poder delegado por votos ou usurpado por um momento. Nesse contexto, preconceitos alimentam, afirmam e confirmam as desigualdades e as desumanidades, muitos deles forjados em contextos racistas. Assim sendo, tenta-se convencer que para superar desigualdades, há que seguir, se pautar em critérios forjados pela meritocracia. De acordo com esses critérios, todas as pessoas teriam de se deixar assimilar pelos grupos sociais e étnico-raciais prevalentes, os que teriam o poder de decidir os destinos da sociedade, os que têm tido o poder de decidir os destinos da sociedade. Os demais, os outros, para serem aceitos, teriam que se deixar assimilar pela maneira de ser, pela maneira de interpretar a vida, de pensar, de encarar as relações sociais, e para isso teriam que apagar a sua origem, vamos dizer assim, as suas referências originárias. Eu explico um pouco com os exemplos. Uma vez, eu conversava com uma moça portuguesa que vivia em Paris, eu ouvi dela o seguinte: "Eu não sou de lugar nenhum". Confesso que não entendi; só muitos anos depois eu fui entender o que ela queria me dizer com "não sou de lugar nenhum". Diante de suas palavras, eu indaguei: "Como não?" Ela respondeu: "Olha! Eu estou aqui, sou empregada aqui" (aqui era Paris), "me casei aqui, vivo muito bem aqui, mas eu não sou daqui, não me sinto parte desta sociedade. E quando eu volto" (ela era do sul de Portugal) "e quando eu volto, nas férias, para o lugar onde eu nasci, um meio rural lá no interior de Portugal, eu também não me sinto parte de lá. Eu não sou de lugar nenhum", ela sublinhou. Eu achei aquilo muito engraçado e custei muito a entender, eu era bastante jovem ainda, fui entender muitos anos depois o que ela estava querendo dizer.

Uma vez ouvi também de um professor universitário que tinha vindo do meio rural, descendente de alemães, e as pessoas, os adultos, na época dele jovem, não sabiam ler. Ele não aceitava aquela situação, e se pôs a estudar; fez estudos superiores. Ele chegou à conclusão de que não queria ser como aquela gente de lá onde ele tinha nascido, queria ser uma pessoa da cidade. Anos depois, ele disse ter se dado conta de que não se convertera em uma pessoa da cidade. Então, decide voltar para sua comunidade rural, com uma vontade de se encontrar ali, no lugar onde nascera e crescera. Sofreu um susto, pois, como ele tinha abandonado o lugar, deixado de conviver com as pessoas, estas não o integravam mais àquele meio. Ele havia se separado da sua comunidade, do seu meio e, de repente, se deu conta de que não pertencia à cidade, ou melhor, era um citadino tanto quanto alguém nascido e criado no campo pode sê-lo. Quer dizer, não que ele não fosse da cidade, não fizesse parte da cidade, mas certamente não o era como outras pessoas que ali nasceram, cresceram, construíram seu modo de ser. Quem nasce no meio rural pode, sim, tornar-se um cidadão urbano, sem, entretanto, perder suas raízes sociais, culturais. Em outras palavras, o nosso começo, a raiz étnico-racial, o pertencimento social originários não ficam perdidos, são recriados, redimensionados ou abafados, entretanto não desaparecem. Se nós não reconhecermos nossas origens, não as integrarmos, o que pode acontecer é que nós não nos sintamos nem daqui nem dali. E infelizmente, dados os critérios da meritocracia que integram todos à mesma visão de mundo e aos mesmos princípios de vida, o que a universidade tem feito é desenraizar quem não pertence àquele grupo que tem decidido os destinos da sociedade. Não é verdade?

Um grupo de pesquisa da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o grupo Scire-Coppe está fazendo um levantamento bastante interessante a respeito da produção acadêmica — o que seria plágio e o que não seria plágio. Eles definem a universidade da seguinte maneira: "A universidade é apresentada como um rico e multifacetado espaço de formação acadêmica e profissional, de criação e desenvolvimento e radiação do saber e da cultura, e de aplicação especiali-

zada desse saber." Qual é a crítica que eu faço? É ao desenvolvimento e à radiação do saber e da cultura — *saber* e *cultura* no singular. Essa definição, no meu entendimento, salienta que o que é saber e o que é cultura estão na universidade, tudo o que estiver fora não seria nem saber nem cultura.

Se assim fosse, as chamadas comunidades populares não teriam saber nem cultura, entre outras, as de negros, de indígenas, de ciganos, não teriam saber nem cultura. Então, vejam bem, nós podemos desenvolver um trabalho sério, nós até podemos ter um discurso de integração da sociedade, mas de repente nós escorregamos, e escorregamos ao afirmar, tentar fazer crer que o que é importante como produção de conhecimento, o que é unicamente importante, é o que se produz nas universidades. Evidentemente, eu não estou desvalorizando, eu sou uma das pessoas da universidade, eu não vou desvalorizar o meu trabalho, tampouco o de todos os colegas. Os conhecimentos gerados nos meios universitários não são os únicos conhecimentos valiosos que a sociedade produz.

Eu estou fazendo esta palestra para tentar esclarecer por que tem sido tão difícil admitir, nos meios acadêmicos e entre a denominada elite, que grupos populares, empobrecidos, negros ou indígenas, possam fazer parte desse lugar que produz cultura e conhecimentos tão valorizados pela sociedade. É como se empobrecidos, negros e indígenas fossem contaminar a sociedade ou fossem incapazes de participar da produção de tão valiosos conhecimentos. Até se admite que eles sejam capazes, desde que aceitem esquecer a sua base originária. Essa é uma questão bastante séria, a dos critérios da meritocracia, no sentido de decidir quem poderia ou não participar da comunidade universitária, produzir conhecimentos científicos.

Vou tentar esclarecer o que afirmei, narrando uma situação de que participei, há não muitos anos. Participei, em município não muito distante daqui, de uma mesa em que se discutiam ações afirmativas. Dessa mesa, entre outras pessoas, participava um homem negro, advogado reconhecido, na região. Era a pessoa mais negra da mesa, e foi a única que se manifestou contrária a políticas de ações afirmativas.

Disse ele, para muitos jovens: "Os negros — e vocês têm que estar atentos — não estão na universidade porque são preguiçosos, não são como eu", dizia. "Não são como eu, que me esforcei. Pegava diariamente o ônibus, ia da minha cidade para a outra para ir à universidade, depois de ter trabalhado o dia inteiro". E dizia que fazia e acontecia, valorizando-se e depreciando os jovens, sobretudo os negros da assistência. Foi uma situação extremamente chocante, e ele era uma pessoa muito bem-sucedida na sua cidade, respeitada profissionalmente, tinha carro do ano e morava num bairro de classe alta. Suas palavras e sua postura, no meu entender, são exemplo exato do que prega e faz a meritocracia: *Tudo bem, tu és muito preto, tu foges do padrão da sociedade que se quer branca, tu até podes ter o que essa sociedade tem, desde que tu venhas para nós, venhas para o nosso bairro, venhas defender os nossos interesses e repitas os nossos discursos, que defendem nossos interesses. És nosso representante, dos nossos interesses.* Então, o que acontece é que, naquele lugar, naquela cidade, a sociedade branca e racista não precisa falar. Tem um representante seu, numa pessoa negra que repete discursos e possivelmente atue em benefício não de sua comunidade originária, mas dos influentes daquela sociedade. No meu entender, esse é o exemplo claro do que faz a meritocracia, que aconselha: "abre mão do projeto dos pretos, dos pobres, dos populares". Você pode se tornar um doutor brilhante, ter uma situação financeira muito boa, mas, para tanto, você tem de abrir mão do projeto do seu grupo étnico-racial. Adere ao nosso projeto de sociedade, você vai ter direito a condições financeiras muito favoráveis; defende o nosso projeto de sociedade, e terá benefícios financeiros, destaque, reconhecimento.

Como se vê, é difícil a discussão a respeito de ações afirmativas. Não diz respeito unicamente a condições materiais para receber alunos negros, indígenas, empobrecidos. Diz respeito antes de mais nada a projetos de sociedade que se contrapõem.

Os discursos e procedimentos universitários e escolares, orientados pela meritocracia, se repetem em nosso país, desde a fundação das primeiras escolas. É importante ter presente que durante a colonização do Brasil pelos portugueses, sobretudo nos primeiros anos, não

havia escolas, ou melhor, havia escolas somente para os indígenas. Com que intuito? O de torná-los não indígenas. Eles teriam que se tornar o mais parecido possível com os portugueses, modo de vestir, construir suas casas, tinham inclusive que adotar o catolicismo como religião. A escola era o meio de garantir que os povos originários do Brasil adotassem hábitos, modos de pensar, de conviver o mais próximo possível daqueles próprios aos portugueses. Inaugurava-se uma educação escolar assimilacionista — os alunos deveriam se deixar assimilar pelo jeito de aprender, de viver, de pensar de seus professores. Como já disse, nos primeiros anos de colonização, só para crianças e jovens indígenas havia escolas. Os grandes senhores, donos de terras, plantações, gado que garantiam a produção e valorização de suas propriedades, explorando o trabalho de homens e mulheres que mantinham escravizados, eram analfabetos. Se eles precisavam escrever alguma carta, documento, precisavam que um escrivão o fizesse. As pessoas, de um modo geral, eram analfabetas, a não ser aqueles indígenas que se pretendia que deixassem de ser indígenas.

É nesse contexto que, no Rio Grande do Sul, é criada a escola pública. Segundo o professor Lúcio Kreutz, a primeira escola pública do Rio Grande do Sul foi para indígenas Guarani. Tinham, aqueles meninos e meninas, antes de mais nada, que deixar de usar as indumentárias próprias do seu povo e passar a se vestir como se fossem portugueses. Isso não era suficiente, eles também eram convencidos de que as habitações que seu povo construía não eram casas; tinham que aprender a construir casas como as dos portugueses. O papel daquela escola era torná-los cristãos e convencê-los a se comportar, pensar como se não fossem mais indígenas. Não diferente tem sido o objetivo da universidade brasileira, que foi criada para oferecer formação para os filhos de pessoas dos grupos que governavam a sociedade, pautados sobretudo em seus interesses. Assim sendo, quem não pertencer a tal grupo social não tem o direito de governar a sociedade, a não ser que se torne o mais parecido possível com os que governam. Se puderem adotar a aparência física, deixar de ser negros, indígenas, poderão, isso sim, acolher e defender projetos, mesmo que

sejam nocivos a seu grupo originário. É isso que está em jogo com a adoção de políticas de ações afirmativas. Essas políticas requerem que as universidades, como instituições de ensino e centros de produção de conhecimentos, deixem de adotar políticas e procedimentos de trabalho assimilacionistas, que se tornem lugar de diálogo entre culturas, de produção de conhecimentos que valoriza distintas visões de mundo, projetos de sociedade.

Voltando ainda à história da escola durante o período colonial, as pessoas, ou melhor, os homens jovens das classes abastadas eram mandados para a Europa, principalmente para Coimbra, a fim de estudar, se formar. Mais tarde, já no século XIX, criaram-se as faculdades de Direito e de Medicina, na Bahia e na cidade de São Paulo. Aos escravizados que não eram considerados pessoas, seres humanos — pois eram vistos como semoventes, mercadorias —, tampouco aos indígenas, tidos como pessoas incompletas (precisou o papa escrever uma bula para dizer que os indígenas tinham alma, portanto, eram humanos), não era dado acesso a essas instituições. É bem verdade que alguns filhos de homens brancos influentes, padres, comerciantes, advogados, com mulheres escravizadas, tiveram acesso a estudos avançados, como é o caso dos irmãos Rebouças, os engenheiros. Antes de continuar, cabe sublinhar que estes, como outros negros estudados e formados, foram, e nas gerações seguintes continuaram sendo, vítimas de racismo e persistentes discriminações.

Ainda hoje, no imaginário de muitos brasileiros, a identidade acadêmica étnico-racial não europeia — indígena, afrodescendentes, cigana — é incompatível com o conhecimento científico, com a formação profissional em nível superior. Assim, se eu não sou descendente de europeu, a minha identidade, o meu pertencimento étnico-racial seria incompatível com a identidade acadêmica, que historicamente foi construída para grupos eurodescendentes, ou por aqueles que almejam fazer o Brasil o mais europeu possível, desprezando suas raízes deitadas na América Latina.

Essa é uma das razões que fazem certas pessoas resistirem à adoção de políticas de ações afirmativas pelas universidades brasileiras.

Tal postura mostra um projeto de sociedade em que a universidade se constrói excluindo a maior parte da população. Ações afirmativas, como todos sabem, são políticas temporárias, espera-se que sejam temporárias, para corrigir distorções históricas. Um projeto de sociedade que a universidade ainda defende — embora alguns de nós que fazemos parte dessa instituição não o defendamos — prevê unidade, quando não uniformidade de valores, de comportamentos, de sentimentos e de compreensões. Os padrões dessa unidade, assim como os critérios para julgar se alguém é capaz ou não de fazer parte da instituição, costumam ser estabelecidos pelo grupo que detém o poder de governar a sociedade.

Dessa forma, aceitam-se e cultivam-se preconceitos que afirmam e confirmam desigualdades e desumanidades, relações de dependência, apadrinhamento. A professora Arabela Oliven, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostra como a possibilidade de mais pobres, pretos, pardos e indígenas ascenderem, por exemplo, a um emprego público, no início do século XX, dependia do apadrinhamento, tinha que ter um padrinho branco e rico para ser admitido. Muitas pessoas negras que fizeram estudos em boas escolas particulares da sua cidade, em meados do século passado, dependeram do apadrinhamento, fosse do patrão da mãe, do patrão do pai, ou do que era padrinho, realmente, lá de pia batismal. Dessas situações vem a ideia, o julgamento, essa ideia, clara ou não, de que ações afirmativas seriam um tipo de apadrinhamento. Mas seguramente não o são, pois as pessoas que se candidatam ao ingresso em universidades, nos termos de políticas de ações afirmativas, concorrem, passam pelo exame vestibular ou por provas de seleção e demonstram que têm as condições mínimas de cursar a universidade. É para isso que serve aquela prova de entrada, vestibular, para selecionar as pessoas que têm as habilidades mínimas para ingressar e completar um curso superior. Nós sabemos, eu sei que aqui na Unicamp há estudos antigos, penso que todas as nossas universidades os têm realizado, no sentido de comparar nota obtida no exame vestibular com desempenho ao longo dos cursos. Tem-se verificado que as melhores notas no vestibular

não são necessariamente as melhores notas durante o curso, aliás, em geral, não são. Como se vê, pessoas bem treinadas para responder as questões das provas de exames vestibulares necessariamente não têm as competências necessárias para estudar em cursos de nível superior.

Julgam-se a adequação e a pertinência de políticas de ações afirmativas, de políticas que visam corrigir distorções históricas, com base em preconceitos.

Aceitam-se e cultivam-se preconceitos que afirmam desigualdades e desumanidades. Dizendo de outra maneira, formulamos julgamentos e avaliações a partir de ideias concebidas antes mesmo de conhecermos pessoas; tomamos pé em realidades. Isso é muito perigoso, notadamente em ambientes educacionais. Vou dar um exemplo com um fato que me contaram, que teria ocorrido numa sala de aula da minha universidade — não sei da veracidade, nem formulo julgamento, entretanto narro o fato, que poderia ter ocorrido em qualquer universidade brasileira. Faço-o, porque ele ilustra quanto os preconceitos nos levam a julgamentos distorcidos. Vamos ao fato: um aluno, não negro, nem indígena teve uma nota muito boa numa daquelas disciplinas que historicamente reprovam, como, por exemplo, cálculo. O professor elogiou o aluno e concluiu seu elogio dizendo: "Imaginem se alguém que ingressasse por ações afirmativas ia conseguir esta nota." E o aluno afirmou: "Mas, professor, eu ingressei por ações afirmativas, reserva de vagas para escola pública". Como se vê, lidamos com preconceitos diariamente. Se não estivermos atentos, podemos formular julgamento distorcido. É provável que esse professor, como muitos de nós, julgue, sem conhecer realmente escolas de educação básica, nem seus professores, que a educação ali oferecida seria de baixa qualidade. Além dos preconceitos que podem informar nossos julgamentos a respeito de alunos ingressantes por reserva de vagas, ao adotar a política de ações afirmativas, é importante ser sensível e dar muita atenção à luta de estudantes negros, indígenas e outros oriundos das comunidades populares, para não se deixarem assimilar, para não embarcarem nos critérios da meritocracia. Conforme já disse anteriormente, a nossa escola brasileira nasceu e

continua trabalhando para assimilação dos estudantes a projetos de sociedade dos que têm mantido o poder de governar. Tal assimilação garantiria a unificação de valores, de comportamentos, de sentimentos, de compreensões que seriam os mesmos, ou os mais importantes, para toda a sociedade. Ora, isso significa para os grupos populares, para os empobrecidos, para os negros, para os indígenas, para os ciganos, para os ribeirinhos, abrir mão de suas raízes originárias, ou escondê-las. Vocês veem como é grave? Dou um exemplo, a partir da minha própria experiência: Tenho certeza de que negras e negros aqui presentes já ouviram o seguinte elogio, valorização, que embora possa não ser ferino, nem pretenda desqualificar, assim soa: "Para mim, você não é negra." Ora, o elogio sugere que por eu ser uma pesquisadora eu teria que abrir mão de ser quem eu sou, uma mulher negra, descendente de africanos. O que a pessoa está pretendendo dizer, afinal de contas? "Você é pesquisadora, professora da universidade, isso não é lugar para uma pessoa negra, então estou dizendo que eu não te considero uma pessoa negra". Esse elogio pode ser de pessoas que te deem até prova de amizade, mas elas estão imbuídas de entendimentos racistas, de que esse não é o lugar de negro, não se dão conta de que dizem que te apreciam, mas te apagam, não te enxergam naquilo que você é.

Não sei se estou me estendendo demais, mas penso ser tão importante entendermos o que é essa assimilação a que venho me referindo, o que ela pode fazer, desfazer e o quanto ela é nociva. Ponham-se no nosso lugar: nós, ouvindo esse elogio, tendo que respirar fundo e pensar: "de que forma eu vou explicar para essa pessoa que ela está me ofendendo?" Se o elogio vem de alguém que não é simpático, que é antipático, nós rebatemos logo. Mas se é alguém que já deu prova de amizade, você tem que fazê-lo entender, sem deixá-lo demasiadamente desconfortável. A pessoa não diz tal elogio porque ela é má, mas porque foi criada numa sociedade racista e preconceituosa. O exemplo que dei mostra que, se você é negro brasileiro e está num lugar que a sociedade decidiu não ser para os negros, não pode ser visto como o negro que você é. Vejam como é complicado

nós sermos brasileiros, sobretudo mulheres e homens negros, também indígenas, ciganos e muito mais.

Como se vê, um dos entraves das políticas de cotas e para o não cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial é esse projeto de sociedade que se fortalece mantendo as desigualdades. Esse projeto de sociedade predominante nas universidades impede que nos organizemos como instituição, politicamente, para mudanças, para uma política de forte impacto social, como as ações afirmativas.

As ações afirmativas têm um impacto social muito grande porque num futuro, que nós esperamos não ser muito distante, nos lugares de decisão, estarão também indígenas, negros e empobrecidos, não um único grupo social. Nós, negros, indígenas, empobrecidos, fomos acostumados a ter nossos interesses filtrados e defendidos por outros, os que não nos representam. As políticas de ações afirmativas nas universidades, nos concursos públicos, corrigem uma distorção que dura há séculos. Corrige a situação de que um grupo decida o que é bom para todos, ao criar condições para que todos os grupos sociais, notadamente étnico-raciais, estejam presentes em todos os lugares, em todas as áreas do conhecimento, em todos os ambientes políticos, em todas as áreas de tomada de decisões. E é isso que está em questão quando pessoas, grupos incentivam ou discordam, combatem políticas de ações afirmativas.

Quando nós, nas instituições universitárias, na academia, formos capazes de reconstruir os alicerces dessas instituições e adotarmos fundamentos de equidade, de valorização da diversidade humana, em suas distintas expressões étnico-raciais, quando tivermos como meta central inclusão e justiça social, teremos, como bem explica Boaventura de Souza Santos, superado o modelo de universidade que domina há séculos. Teremos, sublinha o sociólogo português, encontrado meios e sabedoria para construir a *pluriversidade*. Com as políticas de ações afirmativas, as instituições de ensino superior e de pesquisa têm a oportunidade de superar o modelo de ensino e pesquisa que herdamos dos colonizadores europeus, centrado em um sistema que se origina no século XVI e que persiste até nossos dias.

Essa é uma luta, para nós negros que estamos aqui, é uma luta constante e firme, dentro da universidade, para não deixarmos de ser aquilo que somos e realizarmos com sucesso a educação superior e nos tornarmos universitários, mais tarde profissionais comprometidos com todos que lutam por equidade.

Somente quando nós conseguirmos reconstruir os nossos alicerces de forma que todos, de fato, participem da vida acadêmica, das decisões acadêmicas, a universidade vai se tornar *pluriversidade*, porque estaremos todos ali igualmente representados, aprendendo a ouvir diferentes posições, aspirações, formas de elaborar conhecimentos, aprendendo a negociar. Ainda não encontrei palavra melhor, pois não se trata de negociar no sentido que nós conhecemos hoje, trata-se de que nós aprendamos a ouvir a posição dos outros e a dizer a nossa posição. É preciso escutar, para poder, saber dizer sua palavra, como ensinou Nelson Mandela, que aprendera com seu tio, que era chefe de seu povo, os Klosas. É preciso escutar o que todos têm a dizer, assim age o líder, que somente então formula a sua fala. O líder, ensina Mandela, não se manifesta unicamente a partir do que já sabe, mas a partir do que vai formulando e considerando com a posição das outras pessoas.

É difícil agir assim, nós não sabemos fazer isso, alguns de nós talvez saibam, mas poucos. Nós vamos ter que aprender a fazê-lo, para efetivamente respeitar a posição de cada um. No meu entender, a universidade, no esforço de se tornar *pluriversidade,* no contexto de políticas de ações afirmativas, tem de fazer isso. E nós nos esforçamos para isso. Temos, portanto, que descolonizar nossas posturas, nossos saberes, conhecimentos, nossos conceitos. Cabe aqui lembrar alguns autores, como Henrique Dulce, Anil Bakihamo, Bernard Magubane, para construirmos referências que sustentem nossos pontos de vista e proposições. Nós, que estamos na universidade, é necessário que nos preparemos teoricamente para esse debate, para a implantação e avaliação das políticas de ações afirmativas.

Como nos organizamos politicamente para as mudanças? Como vocês certamente já se deram conta, discutir, adotar, implantar, ava-

liar ações afirmativas, tudo isso é uma organização política. Política no sentido de que temos diferentes posturas, diferentes visões, que vão ter de começar a aprender a dialogar. Isso ainda não aprendemos. Assim sendo, somente quando a academia reconstruir seus alicerces, seus fundamentos, com equidade, com a diversidade que constitui a sociedade, com medidas que visam a inclusão e justiça social, numa tarefa realizada coletivamente por todos os integrantes da universidade — estudantes, docentes, técnicos administrativos —, também pela comunidade da vizinhança da universidade, pela sociedade em que está inserida e a que serve é que esse será um processo de descolonização, nos termos dos autores que eu mencionei anteriormente.

Tal processo instiga cada um a aprender a ouvir, a expressar suas posições, sem delas abrir mão, no entanto, sem pretender que elas sejam tidas como as mais importantes ou as prevalentes. Cada participante apresenta sua posição e a partir das diferentes posições, em conjunto, todos se esforçam para construir uma em que todas estejam contempladas. Quando eu digo isso, talvez algumas pessoas pensem: "Ah, mas você está sonhando", eu digo "isso eu já vivi". Eu fui assessora do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul; na ocasião, havia uma professora que era conselheira e nós tínhamos posições políticas e ideológicas bastante distintas, mas se perguntavam com quem nós queríamos trabalhar, nós sempre queríamos trabalhar uma com a outra. Isso porque nós sabíamos que tínhamos posições diferentes e sabíamos que, quando estávamos trabalhando e uma de nós falava e a outra começava a rir, estávamos pensando completamente o contrário uma da outra. Mas conseguíamos conversar e achar uma formulação em que nenhuma de nossas posições tivesse que ser apagada; tínhamos que fazer o exercício de convencer a outra, ou ver até que ponto eu poderia, sem deixar de ser quem eu era, reformular. Eu acho importante esse exemplo, porque, afinal de contas, ela era conselheira; em relação a ela, eu tinha uma posição subalterna, eu era assessora, a última palavra era dela. Então, eu já tive a experiência de que é possível, sim, se nós formos, como diz uma amiga minha, realmente honestos naquilo que estamos propondo.

Então, nós temos que aprender a construir um novo projeto de sociedade. Ações afirmativas não preveem unicamente um novo projeto de universidade, ao discutir e ao construir um novo projeto de universidade, sem dúvida alguma, nós estamos criando um novo projeto de sociedade, por isso são tão importantes, as ações afirmativas. Isso tem implicações muito fortes na gestão. Uma das questões difíceis com que se tem de lidar com a implantação e avaliação de políticas de ações afirmativas, no meu entender, e eu vi isso de dentro, é a gestão da política. Políticas de ações afirmativas são novas nos ambientes acadêmicos. É uma política inovadora e nós temos que criar novas formas de gestão que ainda não conhecemos. Essa é outra dificuldade: não é uma política com as já adotadas, as que já conhecemos. Então, temos de gerir a inclusão, a participação de um grupo social — os emprobrecidos —, de grupos étnico-raciais — negros e indígenas —, que sempre estiveram fora do ambiente universitário, que ali haviam estado presentes apenas como objeto de pesquisas. Como é que eu, como professor ou professora, vou ter que me comportar, o que preciso tentar entender? Há alguns professores que, é muito interessante, se esforçam muito para entender o outro ponto de vista, o desses alunos. Pontos de vista que não coincidem necessariamente com o que adotam. Mais do que isso, jeitos de ser, de viver.

No caso da UFSCar, os mais diferentes eram, e continuam sendo, os indígenas. Eu tive um estudante indígena, que, como todo bom estudante indígena, faz brilhantes exposições orais. Claro, os indígenas são povos essencialmente de expressão oral. O estudante a que me refiro, além da habilidade de expressão oral, também era liderança, era uma pessoa que fazia seminários brilhantes, mas para escrever não tinha a mesma habilidade. Ele ficou em recuperação e alguém me perguntou: "Essa pessoa, você vai deixar de recuperação?", ao que respondi: "Mas ele não escreveu direito". Então eu propus ao estudante: "Durante a recuperação, todas as semanas, eu quero ler o que você escreveu". Fiz essa exigência, porque eu tinha que entender o que estava acontecendo. Até que um dia me deu um estalo, eu lhe disse: "Guri, para de pensar na sua língua originária e comece a escrever em

português", ele disse: "Como a senhora sabe?" Eu respondi: "Porque você está escrevendo com uma estrutura que não é do português". Para ele e para mim foi útil. Eu disse para ele: "Você está fazendo o mesmo que eu faço quando vou escrever em inglês. Eu sou capaz de escrever um bilhete em inglês, mas eu não escrevo um texto, eu passo para revisão de alguém que seja nativo de língua inglesa para ver se faz sentido o que escrevi. Pois, por mais esforço que eu faça, há interferência da minha língua materna na minha redação. Foi uma grande descoberta para nós dois; a mim, para poder auxiliá-lo, e a ele, para poder controlar sua escrita. Vejam, isso leva tempo, um semestre foi insuficiente, foi preciso um pouco mais para eu poder descobrir o que acontecia. Não era que o aluno não fosse inteligente, não pudesse, não, era uma interferência da língua originária.

Vejam, vocês, como a gestão — tanto a gestão, digamos, administrativa como a gestão pedagógica — na implantação de políticas de ações afirmativas exige um esforço muito grande dos professores e uma disponibilidade muito grande, também, dos estudantes para expressar as suas dificuldades e os seus êxitos, porque a nossa relação pedagógica, e na Universidade em particular, ainda é muito autoritária e muito linear. Eu digo para os meus estudantes que procuro ser uma professora altamente democrática, mas sei, e eles sabem, tanto quanto eu, que tenho um poder na minha mão, que é o poder da nota final. Se de repente me der uma loucura, na hora de dar a nota, posso abandonar os princípios de uma avaliação participativa. Quero dizer que as relações pedagógicas, professor–aluno, são relações de poder. A gestão dessas relações é que exibe o quanto somos, professores e alunos, democráticos — respeitosos das nossas diferenças étnico-raciais, sociais, capacidades, limitações. A gestão pedagógica diz respeito a como gerimos as relações em que se aprende-ensina-aprende-ensina. Os estudantes nem sempre acreditam que nós professores somos realmente democráticos. Eles têm sempre um pé atrás. Eu sempre digo para os meus alunos, que eles têm razão de ter um pé atrás, porque se de repente me der um desvario na hora de dar a nota, esse poder não me é retirado, ele me é garantido. A relação pedagó-

gica é, portanto, uma relação de poder. Como nós vamos gerir, como nós temos gerido as relações pedagógicas em clima de implantação e de consolidação de políticas de ações afirmativas?

Outra questão, que eu vou passar rapidamente, é a gestão entre os diferentes setores da universidade. Ações afirmativas não são uma política de assistência social, conforme algumas universidades têm entendido. Em alguns casos, as ações afirmativas têm sido interpretadas como uma política de assistência. É necessário sublinhar que a política de ações afirmativas, como qualquer política inovadora, nunca vem sozinha, há outras políticas que têm de ser implantadas e articuladas, a fim de garantir seu sucesso, notadamente, mas não exclusivamente, na assistência estudantil. As relações entre as diferentes instâncias da universidade também têm de mudar, a começar pelo combate vigilante contra muitos preconceitos em relação a pessoas oriundas de grupos empobrecidos, de comunidades negras e indígenas. Por exemplo, há quem julgue que alunos ingressantes por processo seletivo, garantido por políticas de ações afirmativas não podem ter bolsas de iniciação científica. E por que não poderiam? Quem foi que disse que não podem? É claro que podem, mas eles não estão informados da existência de tal possibilidade de garantia de formação científica mais aprofundada. Cabe sublinhar que os estudantes ingressantes, no quadro de políticas de ações afirmativas, em muitos casos, são os primeiros de suas famílias e até mesmo de suas comunidades a ingressar no ensino superior, e nesse sentido têm desvantagens em relação àqueles oriundos de famílias que já contam com experiências universitárias. Esses estudantes ingressantes, que vêm de famílias com história de formação no ensino superior, já ingressam sabendo que existem bolsas de iniciação científica, e, na primeira semana de aulas, eles já estão querendo saber quem são os professores que poderiam oferecer essa modalidade de bolsa, enquanto os alunos de ações afirmativas não têm nem ideia de que isso possa existir. Há que considerar também que alguns professores pensam que, se é aluno de ações afirmativas, não pode ter bolsa de iniciação científica, pois teria tido formação pouco aprofundada na escola pública que cursou. Com

essas considerações, quero ilustrar parte da complexidade da implantação de políticas de ações afirmativas nas universidades.

Bem, o que estou querendo dizer é que nós temos muito que aprender ainda na gestão e na cogestão de políticas inovadoras como essa, que tocam a estrutura própria da universidade. É bom esclarecer que ninguém está querendo fazer uma revolução, mas vale salientar que, para sucesso das políticas de ações afirmativas nas universidades, é imprescindível ser repensada a forma como nós nos relacionamos com pessoas e instâncias administrativas.

E finalmente, eu gostaria de mencionar que as consequências da escravidão, do regime escravista e do genocídio dos povos indígenas ainda informam e organizam a nossa sociedade, e isso tem que ser enfrentado. E torno a repetir: as universidades, pelo que elas representam para a sociedade, são o lugar onde isso precisa começar a acontecer, e um meio, para tanto, sem dúvida alguma, são as políticas de ações afirmativas. Nós temos, então, que recriar, reinventar formas de gestão, e para tanto, entre outros contundentes desafios, será necessário desconstruir o racismo institucional.

O racismo institucional sem dúvida alguma dificulta, atrapalha a implantação de políticas de ações afirmativas. Ainda não se admite, ou dificilmente se admite, na universidade, que há modos distintos de aprender e de expressar o que se aprendeu. A nossa pretensão de pesquisadores universitários, de cientistas, nos faz pensar que nós produzimos o que há de melhor no conhecimento da humanidade. Não! É muito importante o conhecimento científico. Não é isso que ponho em discussão. Longe de mim desvalorizar, a importância do que nós fazemos, do que produzimos nas universidades. Não vou desvalorizar meu próprio trabalho. É claro que o conhecimento científico é altamente significativo para a humanidade, mas não é único, só isso, não é único.

Cabe aqui, necessariamente, antes de concluir, lembrar o que afirmou Beatriz Nascimento: "A ideologia do racismo tem raízes muito profundas na formação social brasileira, e muito profundas dentro da universidade". Nós temos, como universidade, que nos abrir para

o que chamamos africanidades, nós temos que nos abrir ao que eu diria, talvez, indigenidades. Isso, esse termo, sou eu quem está inventando, o Luciano vai dizer se isso faz sentido ou não.

Eu dou um exemplo simples: se eu viver como pessoa negra, nas minhas africanidades, quando eu passar por alguém, eu vou cumprimentar essa pessoa, e o fato de eu cumprimentar não é porque sou uma pessoa gentil; a partir da minha raiz africana, quando eu sorrio para alguém, ou quando digo bom dia ou boa tarde, de fato estou dizendo: "Eu te reconheço como pessoa", e quando ela me responde, ela diz: "Eu também te reconheço como pessoa." E o que nós encontramos, muitas vezes, na universidade: as pessoas passam e nem olham umas para as outras; e se for o povo da limpeza, então! Uma vez eu perguntei a uma pessoa da limpeza que não era do quadro da universidade, ela prestava serviço terceirizado, por que quando nós passávamos ela abaixava a cabeça: "Desculpa, eu vou te perguntar: por que quando eu passo, você abaixa a cabeça?" Ela respondeu: "Ah, professora, porque quando eu cheguei aqui, uns professores eram meio estúpidos comigo." Então, era assim, passou a agir como se quisesse sumir quando passava um "deus ou deusa, um semideus ou semideusa".

Sei que não é diferente entre os indígenas, porque no primeiro grupo que nós recebemos em São Carlos, na UFSCar, depois de uma semana, um menino, o mais jovem dos que chegaram lá — chegara com 17 anos, queria muito ir para a universidade — começou a pensar em voltar para casa. Ele tinha custado a convencer o pai a deixá-lo prestar exame vestibular. Mas o pai não concordava, até que um professor da escola em que o rapaz tinha feito os estudos secundários conseguiu convencer o pai. Ele passou no vestibular, mudou-se para São Carlos. Uma semana depois de ter chegado, ele telefona para o pai: "Eu quero voltar, manda a passagem." "Como, quer voltar, não queria tanto ir?" E ele respondeu: "Aqui todo mundo é louco, aqui nós temos uma porta do lado da outra; na moradia estudantil, as pessoas olham para nós e não falam conosco. Elas não dizem bom dia, elas não cumprimentam, elas baixam a cabeça, porque elas não me reco-

nhecem, elas não reconhecem a minha humanidade." É só um exemplo do que estou querendo dizer e o que nós temos que enfrentar para tentar vencer esse racismo institucional, que é um grande inimigo das políticas de ações afirmativas.

Eu avalio que eu não devo ter mais muito tempo para me estender. Então eu queria só lembrar a vocês, eu trouxe três autores para lembrar, porque, se nós estamos na universidade, nós estamos falando numa política, mas não tem sentido se não vier também a pesquisa. Não é elitismo! É o lugar aqui, na universidade, é o lugar de formação de conhecimentos. Então, não posso concluir sem fazer algumas indicações de leitura. Escolhi fazê-lo em relação ao racismo institucional, pois nós estamos precisando de pesquisa nessa área para ajudar justamente na implantação das ações afirmativas. Só três autores abordam tal assunto, um em cada canto do mundo. Aqui no Brasil, o professor Valter Silvério, da Universidade Federal de São Carlos, que tem produzido bastante sobre essa difícil problemática; nos Estados Unidos, Andrew Pilkington, *O racismo institucional na academia*; e na África do Sul, da Universidade da África do Sul, Bernard Magubane, *Raça e a construção do indispensável outro.* Quer dizer, eu só existo porque o outro existe, quer eu reconheça ou não; esses autores nos fazem refletir, ensinam caminhos e levantam questões que consideram os seguintes princípios da sabedoria dos africanos(as), por exemplo, "Eu só existo porque as outras pessoas existem, caso eu não as reconheça, respeite, valorize, a minha condição de pessoa, de ser humano está prejudicada, já que dependemos todos uns dos outros".

Então, concluo, salientando que temos de enfrentar o racismo institucional, e de uma forma importante, temos de pesquisar, aprender e entender sobre isso, para ajudar a reverter tanta falta de respeito, de humanidade. Não basta só a minha boa vontade individual ou a de algumas pessoas. Espero ter contribuído não só para as discussões neste momento, mas para as futuras discussões do grupo. Obrigada.

DEBATE: UNIVERSIDADE PÚBLICA: O DEBATE POLÍTICO SOBRE AS COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

JURACILDA VEIGA (ANTROPÓLOGA DA FUNAI DE ITANHAÉM) – Eu quero agradecer muito a sua fala, eu acho que contribuiu demais para o nosso entendimento e esclarecimento. Lamentavelmente, não temos aqui um auditório cheio de indígenas, eles demandam muito por esse espaço, mas nós, às vezes, não temos recursos financeiros para trazê-los aqui, para que eles mesmos pudessem estar representados. Eu admiro muito o trabalho que a UFSCar vem fazendo — uma primeira experiência —, e nós sabemos de todas as dificuldades, e achei muito interessante essa sua colocação sobre a forma de perceber dos indígenas e de outros grupos tradicionais, que nós não buscamos ganhar do outro, mas estabelecer um consenso, porque só dessa forma todos estarão incluídos, esse é um pensamento muito indígena; normalmente, quando se trata algo com o povo Guarani, que hoje é o mais representado aqui no estado de São Paulo, eles nunca decidem no dia ou na hora, porque é preciso conversar com todos, com a família, com as mulheres, e só depois eles vão dar o seu veredicto, se estão aceitando ou não. Então, é um caminho muito difícil, eles também estarem na universidade, por tudo isso que a senhora colocou, mas é muito necessário, porque se produz, como a senhora também disse, muito conhecimento nessas comunidades. E se nós os tomássemos em consideração, a nossa forma de entendimento seria outra; nós, por exemplo, estamos num mundo que está em colapso, porque nós nunca conseguimos prestar atenção às comunidades que nunca quiseram que a mata toda fosse destruída, que sempre quiseram que nós preservássemos as águas limpas. Então, eu acho que sem incluir essas novas, essas outras formas de conhecimento, nós não temos saída, então, eu acho que mais do que um direito, é uma oportunidade para nós conhecermos outras formas de representação e de conhecimento que estão nessas comunidades, nessa população. Agradeço.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Queria agradecer à professora Petronilha pela brilhante fala e pela explicitação das razões estruturais pelas quais o racismo funciona dentro das instituições universitárias, sobretudo como uma forma de apagamento do outro, de exclusão social e de controle de recursos sociais, recursos educacionais, recursos econômicos. E fico pensando numa discussão que foi feita pelo movimento negro ao longo da história sobre as estratégias indenizatórias, a busca de indenização pelos nossos ancestrais que foram escravizados; no caso dos indígenas, que foram espoliados das suas terras pelos eurodescendentes no contexto brasileiro. E eu fico pensando que, para além das estratégias de diálogo e de luta dentro da universidade, se nós temos que partir também para estratégias de ação mais diretas, no caso, a luta jurídica pela inserção dos negros e dos indígenas não só nas universidades, como correção de uma distorção histórica, porque se, na fala inicial, nós temos 73% de brancos nas universidades e menos de 25% de negros e indígenas, nós temos uma distorção em termos de acesso, que está para muito além de um problema na forma de inserção dentro da universidade, nos processos de seleção, e eu fico pensando muito na necessidade, às vezes, de uma ação mais incisiva dentro da universidade, porque, por exemplo, aqui na Unicamp a discussão sobre a inserção de alunos de escolas públicas foi muito bem aceita, dentro da ideologia da meritocracia, como uma correção de um problema, enfim, os alunos das escolas públicas tinham melhor aproveitamento dentro da universidade, eles começaram a ganhar uma pontuação no vestibular, como uma correção, em função desse aproveitamento melhor que eles tinham em relação aos alunos das escolas privadas. Então, esse discurso de correção de uma distorção provocada pelo mecanismo de seleção funciona muito bem nesse ambiente "meritocrático", então eu fico pensando se nós precisamos também debater outras estratégias mais radicais para correção dessas distorções históricas.

PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA – De fato, as ações afirmativas nas universidades não são uma política a ser discutida unicamente

no âmbito da universidade, mas, a partir das experiências nas universidades, outras têm sido propostas e implantadas, como, por exemplo, ações afirmativas no serviço público. De fato é uma discussão da sociedade inteira e, no meu entender, as universidades são o lugar onde essa discussão tem de ser feita, juntamente com os movimentos sociais. Os movimentos sociais e a universidade têm que puxar para a sociedade como um todo. As cotas nas universidades não esgotam ou resolvem um problema, mas corrigem significativamente, quer dizer, vão corrigir, estão começando a corrigir. Então, eu concordo que é uma discussão da qual os movimentos sociais têm que fazer parte, numa parceria das universidades com os diferentes movimentos sociais, de forma que possamos aprender uns com os outros, quer dizer, que os movimentos sociais aprendam com a universidade, mas também a universidade aprenda com as estratégias dos movimentos sociais e com as demandas. A questão é que nós temos que aprender tudo isso, nós temos, historicamente, a ideia de que alguns são predominantes e os outros obedecem ou imitam. Temos, pois, um modelo de sociedade para superar, e eu acredito que justamente nessas conversas — eu não estou dizendo diálogo, porque eu acho que já está meio gasta essa palavra, no sentido do que nós temos —; conversa na origem própria da palavra, quem vem de "com", que indica estar junto, escutar, dizer, implica intercâmbio, e de "versar", no sentido que eu ponho para fora, eu derramo aquilo que eu tenho, e eu espalho o que tenho e o outro espalha diante de mim o que traz consigo — nessas trocas, nós criarmos um novo sentido, uma nova meta, um novo caminho que é favorável, que contempla a nós, que nos dispomos a trocar, recriar nossos saberes, impressões, conhecimentos, projetos. Não é uma luta de predominância, eu também não gosto muito da palavra consenso, porque em geral, pelo menos na minha experiência, alguém que tenha o maior poder de influência ou que fala mais alto convence, de alguma maneira, e todos adotam a ideia de um. O sentido que busco e valorizo, eu acho que é esse o sentido dos povos indígenas, é o sentido de que cada um contribui para essa construção, que vai ser uma construção nova, não é a ideia de um que vai

prevalecer, a daqueles que têm maior poder de persuasão. Então, os movimentos sociais, tanto o indígena quanto o movimento negro, devem procurar a universidade, e a universidade deve procurá-los também, para cada um aprender com o que o outro tem. Um não tem que ser predominante, essa é uma coisa que nós devemos aprender: a conversar sem que alguém seja o predominante, e que todos estejam em pé de igualdade, com direito de fala, direito de persuasão. É uma aprendizagem, realmente.

Em relação aos indígenas, eu gostaria de lembrar a política do Bem-viver que está por toda a América Latina. O Bem-viver quer dizer que nós temos que viver bem, mas não é eu viver bem porque eu tenho carro, eu moro num bairro abastado e tenho um bom salário. O Bem-viver significa minha integração com o mundo do qual eu faço parte, a natureza, particularmente, e a fim de que todos nós possamos viver bem. Tudo isso tem muitos reflexos, inclusive, em problemas como a questão da água, que para nós está surgindo agora, mas que na Bolívia e no Chile já é uma discussão antiga, sobretudo entre os povos indígenas. Outra questão que de certa forma foi posta nas considerações feitas, e está subjacente às ações afirmativas, e que o parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP 3/2004) das *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* menciona, citando Frantz Fanon, é que é muito difícil a sociedade que nós herdamos, a sociedade brasileira, que vem do escravismo, quer dizer, da redução de pessoas a seres moventes, do genocídio dos povos indígenas, é tudo muito difícil, nós temos essa herança. E os eurodescendentes, os descendentes dos que mataram, dos que foram traficantes, dos que foram senhores. Hoje eles não têm culpa, diz o referido parecer, citando Frantz Fanon, do que fizeram os seus antepassados, todos nós, as diferentes descendências que formam o povo brasileiro, nós herdamos a sociedade que aí está. Agora, nós queremos que a sociedade continue assim, desigual, desumana, racista? Sua mudança depende de nós todos. Os eurodescendentes, hoje, não têm culpa do que fizeram os antepassados, mas eles têm a responsabilidade de

mudar a sociedade que aí está. Não têm que assumir uma culpa do que não fizeram, não podem assumir, mas têm uma responsabilidade, porque a sociedade é de todos e por isso eles têm a responsabilidade, sim, de participar desse diálogo, têm a responsabilidade de quebrar o que está desumanizando a todos nós. E essa é uma responsabilidade que todos temos.

PARTE II

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS

LUCIANO ARIABÔ QUEZO – Estudante indígena Umutina, do Mato Grosso, graduando em Licenciatura em Letras: Português e Espanhol na Universidade Federal de São Carlos, foi bolsista Iniciação Científica (Pibic-CNPq) com o projeto A Importância da Língua Umutina na Educação Escolar Indígena, foi o primeiro indígena bolsista de iniciação científica da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), elaborou um projeto para o desenvolvimento de um livro didático, que foi publicado em 2012, Língua e Cultura Indígena Umutina no Ensino Fundamental. Foi um dos idealizadores do I Encontro Nacional de Estudantes Indígenas.

ME APRESENTEI em duas línguas indígenas, uma delas a umutina balatiponé, do local de onde eu saí para vir tentar a vida aqui na região paulista e, especificamente, estudar. Saudei vocês com um bom dia, disse que meu nome é Ariabô Quezo, sou um guerreiro balatiponé, venho de uma aldeia chamada Bakalana, que quer dizer garça branca em português, e é um prazer estar aqui hoje conversando com vocês. Na outra língua, falei praticamente a mesma coisa, só que em

paresi haliti, que é a língua do meu pai, do povo do meu pai e que é bem distinta da balatiponé, não se entende nada. Eu gostaria de agradecer o convite para estar aqui hoje participando deste evento bastante relevante para a sociedade. A ideia é falar da experiência que nós temos de ações afirmativas na Universidade Federal de São Carlos. Eu represento o Centro de Culturas Indígenas da UFSCar, que foi construído ao longo da nossa presença lá; ele agrega mais de 25 povos indígenas de vários lugares do Brasil. Em um dos eventos que ocorreram, uma assembleia reuniu todos os indígenas da UFSCar, dos três *campi*, em Araras, e isso é sempre bom. Uma das coisas que me motivam a estar ainda frequentando a universidade é poder defender isso, esses indígenas, como o povo a'w uptabi, conhecidos como xavantes, do estado do Mato Grosso.

Então, vamos partir para a questão, eu não tenho muito tempo também, eu gostaria que vocês me compreendessem ao longo do meu discurso, porque sou um pouco tímido e geralmente eu gosto de ser muito franco, vou tentar suavizar. Primeiro, falando sobre as ações afirmativas na UFSCar, não são cotas, é reserva de vagas, o programa acrescenta uma vaga para estudantes indígenas em todos os cursos. É um programa diferente dos outros que nós temos pelo Brasil, porque os outros acabam limitando, quer dizer, são cursos específicos que eles destinam a estudantes indígenas e que acabam recebendo só estudantes de suas regiões, do Estado, e não do Brasil inteiro. E a Universidade Federal de São Carlos acaba tendo essa característica *sui generis*, que acaba alocando todos os indígenas de vários lugares do Brasil. Então, atualmente somos mais de 25 povos, falando mais de 25 línguas dentro dessa instituição, que nos acolheu. No início do programa, no primeiro ano, a universidade recebeu o povo machineri, do Acre, o povo pankararu, de Pernambuco, xukuru do Urorubá, de Pernambuco também, terena, do Mato Grosso do Sul, todos já formados em Psicologia, Imagem e Som, Biblioteconomia, Sistemas de Informação, Gerontologia, Pedagogia, Ciências Sociais, Gestão e Análise Ambiental. O programa começou a partir de 2008. Eu não gosto de trabalhar muito com estatísticas, porque o sistema é mui-

to contraditório para nós. Então, professores perguntam: "e aí, tem muita desistência, como é a adaptação?" Há alguns que desistem, alunos que escolhem ir embora; o sistema coloca que ele evadiu, mas ele poderia ser expulso pelo sistema, pelo fato de o sistema não querer respeitar a sua opinião, a sua visão de mundo. Uma das coisas, nesse ponto, com que eu não concordo, que eu acabei aprendendo também, é que o termo "inclusão" já contrapõe esse outro tema, que é a diversidade. A intenção de ingressar na universidade é justamente, quer dizer, ter representantes indígenas, representando um povo, acessando uma universidade, na maioria das vezes — e é por isso que nós estamos lutando — é para acrescentar, e parece que o tema da inclusão tem a ideia de que nós vamos nos distanciar da nossa originalidade, da nossa visão de mundo; incluir num espaço que já foi construído é aceitar uma ideia, essa ideia que já perdurou por cinco séculos; então, é hora de tentar modificar essa estrutura, que é respeitar o multiculturalismo. O Brasil é um país que é muito diversificado e que há muito foi desconsiderado, ou seja, até a chegada dos europeus, eram mais de 5 milhões de pessoas vivendo na costa, falando mais de 2,5 mil línguas, muitos desses povos se perderam, não existem mais, muitas dessas línguas se foram, mas ainda existe uma grande diversidade, uma diversidade de 350 povos com mais de 180 línguas sendo faladas. Para que serve isso dentro deste âmbito? Para muito pouco. Então, é disso que nós vamos tratar agora.

O desafio é este, tentar contrapor um sistema que nos negligencia. O que aconteceu durante essa presença? Nós trabalhamos com duas coisas que são principais, não só a questão pedagógica, que a instituição deve entender também, mas como um movimento político que se forma e por meio do qual você pode obter resultados. Então, são esses dois pensamentos, essas duas linhas que devem ser trabalhadas nas universidades, para acolherem de fato, e respeitando a diversidade indígena, porque, quando houver a necessidade de criarmos uma estrutura ou adquirir uma estrutura física, que hoje se chama Centro de Culturas Indígenas, é para tentar dialogar com a instituição, nos articular, fazer reuniões, fazer esse movimento. Por

quê? Porque há indígenas que vêm de localidades que ainda mantêm suas práticas culturais, mas quando chegam à instituição, não conseguem mais mantê-las, você se distancia, e a ideia de se reunir é para articular movimentos, eventos em que isso seja praticado também, porque isso nos dá força para continuar. E também o que nós pensamos é tentar mexer na estrutura, estrutura curricular, hoje isso ainda está sendo muito resistente; nós chegamos à universidade com a epistemologia formada, de acordo com o nosso povo. Nosso povo tem uma própria epistemologia, e isso deve ser respeitado também. O aluno que talvez não siga bem no curso, o professor diz que ele está com dificuldade de aprender. "E você, professor?", eu respondo, "será que você não está tendo dificuldade em saber nos receber? Você conhece algo a meu respeito, a respeito dos povos indígenas, — que já têm uma epistemologia também formada — que também contribuem há muito tempo com a construção da sociedade, e que em nenhum momento foram ouvidos, nem agora?" Quero dizer que não sou nenhum coitadinho, tenho toda uma formação e gostaria de contribuir para que a sociedade melhore. Portanto, sobre a parte pedagógica, em que nós vamos articular para tentar dialogar de alguma forma com esse sistema e aprender a dar racionalidade e poder responder a essa racionalidade também, sentindo o que esse sistema pensa, o que as pessoas pensam, o que se tem ouvido desse sistema, saber responder da melhor maneira possível e para que eles entendam a nossa posição e nós possamos ter êxito, mas para esse êxito, a questão pedagógica tem que estar caminhando junto com a questão política, é uma via de mão dupla, uma não funciona em detrimento de outras.

Para finalizar, o que eu gostaria de registrar é que, como os colegas das mesas falaram — a professora Petronilha, tenho a honra de estar presente no mesmo evento que ela, ela representa um ícone —, desde a Constituição de 1988 nós estamos tentando adquirir espaço, ganhar espaço, e uma das formas é conhecer toda essa diversidade. Já que a Constituição garante esse nosso direito, as escolas de base, na aldeia, trabalham com educação diferenciada, e parece que, quando se chega à universidade isso se distancia, nós não temos essa consideração

por parte dela, então, é isso que nós gostaríamos de poder pautar e garantir. E a Lei nº 11.645 trata disso também, uma política que se inicia por parte dos negros e acaba se aliando ao movimento indígena, para pautar essa questão; para esse programa funcionar você tem que fazer um jogo diplomático, quer dizer, saber ouvir o outro, a questão da alteridade, que não é muito considerada não, "respectivismo", e é isso, aprender a olhar para o outro como fazendo parte de si. Na verdade, eu teria muitas coisas para falar, eu falei que ia ser radical ao ponto de tratar dessas questões que ainda deixam a desejar. Não devemos caminhar por uma via seguindo a meritocracia, a educação já é garantida, você não merece, ela é sua por direito, é isso que eu gostaria que vocês entendessem, que a sociedade compreendesse, porque quem é que vai mudar isso? É o Estado, são os líderes políticos? Moramos num país democrático, quem toma as decisões somos nós, você, eu, somos cidadãos, não é? Então, para fazermos movimentos de mudança, somos nós que devemos começar isso. Gostaria de finalizar dizendo uma frase que ouvi: *"Meus heróis não viraram estátuas, morreram lutando por quem virou."* Com isso quero fechar minha fala e deixar algumas questões para debate. Obrigado.

PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS – Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora em História pela Federal Fluminense, docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), professora convidada do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Sul-Africanos da Universidade de Porto/Portugal, coordenadora do grupo de pesquisa Saberes e Práticas de Ensino em Histórias da África e do Brasil no Contexto, e associada do LAM Sciences Politiques (As Áfricas pelo mundo), da Universidade Bordeaux/França.

NÓS SOMOS uma universidade nova, mas que não nasceu de uma instituição universitária nova, ela nasceu de duas instituições consagradas na sociedade paulista, que são a Escola Paulista de Medicina

e a Escola Paulista de Enfermagem, consagradas pelo seu saber médico, pela notoriedade da trajetória profissional das pessoas que passaram por essas instituições e que vinham numa tradição de 70 anos, quando foi colocado a essa instituição o desafio de pensar, de deixar de ser escola, literalmente — eles tinham até o sistema de avaliação da pasta verde —, deixar de ser escola e se tornar uma universidade federal com uma abrangência realmente nacional, o desafio de pensar as políticas de acesso dos estudantes de graduação, de pensar a articulação entre os diversos *campi* dessa universidade, de pensar como essa universidade iria produzir saberes específicos que partiriam da experiência de duas escolas da área da saúde, mas que teria uma trajetória totalmente diferente. Então, o que estou apresentando aqui é um pouco o esforço de reflexão que vem acontecendo aos poucos nos diferentes *campi* da Unifesp. É um reunir de várias reflexões dos diferentes *campi;* nós somos uma universidade *multicampi*, as áreas do conhecimento estão em diferentes cidades do estado de São Paulo, o que é uma vantagem e uma desvantagem da Unifesp. Isso por um lado é uma riqueza, porque nos permite diversos tipos de diálogo, por outro traz uma dificuldade quando nós temos que rapidamente pensar em processos de síntese, síntese de avaliação institucional. Então, o que eu estou apresentando aqui é do ponto de vista de um departamento, que é o Departamento de História, onde eu tenho tarefas específicas em diálogo com a Pró-Reitoria de Graduação, com a Comissão de Vestibulares e com os representantes dos *campi* da Unifesp que se reúnem na Pró-Grade. Então, é a partir dessa experiência de conversar com a Pró-Grade e com esses representantes e partindo das ações do meu departamento que nós vamos tentar passar uma contribuição aqui para este fórum. Então, a primeira coisa que nós queríamos colocar aqui é que o trabalho das ações afirmativas na Unifesp aconteceu de fato, quando foram criados os *campi*, em 2007 — o decreto que cria a Unifesp é dos anos 1990, mas os *campi* só passaram a existir e funcionar efetivamente a partir de 2007. Tem um período muito importante, que vai de 1995 a 2006, que é o período em que essas duas escolas tentam se transfor-

mar em uma universidade, e pensar desde a política de contratação de docentes até a gestão dos *campi* e em como essa universidade iria dialogar com o futuro que ela não sabia ao certo que iria acontecer. Porém, nesse processo, uma das primeiras coisas que se definiu, e que se definiu com maior clareza do que a própria criação dos *campi*, foi a política de acesso, e nesse período houve a contribuição da professora Petronilha, que foi de grande importância para pensar numa universidade nova, que já nasceria com o sistema de cotas; então, esse sistema de cotas já traria os alunos antes da chegada dos professores, ou seja, a primeira leva de professores já encontrou os alunos selecionados por três sistemas de cotas. O primeiro sistema é o de cota da escola, de alunos provenientes das escolas públicas com baixa renda; o segundo sistema de cotas, uma diferenciação que a universidade quis fazer, alunos afrodescendentes e indígenas que vieram de escolas públicas com baixa renda e alunos afrodescendentes e indígenas que são de baixa renda, o que já foi nessa época um esforço de querer diferenciar os estudantes que vêm da escola de contexto urbano e os alunos que vêm de contexto rural, que poderiam ou não ter uma escolarização próxima à considerada formal. Isso tem se revelado muito importante na história da própria Unifesp, porque ela é uma universidade que já nasce com uma grande diversidade de alunos. Quem já teve a chance de ir à Unifesp para bancas ou avaliações, ou para fazer conferências, teve a oportunidade de observar. Nos *campi* novos, que são simplesmente a maior parte da universidade, o forte dos nossos cursos são os cursos noturnos; nós temos uma abrangência de mais de 50% dos estudantes que são trabalhadores. Além disso, é uma universidade que precisou desenvolver uma pró-reitoria específica para os estudantes, que foi criada em 2009, desmembrada da Pró-Reitoria de Graduação, a Prae(Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) por conta justamente dessa grande diversidade de alunos que nós temos. E, além disso, em cada *campus* foi criado um núcleo de assistência estudantil para contemplar não só a ideia de assistência ao aluno — ver do que esse aluno precisa —, mas, sobretudo, para propor políticas para a graduação. E que políticas são essas? São

políticas que a universidade desenvolve desde 2008: as bolsas sociais, as bolsas de estágios, as bolsas trabalho, as bolsas ações afirmativas e as bolsas de iniciação científica. Então, o que é peculiar na história da Unifesp é que foi criado um aparato de acesso a esses alunos e sua permanência antes até da chegada dos professores. O desafio foi como lidar com esse aparato, até porque não foi o corpo docente, que entrou posteriormente, o responsável por criar esse aparato. Mas ele teve que negociar e trabalhar com esse aparato na estrutura da universidade.

O que é interessante é que temos alguns dados do vestibular de 2013, da relação de canditado/vaga, e temos de todos os cursos, tanto da área da Saúde quanto da área das Engenharias e Ciências Humanas, com cotas estabelecidas entre os três critérios: escola pública; afrodescendentes e indígenas provenientes de escola pública; e afrodescendentes e indígenas de baixa renda. Do total de vagas, nós destinamos 37,5 delas para o sistema de cotas, e isso você percebe na distribuição de cada departamento — da Faculdade de Medicina até as outras faculdades e *campi* —, a proporção é exatamente igual, todos os cursos oferecem a mesma proporcionalidade de vagas, dentro, obviamente, dos cursos que possuem; os cursos de licenciatura têm o número de vagas um pouco maior, então, proporcionalmente, você tem um sistema de cotas mais abrangente. Outros cursos, que têm um número de vagas menor, têm igualmente a mesma proporção de vagas. Há também, nesse passado institucional, experiências muito fortes que ajudaram a implementar um sistema de cotas tão diferenciado, a saber, o Projeto Xingu, que existe desde os anos 1960, no qual a Unifesp tem trabalhado na área da saúde no Parque Nacional do Xingu, projeto que já fez 50 anos, porque começou em 1964; e nós temos o programa referência no estado de São Paulo, que já teve a apreciação da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que é o programa Pida, um programa de assistência à infância envolvendo a comunidade, envolvendo as instituições da comunidade, projeto que existe desde 1971.

Então, esses programas da área da Medicina Social, e de uma Medicina Social que sempre dialogou com as Ciências Sociais, foi

muito importante para construir esses lastros de experiências do nosso sistema de cotas. Além disso, na constituição de cada *campus* foram previstas as áreas de laboratórios de pesquisa, as quais permitem a criação de disciplinas que são consideradas eletivas, que contemplem a diversidade desses estudantes e de temas ligados às culturas desses diversos jovens que chegam aos nossos departamentos. Depois, na hora das perguntas, eu posso esclarecer mais. Além disso, foi criada na área de Ciências Humanas uma perspectiva integrada aos estudos da África e da cultura afro-brasileira, ou das culturas afro-brasileiras, para ser mais justa; no Departamento de História foram criadas as disciplinas de história da África, história da arte, história da arte africana e história das artes visuais africanas; na Filosofia, há um colega que se dedica ao estudo do pensamento filosófico africano no século XX; e na Pedagogia há um colega que trabalha a história da educação no diálogo com as culturas afro-brasileiras. E esses seis profissionais juntos fazem projetos integrados, trabalhando todo o campo de Ciências Humanas da Unifesp; e isso tem atribuição de notas, tem reconhecimento, e os alunos podem fazer disciplinas de monografia e projetos de pós-graduação a partir dessas experiências integradas. Nós temos também o Centro de Memória do Departamento de História, coordenado pelos professores Jaime Rodrigues e Márcia Eckert Miranda, que integra diversas pesquisas, além dos seus acervos, que tocam na questão dos estudos da África e da cultura afro-brasileira. Além disso, nós temos programas que foram requalificados a partir do perfil da universidade, aqueles programas de vindas de estudantes africanos, os programas PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação), e há um fórum de estudantes africanos que estudam na Unifesp, específico, atendido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que faz um diálogo específico com esses jovens. Além disso, a nossa universidade conseguiu criar muitos espaços para que a política de cotas realmente nos ajudasse a produzir saberes novos na universidade por meio da atuação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Então, nós temos, a partir dessas iniciativas, a Plataforma Paulo Freire, de atividades e cursos extensionistas, o UNA-SUS, que é a Universidade do SUS (Sistema Único de Saúde), em que os colegas da Medicina Social, da Antropologia, da Sociologia oferecem cursos aos profissionais do SUS, ajudando a atender as reivindicações das comunidades afrodescendentes e indígenas; os indígenas com os quais nós temos relacionamento são ligados ao projeto Xingu, a essa história antiga da Unifesp; além disso, na Pró-Reitoria de Extensão foi criada uma divisão da extensão universitária que atende a diversidade cultural dentro da Unifesp, e sobretudo, a partir das reuniões do Conselho de Extensão, que é um conselho que integra todos os *campi,* construiu-se a avaliação de que há saberes produzidos dentro da Unifesp de forma muito diferenciada, e o fato de já termos começado com uma diversidade de estudantes e de professores tão rica — 45% dos docentes vêm de fora do estado de São Paulo, como eu, por exemplo, que sou do Rio de Janeiro — contribui para que essa universidade tenha um perfil muito próprio, que, embora nós achemos que ainda está longe de ser construído, permite, a despeito de muitas dificuldades de infraestrutura que nós enfrentamos, construir, produzir e formar estudantes de graduação e pós-graduação com bastante qualidade, com ótimos resultados no seu desempenho acadêmico, e que conseguem acessar outras universidades mais antigas e cursar muito bem os seus programas de pós-graduação. Eu penso que é isso, na hora das perguntas eu posso esclarecer mais. Obrigada.

ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO – Graduada em Licenciatura em Psicologia, pela PUC-Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), mestre e doutora em Psicologia pela mesma universidade, é docente do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp, integra o núcleo de pesquisa DIS (Diferenças e Subjetividades em Educação), e também preside a Abep (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia).

EU QUERIA iniciar dizendo que toda vez que alguém que não me conhece me vê pela primeira vez me olha com estranhamento, porque as pessoas que não me conhecem e leem o que eu escrevo sobre a questão racial têm certeza de que eu sou negra. E a primeira reação das pessoas é: "Nossa, mas é você?" Depois estranham por que uma psicóloga está estudando o racismo, esse é o segundo estranhamento. Mas eu queria começar a minha fala dizendo que o racismo, a questão racial não é uma questão dos negros, ou não deveria ser uma preocupação dos negros, mas deveria ser uma preocupação de todos nós da sociedade brasileira, porque nós, aqueles que somos identificados como brancos, nos favorecemos do racismo e também nos limitamos por viver numa cultura racista. Eu queria mencionar rapidamente que a discussão da questão racial e das cotas tem um pano de fundo que são as desigualdades raciais e as desigualdades educacionais decorrentes dessas desigualdades raciais; é a ideologia da democracia racial, da meritocracia e do nosso racismo, que até o início do ano eu afirmava que era um racismo camuflado, e agora ele não é mais, não é, ele saiu do armário. Eu queria dizer também, rapidamente, que ao longo da história os estudos vêm mostrando que o povo negro é excluído paulatinamente do sistema educativo, de forma mais intensa no Ensino Médio e mais radical na universidade. E os estudos preveem também que, se nós estamos aqui discutindo cotas e ações afirmativas, não é pela benevolência de alguns governos, mas é fruto de alguns movimentos sociais negros. Os movimentos negros são os atores que precisam ser enxergados, precisam ser reconhecidos nesse processo, porque a pressão dos movimentos é a identificação das contradições da sociedade brasileira, o que leva aos poucos à adoção de políticas afirmativas. Só para recordar, as iniciativas relativas às cotas nas universidades públicas já têm mais de 10 anos, as primeiras na Universidade do Rio de Janeiro e na UNB (Universidade de Brasília); na Unicamp tivemos, em 2004, a criação do Paais (Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social), que não é um sistema de cotas, é um sistema de pontos, e eu queria lembrar uma característica do Paais que é muito importante: eu me lembro, logo da época da criação, nós

discutimos muito, eu era da Comissão de Graduação, e uma explicação importante que nós não podemos esquecer é que foi feito um estudo grande sobre a diferença de pontos daqueles que ingressavam e daqueles que não ingressavam, principalmente nos cursos de grande procura, como Medicina, por exemplo, e o que se constatou foi que a diferença entre os que entravam e os que não entravam era muito pequena, e o fator que se repetia estatisticamente significativo era o fator socioeconômico e, como decorrência, o fator racial. Então, o Paais foi criado, dentre outros fundamentos, a partir de um fundamento que vinha de um estudo muito preciso; no entanto, o Paais incide sobre a segunda fase do vestibular, portanto, a primeira fase continua sendo uma régua muito cruel. Desde que os primeiros sistemas de ações afirmativas foram criados, eu tenho acompanhado as ações que são expressas tanto na cultura de maneira geral como na própria academia, e as reações são reveladoras dos nossos preconceitos e do nosso racismo. A mais leve delas — eu fiz o estudo em 2006, com uma estudante de graduação da Pedagogia — é a que diz que é preciso melhorar a escola pública para todo mundo. Bem, ninguém discorda disso, no entanto esse argumento desconsidera as desigualdades raciais, mas aí vêm as manifestações que são mais preocupantes, tais como: "o nível das universidades vai cair", "eles não vão acompanhar". Eles quem? Os estudantes negros. "Eles vão sofrer preconceito" — como se antes não sofressem —, e o discurso meritocrático, do tipo: "eles não merecem estar nas universidades; nós investimos e por isso estamos aqui".

Bem, a despeito dos discursos racistas, dos discursos preconceituosos, os sistemas de cotas, de pontos, de ações afirmativas foram sendo implantados e, junto com eles, as medidas importantes que também foram favorecedoras: o Enem, como forma de acesso às universidades federais, e o ProUni (Programa Universidade para Todos) — eu não vou discutir as minhas críticas ao ProUni, porque levaria muito tempo, mas ele teve o efeito de ampliar o acesso da comunidade negra à universidade. Eu estou só passando rapidamente pelos assuntos para chegar aonde eu quero. Em 2012 nós temos a ado-

ção do sistema de 50% de cotas nas universidades federais para os estudantes de escola pública, negros e indígenas, sancionados pela presidente Dilma Rousseff, o que provocou também reações bastante controversas, mas a adoção desse sistema e das outras medidas que foram sendo implantadas nos revela uma ampliação do número de estudantes negras e negros nas universidades brasileiras. Nós temos hoje uma população preta ou parda no ensino superior em torno de 35%, o que é ainda muito menos do que deveria, mas é uma ampliação, está certo. Bom, com o ingresso dos estudantes da escola pública e negros e indígenas na universidade, começa muito forte a discussão da questão da permanência; então, uma vez ampliado o acesso, quais deverão ser as ações de permanência? O que é preciso implementar, ampliar para garantir a permanência dos estudantes na universidade? E a questão do rendimento acadêmico é uma questão que vai ser discutida e nós temos a possibilidade de desmontar o mito do baixo rendimento. Porque a crença do baixo rendimento se mostra um mito; mito é ruim, porque mito tem outro sentido nas africanidades, mas é a crença mesmo ideológica de que os alunos não iriam acompanhar, não iriam render. Os dados têm mostrado que isso não acontece, que os alunos entram na universidade e vão ter, sim, o rendimento acadêmico compatível com a universidade. A adoção do sistema de cotas, em 2012, no entanto, vai provocar novamente na sociedade um conjunto de reações extremamente negativas; eu colecionei, na semana em que a presidente sancionou a lei, um conjunto de manifestações a respeito da notícia, que apareceram nas redes sociais, e algumas delas eu trouxe aqui, porque elas repetem aquilo que já vinha sendo dito: "é um projeto para emburrecer o país", "o bom e velho assistencialismo eleitoreiro" — a ideia de que cotas são uma concessão —, "é uma forma de jogar o mérito pessoal no lixo", "tenho que procurar outro país para viver", e por aí afora.

Então, novamente, nós vamos nos deparar com o velho preconceito sendo reposto, reproduzido e reativado, e além disso, estudando o que acontece com os estudantes quando entram na universidade. Os estudantes cotistas vão se deparar com os obstáculos internos,

que nós conhecemos como racismo institucional. Eu orientei dois trabalhos aqui na Unicamp, depois que foi implantado o Paais, de iniciação científica, e num deles nós fomos estudar como se dava a integração dos estudantes do Paais na universidade. Existe um instrumento internacionalmente conhecido e desenvolvido, que é um questionário de vivências acadêmicas, desenvolvido por pesquisadoras da Unicamp, em colaboração com Portugal e Espanha, e nós trabalhamos com esses estudantes do Paais, brancos e negros, e uma das coisas que nós vimos foi que os estudantes negros têm menos acesso às experiências de integração, tais como participar de grupos de pesquisa, de representação, e a outros elementos da integração acadêmica. Em outro estudo — o primeiro estudo foi da aluna Tamyris Bonilha, o outro foi de Caroline Jango Feitosa; no segundo ela foi investigar preconceito mesmo, entrevistou professores, estudantes e se deparou com o velho preconceito do tipo: "está sendo desconsiderada a questão do mérito", "temos preocupação com o aproveitamento, com o rendimento", é uma crença de que esses estudantes não teriam um bom rendimento. Então, a própria universidade vai criando obstáculos, e um dos elementos é o preconceito. Nós temos vários relatos de estudantes daqui e de outras universidades, como a USP; um relato recente do professor da Universidade do Espírito Santo, a respeito das suas crenças e dos seus preconceitos em relação a profissionais brancos e negros; a aluna da USP que teve barrado seu acesso a certos ambientes porque é negra; a aluna negra da Pedagogia da Unicamp que, na primeira semana de aula, na van que a traria para a universidade, todos os alunos se cumprimentando, dizendo: "O que você faz?" "Qual seu curso?" "O que você vai estudar?" E olharam para ela e disseram: "Em que unidade você trabalha?" Essas são as experiências cotidianas com as quais nós nos deparamos; então, eu creio que, para enfrentarmos a questão das cotas, isso vai além dos aspectos formais com os quais temos lidado, mas vem e deve nos levar a pensar nos preconceitos que nós reproduzimos no dia a dia, institucionalmente, os quais toleramos. Eu trago aqui a última grande bomba, aquela banda da USP de Ribeirão — me dei o direito de não reproduzir a letra da

música, porque é de uma vilania e de uma violência que não precisa ser reproduzida — , a letra da música dos estudantes de Medicina da USP de Ribeirão desqualifica todas as mulheres, desqualifica de forma ainda mais cruel a mulher negra. Esses estudantes serão médicos daqui a pouco. A resposta institucional que eu li até agora é dizer: "Não sabíamos", a instituição lava as mãos e, ao lavar as mãos, tolera, aceita, e no seu silêncio, incentiva.

Então, acho que nós temos vários desafios: a superação do preconceito no interior das universidades; temos o desafio de assumir institucionalmente a questão do racismo por meio do ensino e da pesquisa — não é só por meio da extensão, mas por meio do ensino e da pesquisa —; nós precisamos construir experiências formativas que possibilitem a reflexão; e nós precisamos assumir intransigentemente o direito dos povos negros e indígenas de estar na universidade, e estar plenamente.

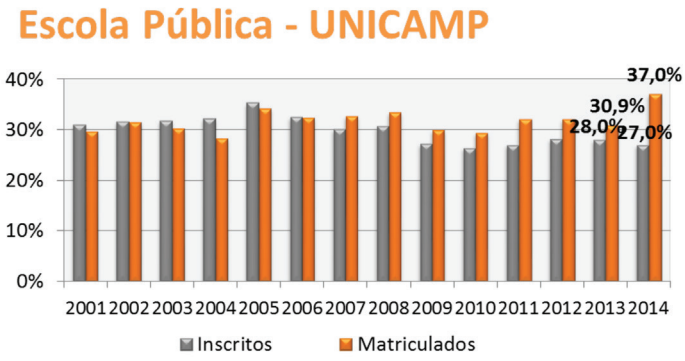
EDMUNDO CAPELAS DE OLIVEIRA – Bacharel e licenciado em Física na Unicamp, mestre e doutor pela mesma universidade, livre-docência em Física e Matemática, professor do Departamento de Matemática do Imecc (Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica), atualmente desempenha a função de coordenador executivo da Comissão Permanente dos Vestibulares da Unicamp, a Comvest.

ACHO QUE vou aprender bastante aqui, mas eu quero especificamente divulgar o nosso experimento, a nossa experiência do Paais, que a professora Petronilha mencionou, a professora Ângela Soligo mencionou. Eu vou falar especificamente sobre o Paais e vou fazer as comparações do estudante que ingressou via Paais e do estudante que não utilizou os pontos do Paais durante os cinco anos da academia, e vocês vão ter uma surpresa, aqueles que não conhecem os dados, porque você não consegue distinguir ao final do período, quatro ou cinco anos, dependendo da faculdade, se o estudante optou pelo

Paais ou não. Então, eu vou dar um panorama geral primeiro sobre o que é o nosso Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social. Ressalto desde já que isso foi colocado no nosso Conselho Universitário em 2004. Em 2004 começou nosso programa, foi votado no Conselho, e no ano de 2013 houve uma alteração; até o ano de 2013 os pontos, a bonificação, eram 30 mais 10 e, a partir de 2013, passaram a ser 60 mais 20, como eu vou explicar. E vou concluir dizendo que hoje, na universidade, nós temos no geral, não por curso e turno, 37% dos estudantes advindos de escola pública, incluindo os pretos, pardos e indígenas. Bem, começo falando o que é o Paais. É o primeiro programa de ações afirmativas sem cotas, foi criado no ano de 2004, como eu adiantei há pouco, por meio do nosso Conselho Universitário, foi votado no Conselho Universitário em 2004 e é um programa que simula o ingresso do estudante na Unicamp e a diversidade étnica e cultural. Como é feito isso? Através do que nós chamamos de bonificação — a professora Ângela também comentou em relação à bonificação da primeira fase, eu vou, mais à frente, justificar como é que isso está sendo estudado. Então, até o ano de 2013 a pontuação era 30 e 10. Vejam que é fundamental a opção na inscrição do vestibular; na hora em que o estudante for prestar o vestibular da Unicamp, ele tem que fazer a opção: "Eu quero participar do Paais", a opção é dele; então, feita a opção, ele recebe 60 pontos a mais na nota final após a segunda fase. Nós fizemos um estudo na Comvest sobre a pontuação ser passada para a primeira fase, assim como fizemos simulações, metade na primeira, metade na segunda, 40 na primeira, 60 na segunda, e várias possibilidades; a mudança é pouquíssima. Nós fizemos um estudo e apresentamos no grupo de trabalho, e isso está na Pró-Reitoria de Graduação e deve voltar à baila, ou seja, vai estar no Conselho Universitário neste ano que vai começar agora, 2015, e provavelmente em 2016 algumas mudanças deverão ocorrer. Aqueles 20 pontos a mais para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas, totalizando 80 pontos, não vale apenas 20 pontos, tem que ser 60 mais 20, então ele tem que ser assim, estudante de escola pública e autodecla-

rado preto, pardo ou indígena, assim ele teria seus 80 pontos na nota padronizada da segunda fase, ou seja, ao final. São essas pessoas que podem participar desse programa: ensino médio integral em escolas da rede pública brasileira mantidas pela administração municipal, estadual ou federal, participação opcional indicada no formulário, e é claro que também o pessoal do EJA (Escola de Jovens e Adultos), desde que em escolas municipais, estaduais ou federais. Outra parte que incentiva o estudante no vestibular é a isenção; Nas licenciaturas em: Ciências Biológicas, Física, Letras, Ciência Integrada Química e Física, Matemática e Pedagogia, quando esse estudante clica no botão de opção para fazer uma dessas, não paga a inscrição. Os pedidos são feitos no período de abril a maio, antes das inscrições, e quem pode se candidatar? Quem mora no Estado de São Paulo. Ainda é pouco, mas também temos estudos de modo a alargar isso, ou seja, para outros Estados. Nós temos esse endereço onde estão todos os dados, na página da Comvest: *www.comvest.unicamp.br/isencao/isencao.html*.

Imagem 1: Alunos de escola pública na Unicamp

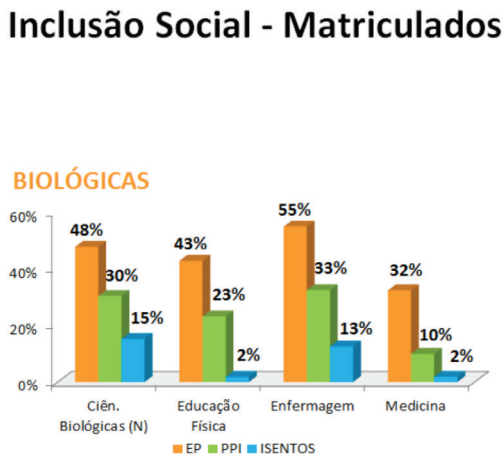


Fonte: Comvest

Então, olhem os dados desde 2004, eu destaquei os dois últimos anos, 2013 e 2014, nós tínhamos 28% de inscritos no vestibular e 30,9% de ingressantes na universidade. De 2013 para 2014 foi o di-

visor de águas, em que 30 mais 10 passou a ser 60 mais 20; então, houve o total de 27% de inscritos e com a bonificação a porcentagem de matriculados subiu para 37%. Não é por curso e turno, e sim uma média, nós temos cursos com 70%, 80% de candidatos vindos da escola pública.

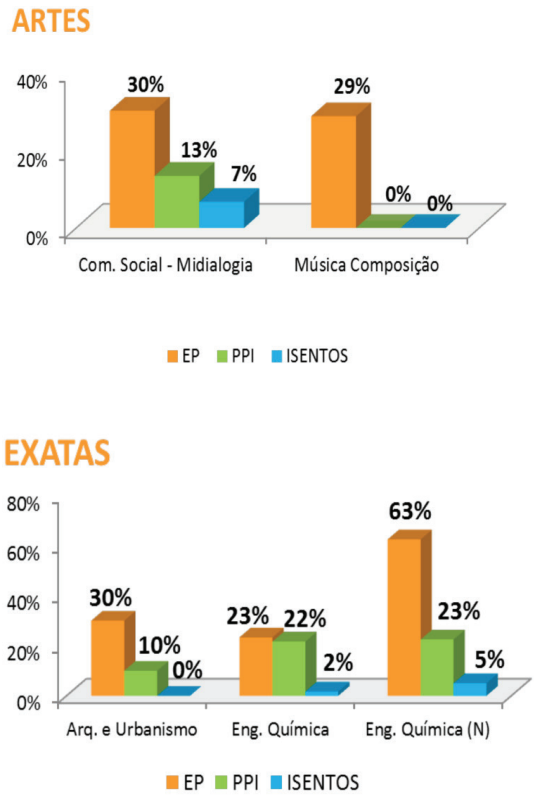
Imagem 2: Inclusão social — matriculados



Fonte: Comvest

A Imagem 2 mostra aquela comparação de que eu falei, com relação aos cursos na área de Biológicas. Nós destacamos os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem e Medicina, comparando os alunos advindos de escola pública, os PPI advindos de escola pública, ou seja, pretos, pardos ou indígenas que frequentaram o ensino público, e os estudantes que foram isentos da taxa, ou seja, não pagaram a inscrição.

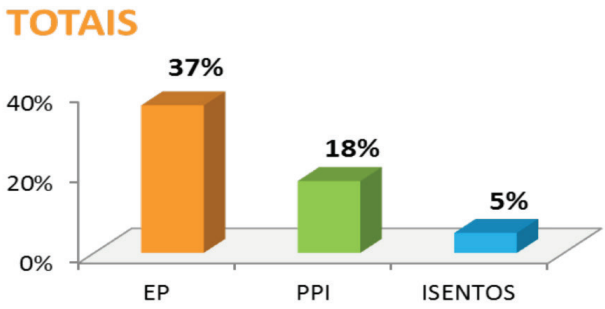
Imagem 3: Comparação entre cursos de Artes e Exatas



Fonte: Comvest

Aqui temos uma comparação dos cursos de Artes, Música Composição, Comunicação Social – Midialogia e os cursos de Exatas. Eu chamo a atenção porque os cursos de Exatas, em geral, são meio "problemáticos" por causa das disciplinas de cálculo. Nós temos aqui na nossa Engenharia Química, noturno, 63% de estudantes advindos de escola pública, esse é um número bastante representativo. No curso de Letras, escola pública, 87%; PPI, 27%; e isentos, 27%.

Imagem 5: Desempenho Escola Pública 2005 a 2008



Fonte: Comvest

Para isto eu chamo atenção e destaco como importante. O que está à esquerda, a nota do vestibular de alunos de escola pública, de 2005 a 2008, não Paais e Paais. Na nota do vestibular, os não Paais têm desempenho melhor, mas passou o tempo, o estudante na universidade, no curso de Artes, você não consegue mais distinguir se ele é Paais e não Paais; Biológicas, a mesma coisa; então, apesar do desempenho menor de estudantes do Paais no vestibular, com a convivência e, claro, com o estudo, ao final você não consegue distinguir qual é o estudante Paais e qual não é Paais. É claro que é um programa da Reitoria, mas eu defendo, sem dúvida alguma, esse programa. De novo, nota no vestibular para as Engenharias, Exatas e Ciências da Terra e Humanas; ao final, olhem a diferença, é praticamente a mesma coisa, não dá para você distinguir se o estudante era Paais ou não Paais, ou seja, quando ele está saindo da universidade. No caso específico de alguns cursos, a Medicina, por exemplo, no vestibular, os alunos não Paais tiraram a média de 667, e os Paais, 644, mas, ao final, a média dos seis anos: 7.8 para Paais e 7.7 para não Paais, ou seja, saíram formados com a mesma nota; analogamente, para o curso de tecnológicas, a nota de ingresso: 395, Paais, e 428, não Paais; após os quatro, cinco ou seis anos de estudo, conforme a faculdade, as notas da graduação foram: 5,9, Paais, e 6,0, não Paais.

DEBATE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS

WILLIAM ROCHA D'ANGELIS – Eu vou comentar, ou pelo menos destacar, algumas coisas sobre o que nós ouvimos e logo nós abrimos aos que quiserem perguntar para a mesa ou fazer comentários. Queria chamar atenção, na fala do Luciano, para duas coisas: primeiro, a preocupação dele em demarcar, demonstrar, indicar a sua origem ou a sua identidade, algo que nós não fazemos, que é justamente uma atitude reversa à nossa tentativa de criar a impessoalidade e o apagamento das origens, que para nós parece a maneira correta de fazer ciência ou estar no mundo, e para os povos indígenas obviamente não. E o Luciano fez uma observação que, para mim, pareceu muito importante, sobre a inclusão, dizendo que a noção de inclusão subentende uma noção ou um conceito de enquadramento, quer dizer, inclusão talvez para ele, com experiência de povo indígena, seja outro nome para integração — o velho jargão aplicado aos povos indígenas —, eu acho que é uma questão importante a ser considerada. Ele coloca que a inclusão é diferente da diversidade. A posição dele sobre as políticas é que as ações afirmativas são garantia de direito, mais ou menos o que nós ouvimos aqui na Mesa, dito pela professora Petronilha. Na verdade, eu pergunto se é uma questão de direito; concordo que não é uma questão de apadrinhamento, nem de concessão, nem de caridade, mas pergunto se é uma questão de direito ou se é uma questão de construção de índios e não índios, brancos e não brancos, negros e não negros, um modo diferente de organizar a sociedade e todos os seus espaços e, em particular este, que é da universidade. A professora Patrícia falou de sua experiência na Unifesp, a universidade que já nasce com as políticas de cotas, e isso nos mostra algo muito interessante: de fato, é uma experiência que nós devemos acompanhar sempre de perto, porque ela justamente começa de outra maneira, não está fazendo nenhum remendo, nenhuma transformação, é uma experiência que já tem alguns anos, uns bons

anos; nós deveríamos ficar atentos, porque podemos aprender muito com essa experiência, em todos os aspectos. Eu destaco na fala da professora Ângela — fiquei pensando muito nessa afirmação dela — quando diz que no Brasil o racismo saiu do armário. É uma questão forte e importante, não é dizer que o Brasil é racista, mas que o racismo existe, e está tendo coragem e saindo do armário, vamos dizer, não é? E, principalmente, que o racismo é um desafio para a universidade, não é um problema de extensão da universidade, é uma questão de pesquisa, e eu diria muito mais, de se preocupar com uma questão de ensino na universidade, e de novo vem a questão: nós ensinamos o que na universidade? Nós estamos formando engenheiros que sabem levantar prédios, médicos que sabem cortar barrigas, professores que sabem ensinar línguas; o que nós estamos fazendo? Isto aqui é uma universidade ou um centro de treinamento de profissionais? Nesse sentido o racismo é um problema e um desafio para o ensino e para a pesquisa na universidade, e não só um problema de extensão; muito importante. Bom, sobre as colocações do professor Edmundo, eu vou deixar para os próprios membros da mesa, que também eventualmente terão coisas para dizer, e eu só queria concluir da minha parte o seguinte: a questão das ações afirmativas e da presença de outras culturas e outras formas de organização social, inclusive dentro da universidade, é relevante pelo que nós chamamos de diversidade, porque nós já sabemos do que o nosso tipo de ciência é capaz, isso nós já sabemos; o que está na hora é de superarmos isso que a professora chamou de racismo institucional, não só, mas também o racismo institucional que nós poderíamos traduzir em eurocentrismo, em etnocentrismo e logocentrismo. Então, é preciso ver se os nossos sistemas de seleção de entrada nas universidades não estão todos calcados nesse tipo de lógica logocentrista, eurocentrista, e se com isso nós estamos deixando de lado outras possibilidades de abarcar na universidade outras formas de conhecimento. O que a nossa ciência sabe fazer nós já conhecemos, do que ela é capaz, a crise hídrica está mostrando, não me digam que não é culpa da ciência. Há pouco tempo vi um programa desses — posso dizer o nome aqui? — Globo Rural ou

coisa do tipo, e o sujeito estava falando dos problemas que estavam acontecendo com os transgênicos, "o senhor agricultor Fulano de Tal escreve uma carta porque o milho transgênico dele está dando caruncho, está dando lagarta, os bichos estão comendo", e chamaram um técnico da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que obviamente é a ponte entre a pesquisa acadêmica e o agricultor, e o técnico disse algo curioso e, além de dizer que tem que plantar o transgênico porque é muito interessante, é um grande avanço, deixou escapar as palavras: "a natureza é muito sábia". Que interessante que eles descobriram isso! Então, a natureza é muito sábia e deu conta de acabar com esse negócio e acabar com o transgênico; e a solução para o problema do agricultor era você plantar umas fileiras de milho comum, depois plantar o transgênico, ou seja, deem os milhos mais gostosos para as lagartas e elas não vão comer o seu transgênico, não é legal? Não é fenomenal que a nossa ciência consiga fazer essas coisas? Isso que o caboclo fazia lá na rocinha dele. O que a nossa ciência é capaz de fazer nós já sabemos, o que nós precisamos é pensar se não existem outras formas de conhecimento para as quais nós precisamos abrir os olhos, enquanto nós não acabamos com as possibilidades de conhecê-las e aproveitar delas. Eu diria, por fim, minha última observação, que o grave da ideologia da meritocracia é que ela é uma forma de ocultação da diferença, principalmente uma forma de ocultação dos privilégios de classe. A professora Petronilha falou que ninguém tem culpa do que fizeram, nós não temos culpa do que fizeram os portugueses, italianos, europeus, enfim, que vieram aqui antes de nós, que são os nossos antecessores, antepassados ou antecedentes, mas ninguém tem culpa disso, mas não ter culpa não nos exime de enfrentar a questão dos privilégios que nós temos. Então, como a professora lembrou Frantz Fanon, eu lembro a obra de Albert Memmi, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Olha, só por você ser branco, você tem privilégios; você muitas vezes não se deu conta disso, mas observe. Está lá no Albert Memmi.

SIDNEY CHALHOUB (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH DA UNICAMP) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Patrícia pelas informações sobre a Unifesp e, ao mesmo tempo, reconhecer o meu embaraço, porque eu fiquei um pouco envergonhado por ser da Unicamp. A timidez da Unicamp, em contraste com o que você expõe, torna, realmente a nossa situação muito chocante. Então, eu queria só fazer uma pergunta de esclarecimento para você. Se eu não me engano, você disse que a porcentagem dos cotistas da Unifesp é de 37,5%. Eu queria que você depois me esclarecesse como vocês chegaram a essa porcentagem, porque não chega a 50%, que seria mais próximo da porcentagem da população negra e indígena do país, por exemplo, com pouco mais de 50%. É inevitável que essas perguntas sejam para o Edmundo, que está aqui como representante da administração. Eu queria perguntar objetivamente, professor Edmundo, a administração da Unicamp acharia justo que a porcentagem de alunos negros e indígenas ingressantes na universidade fosse pelo menos equivalente à porcentagem de negros e indígenas do Estado de São Paulo? Ou então, já que a Unicamp é a Universidade Estadual Paulista, mas é uma universidade nacional, do ponto de vista de seu alcance, não seria justo, na melhor hipótese, que essa porcentagem fosse semelhante à porcentagem de negros e indígenas da população brasileira? Se a administração acha que isso não é justo, por que não é justo, e o que seria justo? Quando teremos 35% ou 50% de alunos negros e indígenas, por exemplo, no curso de Medicina e nos demais cursos? Aliás, a professora Ângela falou de sair do armário. Vários episódios mostraram que o racismo tem saído do armário nos últimos tempos. Eu acho que o mais chocante no último ano foi a reação da comunidade médica à vinda dos médicos cubanos. Um caso chocante que precisa ser enfrentado, eternamente, culturalmente nesses cursos de medicina. O que esses cursos estão fazendo com as pessoas que tratam da saúde da população? A última observação é que os dados do rendimento acadêmico dos alunos ingressantes pelo Paais mostram como há espaço para muito mais ousadia da Unicamp nas políticas de ingresso de negros e indígenas entre os nossos estudantes.

LAURA (ALUNA DE HISTÓRIA NA UNICAMP) – Tenho duas perguntas, mas de dois assuntos diferentes. No debate do IFCH nós ouvimos que mérito não é entrar na universidade, mas sim concluí-la. Ficou mais que claro isso, e eu queria saber quais são as políticas de permanência tanto na Unifesp como aqui na Unicamp, porque nós vemos nos alunos do ProFIS (Programa de Formação Interdisciplinar Superior) — um programa de inclusão dos alunos de escolas públicas de Campinas —, por mais que morem aqui, eles demoram em torno de duas horas e meia para chegar à universidade e o mesmo tempo para voltar para casa. E nós não temos uma política pública que se estenda à moradia estudantil. Como você inclui esses alunos do ProFIS, sendo que eles têm uma carga de passar cinco horas no trânsito dentro da cidade? E a segunda pergunta é sobre essa integração dos alunos cotistas, nós temos um problema também no ProFIS, principalmente os alunos negros; eles me disseram, enquanto eu dava aulas para eles, que os alunos negros na universidade ou são do ProFIS ou são os haitianos. Então, qual é a política pública para aumentarmos essa presença dos negros na universidade, essa era a pergunta para o professor. É isso.

TAYNÁ (ALUNA DE HISTÓRIA E MEMBRO DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DA UNICAMP) – Eu tenho uma pergunta para o professor Edmundo. Diante de algumas questões que a professora Ângela Soligo colocou sobre nós pensarmos no racismo não só na extensão, mas também na pesquisa e no ensino e, perante os dados que o senhor colocou nos gráficos, fazendo a comparação dos alunos Paais ou não Paais, sobre o fato de que não daria para distinguir os alunos que vieram do sistema do Paais dos não vieram, eu vou direcionar minha pergunta. Eu acho um tanto quanto equivocado falar que não dá para distinguir os alunos que vieram do Paais dos que não vieram, porque ali, aquilo é um gráfico, aquilo são cálculos, aquilo são estatísticas, e aquilo não condiz com a verdade que nós vivemos aqui na universidade, porque a distinção acontece, pela cor da nossa pele, pelo espaço que nós ocupamos dentro da universidade. Por mais que com os dados nós enxerguemos que as diferenças acadêmicas não são muito

grandes, o número de negros na universidade é extremamente baixo; ontem eu conversava com um rapaz da pós-graduação do IFCH e ele comentou sobre o movimento negro da UNB, falou que o movimento é organizado, tem muitos negros, "mas é óbvio que lá é bastante organizado e tem mais negros que aqui, porque lá tem cotas"; nós do Núcleo já tivemos acesso aos documentos do Paais, fica estritamente clara a questão do mérito nos critérios do Paais; e reiterando o que a professora Ângela colocou, o racismo não está só na extensão, só no ingresso, está também na pesquisa e no ensino. E levando em consideração nossa presença aqui, os que aqui estamos, percebe-se que somos poucos, e nós temos que enfrentar no dia a dia, por exemplo, essa questão de você chegar numa van e não poder ser considerado estudante, ou os outros negros da universidade acharem que você não é brasileiro, que você é intercambista, porque a maioria dos negros que estão aqui é intercambista. O racismo chega a ser tão permeável, que nós não somos reconhecidos, por mais que nós estejamos par a par no rendimento acadêmico, dentro da universidade nós não somos reconhecidos. Então, eu gostaria de saber quais são as políticas institucionais da Pró-Reitoria de Graduação no sentido de promover o combate ao racismo de fato, no cânone de conhecimento a que nós temos acesso aqui na universidade, como está sendo direcionada a questão da pesquisa, da permanência estudantil e também da própria extensão.

PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS – Bem, Sidney, o que foi passado para mim, pela Pró-Grad, é que esse índice de 37,5% foi em relação à estatística do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para São Paulo, isso era anterior a esses dispositivos mais recentes, estabelecidos pela lei de 2012, mas a universidade caminha realmente para a cota de 50%. Outra coisa que eu ia falar é o seguinte: a Pró-Grad disponibilizou toda a documentação desde o início do sistema de cotas, então nós temos acesso pelo *site* da universidade, www.unifesp.br, vocês conseguem, na página de Pró-Reitoria de Graduação, acessar, desde quando começou em 2007, estatísticas, provas e gabaritos, manuais e editais; e temos também o relatório que a universida-

de fez da avaliação do sistema de cotas desde o início até 2008, e vai ser feito outro relatório no ano que vem. Então, nós estamos seguindo realmente bem de perto. Engraçado, pensando em tudo que ouvi aqui na mesa, a Unifesp é uma universidade nova que lida justamente com um corpo docente que vem de diferentes lugares, com alunos também com diferentes trajetórias e histórias, com graves problemas de infraestrutura — quem foi lá já viu isso, já teve essa condição —, mas que conseguiu, acredito, nesse processo, perceber que a diversidade, nossa e dos nossos alunos, foi um fator fundamental para o nosso crescimento. Enfrentar a sociedade brasileira como ela é, lidar com as questões que essa sociedade apresenta não foi um problema para nós, foi a nossa riqueza. Os cursos tradicionais da Unifesp, Medicina e Enfermagem, que são cursos de 80 anos, conseguiram — eles estão até na página da Pró-Grad — prêmios, pesquisas, inserção internacional de alunos em atividades ligadas à medicina de ponta de que a Unifesp cuida. Agora, o que é muito interessante é que houve um engajamento desde o início, mas não um engajamento sem lutas e conflitos internos, de um setor importante da Medicina Social, na construção de uma universidade diferente. Houve um processo de, realmente, muita luta interna, de luta com os *campi*, com os professores, e de amadurecimento nisso, porque a Escola Paulista de Medicina e a Escola Paulista de Enfermagem eram consideradas escolas de formação de médicos da elite paulista e da elite cafeeira. Quando comecei a ajudar o Jaime e os colegas do Departamento de História a organizar a documentação mais antiga, nós percebemos que havia os bailes do café, porque os primeiros alunos da Escola Paulista eram filhos de cafeicultores, e estes faziam doações de sacas de café para as festas de formaturas dos alunos. Então, uma instituição que tem uma história dessas, tão forte, realmente, foi trazer para o coração do projeto de universidade a forma de ingresso. A forma de ingresso precedeu a contratação dos docentes e precedeu inclusive a ramificação dos departamentos, e isso foi acontecendo junto com a constituição dos laboratórios de pesquisa e dos departamentos. Talvez nós tenhamos o benefício de ser uma universidade nova, em que se permitem cami-

nhos diferentes, mas eu acredito que, pelo desempenho — nós temos também todas as tabelas de desempenho — dos alunos, realmente, além de não haver diferença, essa universidade como um todo está funcionando, está progredindo, a despeito das condições de infraestrutura, o que não tem nada a ver com os estudantes provenientes de cotas. Sobretudo, do ponto de vista — que nós não medimos em estatísticas ou resultados — da mudança de comportamento de olhar a sociedade brasileira, a Unifesp cresceu de uma maneira tal que quem a conheceu antes percebe essa mudança. Eu acho que querer ser visto de outra maneira exige uma humildade institucional muito grande, porém necessária, que nós precisamos enfrentar.

EDMUNDO CAPELAS DE OLIVEIRA – Bem, professor Sidney, eu gostaria de deixar claro o seguinte: eu não respondo pela Pró-Reitoria, mas nós temos uma assessora na Pró-Reitoria, se eventualmente o senhor quiser um esclarecimento, ela se dispôs a fazê-lo. O que posso garantir é que eu, pessoalmente, como coordenador executivo da Comvest, executo; esses estudos são feitos pelo Conselho Universitário, isso é votado no Conselho Universitário, o que nós fizemos foi propor algumas assimilações para que a instância máxima da universidade conseguisse discernir se deve ser mais agressiva ou não. Eu, pessoalmente, o que eu tenho de fazer é executar o que vem de cima; eu posso garantir que toda e qualquer solicitação de pesquisa que envolva o ingresso de estudantes, sejam 30, 40, 50, nós vamos fazer, isso eu posso garantir. Com relação aos dados dos 50% que nós temos como meta para cumprir, nós e as universidades estaduais paulistas, a meta é de 35, 43 e 50, o que foi estipulado para 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Não estamos cumprindo isso em todos os cursos ainda, mas eu acredito que algumas novidades devem ocorrer em 2016, porque, pelos meus dados, só com o Paais, eu não consigo chegar a essa meta; agora, se eventualmente for votada outra ação, o que nós vamos ter que fazer na Comvest é a seleção de estudantes, essa é a obrigação da Comvest. Antes de responder aqui, eu vou passar para a professora Laura Sterian Ward, que é assessora da Pró-Reitoria, ela pode me complementar.

LAURA STERIAN WARD (PRÓ-REITORIA/UNICAMP) – Sou médica, formada na Unifesp, conheço bastante da história e da realidade da Unifesp, e gostaria de dizer, antes de mais nada, que aquilo que a Patrícia falou, esse olhar, esse cuidado e a discussão sobre a importância do que nós estamos fazendo aqui, discutir inclusão e diversidade, isso é uma prioridade na nossa Pró-Reitoria de Graduação, estamos aqui por causa disso. A Ângela e o Edmundo acompanharam por todo este ano, as várias discussões, mais tarde eu vou mostrar um pouco do que nós propusemos para atingir essas metas que nós, realmente, queremos atingir, e para o que nós reconhecemos que vamos ter de implantar um percentual de cotas. Eu vou deixar para discutir isso um pouco melhor mais tarde, mas o que eu quero deixar muito claro para vocês é que o professor Luís Alberto Magna e todo o nosso grupo na atual administração têm os olhos voltados, e seriamente, de uma forma muito engajada, para essa questão, e embora nós saibamos que a nós compete, principalmente, a graduação, reconhecemos que isso se estende a toda a Universidade, aos funcionários e professores; poucos são aqueles incluídos, poucos são os indivíduos negros, pardos e indígenas que fazem parte da comunidade da Unicamp como um todo. Nós temos que modificar isso, temos a consciência e estamos nos empenhando em fazer várias ações para que isso seja modificado. Obrigada.

EDMUNDO CAPELAS DE OLIVEIRA (COMVEST/UNICAMP) – Com relação à pergunta que a colega fez sobre a permanência dos estudantes, eu acredito que a professora Laura deva falar alguma coisa à tarde, mas devo adiantar que houve um grupo de trabalho que colocou uma série de ações que devem ser votadas no Conselho Universitário, em particular relativas à permanência do estudante aqui na cidade de Campinas. Depois alguém comentou sobre o ProFIS — a Professora Laura também deve comentar sobre isso; eu adianto a vocês que está sendo tomada uma medida para que o ProFIS seja ampliado, mas isso é uma particularidade da Pró-Reitoria e eu deixo o final para a professora Laura. Enfim, sobre a diferença que a colega falou que não

dá para distinguir, provavelmente é porque eu tenha me expressado mal; para mim, o que eu destaquei foi a diferença acadêmica, nessa diferença acadêmica você não consegue discernir se é um estudante Paais ou não Paais.

LUCIANO ARIABÔ QUEZO – Só para esclarecer também o questionamento que o professor fez em relação às ações afirmativas, fui eu que citei. Houve um equívoco no seu entendimento, eu acho. O eu que coloquei foi que a educação é direito de todos, isso que é garantido, não as ações afirmativas, não é um direito ter ações afirmativas. A minha discussão vai muito além do que é esse direito, tanto que eu tenho opção de querer usufruir desse espaço ou não. E eu usufruo desse espaço; o meu posicionamento, a minha postura e a minha visão são respeitadas. Acho que é isso. Não é um direito só de quem é negro, de quem é indígena, é o direito de todos os cidadãos brasileiros. E outra coisa também é sobre a questão do racismo, eu fico um pouco revoltado quando trago isso, porque trago toda uma história, uma história que começou há 514 anos, eu não sei se vocês já se deram conta disso, eu coloquei aqui que eram mais de 5 milhões de pessoas vivendo somente na costa, o IBGE apontou, em 2003, 350 mil indígenas em todo o Brasil, isso é só racismo. O genocídio, o etnocídio que ocorreu outrora e que ainda ocorre até hoje. Por isso que eu disse que ia ser menos radical e até mais suave hoje no meu discurso, mas eu não consegui escapar disso. É muito mais do que racismo, não é? É extermínio total, é um extermínio. E é nessa condição que nós gostaríamos de ter o direito de pertencer ao Brasil; é fazer diálogo, ajudar a construir. Eu não estou trazendo essas lembranças para fazer aversão, não, "vocês são culpados", mas há pessoas que não se deram conta disso, que estão exterminando ainda, entende? Não ficou só na lembrança isso..

ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO – Eu não queria mais falar depois dessa fala, porque acho que o que o meu colega estudante falou é forte e importante, não é só lembrança, é uma história, e vale para os povos

indígenas e vale hoje para o povo negro, é uma história, uma história de exclusão, uma história de extermínio, e é uma história de racismo, e é isso que nós enfrentamos no dia a dia, e é com isso que nós nos deparamos na universidade: o quanto ela é impermeável, o quanto ela é difícil na discussão, na aceitação e na superação de seus racismos. Nós vivemos hoje isso muito fortemente na universidade. Acho que nós temos a tarefa, não apenas na Unicamp — eu queria demandar isso na Unicamp —, de construir essa outra possibilidade de ser uma universidade, uma "pluriversidade", como diz o Boaventura, em todas as nossas experiências acadêmicas; é inaceitável que num curso de Pedagogia — e quem está falando aqui é uma ex-coordenadora de curso — a disciplina história da África seja eletiva, é inaceitável; e ela só está lá porque fui coordenadora de curso. É inaceitável que nós tenhamos tão poucas experiências de formação, em todos os cursos da Unicamp, em que a questão racial possa ser pautada como um componente que nos forma, isso é absolutamente necessário; é inaceitável a nossa pouca produção em pesquisa na temática, nós precisamos começar a fazer e demandar isso, usar os nossos espaços de representação, de exercício do nosso lugar como professor, como funcionário, como estudante, para construir isso. Eu sofro de ingenuidade crônica, e sempre fico achando que vou chegar a uma discussão como esta, e o auditório vai estar cheio, e ele nunca está cheio, não é? Porque parece que para a Unicamp esta é uma discussão menor. Então, acho que é a nossa tarefa ampliar esta discussão, e é nossa tarefa construir institucionalmente esses espaços de discussão, que eles sejam construídos para além da vontade individual, que essa seja a vontade da instituição; quero marcar aqui que este ano, mais uma vez fui convidada pela Pró-Reitoria para fazer esta discussão e isso não é pouco relevante. Nós temos um espaço sendo aberto, e vamos ocupá-lo. É só isso, obrigada.

CLAUDILENE SILVA (DOUTORANDA DA UNICAMP) – Sou de Pernambuco, do programa de educação da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), e estou fazendo um doutorado sanduíche aqui na Uni-

camp. Eu quero, primeiro, parabenizar a mesa pelas contribuições, acho que isso é extremamente importante. Professora Ângela, acho que é imprescindível que a população brasileira perceba que o racismo é uma discussão da população brasileira, que abrange todos nós, brancos e negros, talvez uns de forma a prejudicar e outros de forma a beneficiar. Enquanto nós não nos dermos conta dessa diferenciação, não vamos conseguir dar passos na superação desse problema e construir outras possibilidades de convivência e entendimento. Na verdade, queria pedir para o professor Luciano falar um pouco mais sobre os elementos; não deu tempo de abordar esse tema na sua fala, não é? Acho que isso é imprescindível para nós entendermos, se nós estamos querendo construir essas alternativas, é ouvir a experiência de quem está vivendo, de quem reteve essas experiências. E se for possível e der tempo, professora Patrícia, gostaria que você trouxesse um pouco das reações dos professores nessa nova conjuntura e nessa nova possibilidade da criação de uma universidade com as características que você colocou. Obrigada.

MAÍRA (DOUTORANDA DE ANTROPOLOGIA DO IFCH, MEMBRO DA FRENTE PRÓ-COTAS DA UNICAMP) – Eu gostaria primeiro de parabenizar a professora Patrícia e a professora Ângela, as falas de vocês são fundamentais para este debate e para aprender que é possível. E professor Luciano, sua presença é extremamente importante, e há horas em que realmente não dá para suavizar, e acho que não se deve suavizar mesmo. Professor Edmundo, a professora Lucilene abriu esta mesa dizendo como nós ficamos perplexos com o Pimesp (Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista) e com o quanto ele ignorava a discussão de cotas, e eu continuo perplexa com a Comvest e a Reitoria da Unicamp, que continuam ignorando o debate de cotas que existe no Brasil há tanto tempo. Um dos seus primeiros *slides* fala que o Paais é um projeto de inclusão sem cotas, em caixa alta. Nós estamos aqui debatendo isso e você traz números sobre rendimento, que são os números que vários estudos de universidades que têm cotas há pelo menos 12 anos também demonstram,

que o rendimento não é ruim; e eu queria só dizer que os dados não falam por si mesmos, não basta trazer esses números, como a Tayná falou, porque a Unicamp que foi mostrada ali não é a Unicamp em que eu convivo, onde eu passo todos os dias, que é a universidade mais fechada que eu já fui na minha vida. Então, é só isso, acho que vocês precisam debater melhor esses dados, destrinchar, dizer de onde vêm, porque eu não consigo ver isso, um curso de 87% de pessoas vindas de escola pública; então, acho que esses dados deveriam ser explicados, eles não falam por si só.

BEATRIZ (ESTUDANTE DE PEDAGOGIA DA UNICAMP) – Eu me senti bastante contemplada pela maioria das falas. Eu queria colocar que, numa discussão sobre a mudança do vestibular no IEL (Instituto de Estudos da Linguagem), uma pessoa da Comvest falou que o que nós chamamos de cotas, que nós lutamos tanto para ter, ele chama de mérito. Então, já dá para ver a importância que eles dão para esse debate mesmo, e eu não vou me alongar nisso; eu estou com a lista de livros de leitura obrigatória do vestibular, a lista própria da Unicamp, em que consta o livro *Negrinha*, de Monteiro Lobato; então, eu gostaria de pedir que você enegrecesse um pouco como foi feita essa decisão, porque isso demonstra que a Unicamp está fechada para os movimentos sociais, o movimento negro, em vista das discussões que há sobre o racismo presente na obra de Monteiro Lobato.

GABRIEL (ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNICAMP) – Não sei nem se era para eu falar, por ser da Comissão, mas não tem como não falar. Eu também estou com uma grande dúvida sobre os índices, porque, de verdade, professor, eu duvido que haja nos cursos de Medicina 30% de alunos que vieram da escola pública, eu duvido; aquilo lá deve ser índice de inscritos no vestibular, no máximo, mas não que tenham entrado; eu duvido, de verdade. E se por acaso chegar próximo de um índice desses, é por causa das quatro vagas do ProFIS. Outra coisa que eu queria colocar é que você falou que não responde pela Comissão de Graduação, mas sim pela Comvest, mas e quanto ao po-

sicionamento da Comvest em mudar o vestibular da primeira fase — que é a grande peneira —, colocar a redação na segunda, porque eu aposto que para um aluno de escola pública acertar três questões é muito mais difícil do que tirar três pontos numa redação. Então, você já executa, literalmente, como você falou, você executa sonhos de quem está lá fora e não entra. Outra coisa, o sistema de bonificação e da meritocracia me espanta, porque, realmente, o sistema da meritocracia precisa de um que entre, assim como no passado, um negro fugia do quilombo, mas era um, e para o sistema da meritocracia isso é muito bom, ter um que entra, porque se tem como, teoricamente, falsear coisas e provar que funciona, quando na verdade é pífio.

EDMUNDO CAPELAS DE OLIVEIRA – Primeiro vou adiantar o que a Marina contestou com relação aos dados da Comvest, e que o Gabriel também falou. Eu posso garantir a vocês que esses dados não foram manipulados, esses dados são dados planilhados que estão na Comvest, nas páginas da Comvest, divulgados para todo mundo ver; agora, se nos cursos que vocês frequentam vocês não conseguem ver isso, eu falo o que estou vendo nos números, não sou eu que estou ali no dia a dia; agora, eu posso te garantir que não existe manipulação, isso eu posso garantir. Com relação aos livros sobre os quais a colega falou, existe, ou existia até este ano, um acerto com a USP dos nove livros — a partir do ano de 2016, esse acordo não existe mais — a partir de 2016, nós teremos um autor lusófono nos nove livros; então, foram retirados três livros e foram colocados três livros, no próximo ano sairão três livros dos antigos e entrarão três próximos, e finalmente, em 2017, a Unicamp terá sua lista, não de nove e sim de 12 livros, incluindo os lusófonos, e isso é feito pela Coordenadoria Acadêmica, sai um estudo do IEL, e o professor Petrilson, que é o representante, leva do IEL para a Câmara Deliberativa para votação. Com relação à redação passar para a primeira fase, bem, quem trabalha com o vestibular vai entender o que eu vou falar: quando você faz um vestibular para 77 mil pessoas, é um vestibular; quando você faz um vestibular para mil pessoas, é outro vestibular. O que foi pensado quando eu fui ao

IEL e a mais 13 unidades, junto com o professor Jaime, que é o coordenador de pesquisa, para falar das simulações e das modificações, o único lugar em que nós encontramos certo repúdio foi no IEL, com todo respeito. Foi no IEL, mas havia pessoas de vários lugares. Nós conversamos e abordamos o tema da redação, questionamos por que a redação foi para a segunda fase. Foi única e exclusivamente por: primeiro, gastos absurdos; segundo, estudos feitos pela nossa Coordenadoria de Pesquisa mostraram que a correção de uma redação, que envolve — com 75 mil candidatos — 300 mil pessoas, porque são duas correções às cegas e dois textos, ou dois gêneros, como o pessoal do IEL gosta de falar. Esse número nós não temos local dentro da universidade para resolver, e nós não corrigimos as redações na tela do computador, elas são corrigidas aqui dentro; então, esse é um fator que pesou muito. Agora, falar o que vai acontecer, desculpe, nós não podemos falar antes que ocorra; então, essa vai ser a primeira vez que o vestibular da Unicamp vai ter a sua redação deslocada para a sua segunda fase, enquanto a primeira fase será de questões objetivas.

LUCIANO ARIABÔ QUEZO – Gostaria de agradecer à Cláudia, por reconhecer a minha presença. Muito obrigado, Cláudia. Então, justamente, falando especificamente da UFSCar e do programa — por isso que eu disse que eu agradeço muito também por estar aqui junto de uma professora que começou o movimento, com outros parceiros, lá na UFSCar, a professora Petronilha —, esse programa é diferenciado no Brasil. Por quê? Porque antes de surgir essa demanda, o governo soltou a portaria, para que todas as universidades cumprissem; já existia esse programa. O programa, na verdade, está tentando modelar o programa que já existia; ele tem um vestibular específico para indígena. Repetindo, ele acrescenta uma vaga em todos os cursos para recepcionar indígenas, e tem um vestibular específico para indígenas; também, nesse sentido, acaba sendo complexo trabalhar a questão indígena, temos algumas dificuldades, porque é um programa amplo. Por ele ser amplo, acaba recebendo indígenas de várias realidades; por isso eu também disse que é um programa que precisa ser traba-

lhado não só na questão pedagógica, que é uma das afetadas, e não é só indígena, mas parece que é mais visível porque o número de indígenas é menor, e parece que o problema só está em indígenas quando entram na universidade, o que nós tentamos desconstruir também. Por quê? Porque eu participo do movimento indígena, a militância, há 13 anos e eu percebo que ainda é preciso conversar muito a respeito, a abertura é necessária; a partir da abertura você cria possibilidades de dialogar; então, nós estamos construindo esse diálogo. A questão política é essencial, porque é a partir da política que nós vamos compreender e conseguir lidar com a questão pedagógica. Por isso nós construímos, adquirimos um espaço físico para dialogarmos e tentarmos nos articular como indígenas lá dentro; depois vem a reflexão, o que nós, como indígenas, estamos fazendo na universidade, qual é o sentido de estarmos na universidade. Por que foi criado o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, para contar o quê? As experiências. Alguns problemas que existem em outras regiões, o que poderia colaborar com algumas dificuldades que nós estávamos tendo naquele momento. Alguns sucessos que nós estávamos tendo ali poderiam colaborar com algumas dificuldades que estavam ocorrendo em outra região. Falou-se também sobre a educação, a saúde, movimento político e sobre as ações afirmativas; foram quatro ou cinco temas, e isso tudo nos tocava, e percebemos que essa criação, essa articulação do movimento dentro da universidade tinha como objetivo dialogar com a situação. Um representante anterior a mim investigou toda a problemática, diagnosticou o que estava afetando os alunos na questão pedagógica, e montamos um programa, em diálogo com os indígenas, que nós queremos que funcione no ano que vem. Um programa criado por nós e que tem um acompanhamento pedagógico, mas ele não surge a partir da iniciativa pedagógica, e sim pela postura política. Também estamos pleiteando um Centro de Referência Indígena na universidade, não existe um modelo como esse em nenhum lugar do mundo. Então, ele vai ser uma referência nacional e internacional. O que é? Esse movimento é político, a política não pode ser desconsiderada, entende? Então, para que se encaminhe ou

que se viabilize a questão pedagógica — aqui nós estamos falando de questão acadêmica —, precisa estar de lado a questão; o Centro de Referência vai trabalhar a epistemologia, é isso que estamos pautando, e também modificar a estrutura curricular.

PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS – Você perguntou sobre a reação dos professores. Em primeiro lugar, isso foi constituído no tempo, como cada colega chegou de um referencial diferente, e nós encontramos tudo por fazer; os três primeiros anos na Unifesp foram de trabalhos efetivamente muito pesados, por exemplo, quem entrou comigo, no ano em que entrei, nós tínhamos de fazer editais para os próximos colegas que viriam; então, eu entrei, e quatro meses depois eu estava na banca de seleção de um colega; esse início de Unifesp foi muito pesado. Agora, sinceramente, eu nunca senti contestação ao sistema das cotas, porque isso era dado, quando todo mundo foi fazer a inscrição, estavam descritas as características da universidade, sistema de ingresso misto, com as três cotas definidas. Isso já estava no manual do candidato a professor, quer dizer, na instrução institucional. Quando, por exemplo, eu fiz a prova, meu *campus* sequer estava construído, eu vi a maquete e vi a descrição da forma de acesso. Então, "é isso, você quer fazer prova? Isso vai ser no futuro, e isso é o ingresso dos alunos". Então, quer dizer, nesse caso, nós temos reações a outras questões que nos afetaram, por exemplo, a forma de expansão, e os locais para onde nós fomos designados, mas a questão do ingresso dos alunos, isso em si não foi o problema, até porque nós valorizamos a nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), e nós nunca tivemos nenhum problema com o Enem justamente pelo fato de aproveitarmos o sistema do Enem. Nosso problema é de outro tipo.

PARTE III

UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS: O DEBATE POLÍTICO E ACADÊMICO SOBRE AS COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

MARIA HELENA MACHADO – Professora titular do Departamento de História da USP, especialista em História Social da Escravidão, é autora de alguns livros, entre eles *O Plano* e *Pânico, Movimentos Sociais na Década da Abolição*

É UM prazer estar aqui na Unicamp e retomar uma discussão que nós estamos fazendo há alguns anos. Eu venho falar da experiência da Universidade de São Paulo, que não é uma experiência — já tenho que falar desde o início — muito otimista, nem muito ousada. Vou procurar explicar as razões disso à frente. Eu acho que, na experiência das universidades estaduais paulistas, a Universidade de São Paulo é a mais difícil, a que teve maior resistência à discussão de cotas, me refiro tanto às relativas a cotas de escola pública quanto a cotas raciais. Nós temos um histórico de resistência à discussão de cotas na USP, tanto que o próprio Pimesp — eu vou contextualizar um pouco — foi rechaçado de maneira visceral tanto por parte daqueles grupos que viam a questão da inserção como fundamental, e que consideram o Pimesp muito tímido, quanto por grupos que o acharam muito ousa-

do. Explico: o voto negativo nas congregações dado pelas faculdades de Medicina e de Engenharia se justificavam não porque o projeto Pimesp fosse conservador, e sim porque era ousado demais. Essas faculdades da USP não aceitam nenhum tipo de política social. Então, vejam que estamos falando de um sistema complexo. A Universidade de São Paulo é a mais antiga e, embora ela hoje tenha uma estrutura de massas, continua agindo como uma universidade de elite. Eu não sou particularmente pessimista, porque eu acho que, apesar da resistência, as mudanças têm sido feitas, e eu acho que os dados timidamente mostram isso, mas devemos discutir, sobretudo, se e como a mentalidade de grande parte das escolas da USP vai se transformando.

Então, o que eu vou fazer aqui muito rapidamente é mostrar um pouco o que aconteceu na universidade desde 2012. Nesse ano, nós tínhamos o sistema do Inclusp (Programa de Inclusão Social da USP). Vou mostrar os dados de 2012 e vou acompanhar 2013 e 2014. Em 2012, pela primeira vez a FFLCH (Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras) formou uma comissão para discussão de cotas etnorraciais, da qual eu fazia parte, justamente com os professores Antonio Sérgio Guimarães, Vagner Gonçalves, Rosângela Sarteschi e representantes dos alunos e funcionários. Ela ainda é ativa, mas nunca mais foi convocada para opinar desde o início de 2013. Então, essa é a situação. Mas na verdade as nossas apresentações no final de 2012, início de 2013, foram muito boas e eu posso dizer que dentro da Faculdade de Filosofia nós tínhamos uma resistência enorme ao sistema de cotas. Tínhamos uma dificuldade de discutir, porque temos grupos de esquerda tradicionais para os quais, naquele momento, a discussão de cotas raciais surgia como um atentado contra as ideias de igualitarismo, igualdade de acesso. Esses grupos vieram, em nossa primeira discussão, com um bombardeamento muito grande com relação à escola pública; como nós, da Comissão de Cotas, e uns três ou quatro colegas, não mais do que isso, em uma congregação de quase 100 professores, ousávamos falar em discutir cotas, o ingresso na universidade, sem nos reportarmos a todo o sistema educacional público e privado? O que significava essa empreitada em termos das agendas

históricas defendidas pela Congregação da FFLCH? No nosso ponto de vista, isto é, da Comissão de Cotas, se enveredássemos para discutir todo o sistema público de educação, jamais chegaríamos a propor alguma mudança concreta em relação à inclusão etnorracial. Então, nós começamos em um ambiente pouco receptivo, mas eu acho que o trabalho da comissão foi bom, conseguiu convencer muita gente. Foi nesse momento que fomos bombardeados pelo Pimesp.

Nesse período, tivemos um momento de luta que foi interessante, produtivo, mas o problema da gestão na USP, como foi amplamente divulgado, se agravou. A gestão do reitor João Grandino Rodas foi catastrófica para as reservas da universidade, devido ao excesso de gastos. E a mudança de gestão que nós almejávamos, — projetávamos maior abertura — na verdade também não se concretizou, continuamos com muita dificuldade de diálogo com a Reitoria. Para vir aqui, há semanas enviei *e-mails* para o professor Zago, nosso reitor, para o Vahan Agopyan, que é o nosso vice-reitor, e para as secretárias deles, solicitando informações novas, porque nós não sabemos nada a respeito dos planos desta gestão para o avanço na inclusão, pedi que me enviassem os projetos, as ideias da nova gestão, que já não é tão nova; já tem quase um ano. Perguntei sobre o andamento do sistema de cotas, e não recebi resposta alguma. Vejamos, finalmente, os dados de 2012 do Inclusp, que é, como já mencionei, o antigo sistema de bônus da USP. Então, no ano de 2012, os matriculados na Fuvest somaram 10.668 alunos; neste, 13.9% eram alunos pretos e pardos. O dado parecia positivo, mas, ao analisarmos esses números com maior cuidado, verificamos que os alunos pretos e pardos provenientes da escola pública eram apenas 785, isso é 53% do montante divulgado pela USP como uma vitória da inclusão; já os alunos pretos e pardos matriculados que vieram da escola privada eram 697, 47%. Além desse fato, o que nos interessava naquele momento era que 76% dos inscritos do vestibular na Fuvest se consideravam brancos, e perfaziam 78% dos matriculados, portanto eles levavam 2% de vantagem. Os pretos e pardos eram 14.3%, mas só eram aprovados 13.9%; e os chamados amarelos — que é uma categoria realmente horrorosa

de falar —, digamos os asiáticos, eram 5.5% e sua representação se exponenciava para 7.5%. Quando você vai ver essa distribuição nas escolas, percebe que na Medicina e na Engenharia, os asiáticos mais do que dobram a sua representação, e os chamados PPIs (Pretos, Pardos, Indígenas) — nem vou falar indígena porque a USP tem pouquíssimos alunos indígenas —, mas os chamados PPs vão para quase nada. Agora por escolas: na Medicina, 77% de brancos inscritos, 74% aprovados; pretos e pardos, de 16% passavam para 9%, e os asiáticos, de 6% passavam para 16%. Na Engenharia, o mesmo tipo de estatística ocorria. O curso Letras, o único setor que havia sido analisado na área de Humanas, era o que possuía menor desproporção entre o perfil inicial e a aprovação, ou seja, uma disparidade menor entre inscritos PPs e aprovados. Como o Inclusp foi modificado depois da derrota do Pimesp? Os alunos pretos, pardos ou indígenas que haviam cursado o ensino médio em escola pública tiveram elevação de 8% para 12% na bonificação na nota. Para os alunos integrais do ensino fundamental e do ensino médio na rede pública, elevou-se de 8% para 15% a bonificação dos candidatos. E o aluno que cursou integralmente o ensino fundamental na rede pública e o 2º e 3º anos do ensino médio em escola pública teve elevada a bonificação de 15% para 20%. Essa mudança foi anunciada em 2013, mas aconteceu em 2014: Os PPIs com ensino fundamental na rede pública que houvessem cursado o 2º ou 3º ano do ensino médio também em escolas públicas recebiam o maior bônus total que a USP pode dar, 25%, isso com a somatória de todos os bônus. Esse era o projeto, e realmente ele se realizou no vestibular de inscrição em 2013 e entrada em 2014.

Embora tenha havido certa evolução, os números oficiais escondem realidades não tão favoráveis. Fomos nós que fomos buscar os dados e totalizamos que apenas 53% dos PPs aprovados eram da escola pública. Então, se você realmente fizer a conta do bônus, você vai ver que, embora o bônus do Inclusp tenha aumentado o ingresso de alunos de escola pública na USP, ele não permitiu que a representação demográfica da população fosse atingida, porque os alunos PPs

que ingressavam provinham da escola privada, eram de classe média. A conclusão era que se fazia necessário avançar nas políticas, e que o bônus não funcionava direito.

Naquele momento, fomos bombardeados pelo Pimesp, que chegou à USP antes de chegar à Unicamp e nos causou um espanto enorme. O Pimesp se chamava inclusão por mérito e de forma alguma falava em cotas. Surpreendente, não é? Os dados que recheavam o Pimesp eram bonitos, eles mostravam realmente que havia um buraco na representação do aluno da escola pública e do aluno PPI nas universidades. Então, na USP, entre 128 mil vestibulandos havia 23 mil candidatos PPIs, mas destes, apenas 1.511 conseguiram se matricular. Porém isso incluía o uso de escola privada. Então, quando você tirava os da escola privada, realmente o número era muito pequeno. Porém o que o Pimesp propunha como solução para tal realidade era a criação da universidade a distância por dois anos, os *Community Colleges*, e todo aquele sistema que eu até gostaria de explicar um pouco melhor, mas não vou ter tempo. Ele quase foi aprovado, pois grande número de Congregações da USP inicialmente não percebeu os danos subjacentes a esse projeto, portanto, sua derrota dependeu de uma mobilização brutal. A discussão de cotas ajudou pelo menos a nos organizar; assim, quando a ameaça do Pimesp chegou, já estávamos um pouco mais organizados e atentos. O movimento inicial se deu com a carta que redigi junto com o Lilia Schwarcz, e que mandamos para os membros da Congregação. Nela fazíamos a primeira crítica ao Pimesp chamando a atenção para aspectos formais, aspectos de conteúdo, mas, sobretudo, para a questão do *Community College*, que não estava explicada, eram os tais Ices (Instituto Comunitário de Ensino Superior); o Pimesp propunha um ensino médio a distância e meio presencial por dois anos para o aluno de escola pública e PPI. E era a primeira vez que se falava em perfil demográfico, nos 35% ou 37% de presença de negros e pardos no censo do Estado de São Paulo, que seria a meta a ser atingida de integração dessa população ao sistema universitário. Porém essa meta, muito correta, seria atingida apenas no ensino a distância, que era proposto com um conteúdo

muito diferente daquele do ensino presencial, o programa falava em ensino de cidadania e outros temas gerais, porém não tinha uma proposta de ensino acadêmico equivalente aos cursos presenciais. Era um programa que se propunha a complementar uma formação tida como extremamente carente, e depois de dois anos, esse aluno, dependendo da sua nota, e dependendo das vagas disponíveis, poderia escolher em qual faculdade ele gostaria de se matricular. Então, estava nessa pequena frase o jogo, mesmo depois de dois anos de ensino a distância, o aluno de escola pública e PPI egresso do Pimesp não tinha assegurada a sua vaga na USP. Mas a tinha assegurada nas Fatecs (Escolas de Ensino Técnico). Nada contra o ensino técnico, nem contra a pessoa que não tem disponibilidade nem dinheiro e quer fazer uma faculdade de dois anos, mas não dá para fazer esse golpe. Inclusive porque o Pimesp era uma "cunha" dentro da autonomia da universidade, ele tinha autonomia, ia ter liberdade de propor o que quisesse em termos pedagógicos na USP, provavelmente na Unicamp e na Unesp, não passava pelo crivo nem pedagógico nem de conteúdo, não passava pelos departamentos.

O balanço final de toda essa discussão: o Pimesp foi altamente criticado por todos, e ele foi abatido, as Congregações das três universidades estaduais o desaprovaram, em um efeito cascata. Porém, nas congregações da USP, onde ele foi discutido, todo mundo apresentava sugestões avulsas: "Ah, por que não faz assim? Por que não faz assado?" E cada Congregação fez um relatório. E o que fez a Reitoria? Pegou esses relatórios e fez um projetinho totalmente desarticulado, que eu não vou ter tempo de mostrar, e resolveu implantá-lo. Nós fizemos uma segunda carta criticando, mas, como notei, ele foi implantado e hoje está funcionando. Para os alunos PPIs a USP dá um bônus de 5%.

COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNICAMP

LAURA WARD – Professora titular da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Fez graduação, mestrado e doutorado na Unifesp, e graduação em Letras, Língua e Literatura na Universidade de Nancy, na França.

A ATUAL administração da Unicamp retomou uma discussão que vinha bastante abandonada nos últimos anos, e existe um grande interesse em discutir novas soluções, em discutir maneiras de promover a inclusão social e de fazer ações afirmativas em prol dos nossos alunos na Unicamp. Não apenas dos alunos, eu volto a ressaltar, mas também de toda a comunidade, incluindo funcionários e docentes. Porque existe uma grande disparidade entre o corpo docente na demografia atual, na demografia existente. E entre os funcionários também. Então, foi criado um grupo de trabalho, através das normas da universidade, em uma deliberação do Consu (Conselho Universitário), em maio do ano passado, e ele foi dividido em três subgrupos. Um subgrupo de programas afirmativos, do qual o professor Edmundo Capelas, que está aqui, fez parte; um subgrupo que discutiu o Pimesp — como a professora Maria Helena acaba de mencionar, o Pimesp chegou para nós como um *tsunami*, ele foi discutido por esse grupo do qual participaram vários docentes, funcionários e também representantes discentes; e o nosso o subgrupo das cotas, no qual os indivíduos mais atuantes sem dúvida foram o Marcelo Prado, o Joaquim e o João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko), além da professora Sílvia, aqui presente, que foi a relatora do subgrupo.

Então, o que eu vou mostrar é um pouco daquilo que nós fizemos: várias reuniões em que discutimos vários dos aspectos envolvidos na reserva de vagas para ingresso na universidade. Sempre com amplas discussões e ampla participação, principalmente do Kiko e do Joaquim, os funcionários. Tivemos uma reunião aberta — da qual, aliás, participou a professora Ângela — que foi muito interessante,

foi feita na sala do Consu, onde havia vários representantes da Frente Pró-cotas, dos movimentos sindicais, vários alunos. Nós temos que lembrar alguns pontos específicos antes de eu mostrar aquilo que nós sugerimos como resultado dos trabalhos desses meses de discussão. Alguns pontos aos quais eu não vou me ater, como o fato de as ações afirmativas já virem há algum tempo; como, por exemplo, o *Civil Rights Act*, que é importante para a área de educação no mundo; e no Brasil nós já temos ações afirmativas desde a década de 1990. Eu cito aqui o Projeto de Lei nº 73, de 1999, da deputada Nice Leão, que reserva para ingresso nos cursos de graduação com proporção mínima igual à de pretos, pardos e indígenas (PPI) da população da região de cada instituição, e o Estatuto da Igualdade Racial, que foi promulgado através da Lei nº 12.288, de 2010, pelo então presidente Lula. Nesse estatuto, embora se fale de igualdade de oportunidades, de igualdade na vida econômica, social, política e cultural, não se fala em cotas, não se fala em reservas para ingresso em universidades. No entanto, em 2001, no Rio de Janeiro, já havia uma lei estadual que falava em 40% de reserva de vagas para cotas raciais, falando de negros e pardos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A UnB também é pioneira na implementação e no estudo do impacto das cotas, e a UnB foi bastante discutida pelo nosso grupo como modelo do que vem acontecendo no Brasil. Na UnB, em 2004, foram implantadas reservas de ingresso para 20% de cotas raciais, negros e pardos. Isso vem progressivamente diminuindo em favor das cotas sociais. Cotas sociais almejam indivíduos que tenham até um salário mínimo e meio *per capita*. E como vocês sabem, várias universidades vêm utilizando o sistema de cotas, não é? Atualmente, são 50 universidades federais, 35 estaduais, 36 institutos. Existe, realmente, como a Maria Helena muito bem mostrou para vocês, uma resistência, e uma resistência não desprezível, eu não sei se é maior nas universidades estaduais, mas, enfim, o importante é que nós retomamos essa discussão, e esse é o ponto que eu gostaria de ressaltar. E retomamos com seriedade. Nós sabemos que existe uma lei, a Lei nº 12.711, destinada a implementar nos cursos de graduação uma reserva de 50% de vagas para

estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. E esse é um ponto importante, é um alvo, é um objetivo que nós achamos muito interessante. Como eu mencionei, a UnB vem mudando o perfil daquilo que ela reserva de cotas raciais *versus* cotas sociais. E nós podemos depois, na discussão, aprofundar um pouco mais essa questão, porque não é fácil, existe uma sobreposição importante, nós, durante muitas discussões, pensamos em soluções muito mais simples que poderiam ser implementadas por nós na Unicamp ou nas estaduais. Mas solução simples é abolir o vestibular, vamos usar o Enem, como muitas universidades boas fazem. Existem outras coisas mais simples, vamos implementar 50% de cotas sociais como manda a lei, amanhã, simplesmente? Ou vamos implementar um percentual, 35%, equivalente ao da população, para negros e pardos? Essa é uma solução rápida e que talvez tivesse um impacto de mídia muito bom. Iríamos aparecer, seguramente, no Jornal da Globo. Mas é isso que nós queremos? O que existe daquilo que nós já temos feito nos últimos anos, que vocês viram o professor Edmundo mostrar? E que está sendo feito, está sendo estudado, e atingiu um certo nível? O que existe de experiência em outras universidades? E é isso que eu estou mostrando aqui para vocês; Vejam o que aconteceu na UnB: passou-se de cotas que, inicialmente, eram 20% para pretos e pardos e indígenas, os PPIs, que foram reduzidos para 5%. Enquanto os 12.5% de cotas sociais foram aumentados para 25% em 2014; 37.5% é o percentual previsto para 2015, e passa a 50% em 2016. Isso baseado em estudos, em projeções como as que nós vamos sugerir que sejam feitas na Unicamp.

Pensando nesse tipo de percentual evolutivo que deverá incluir, nessas cotas sociais, um percentual, previsto para a UnB, de 14.03% de pretos, pardos e indígenas. Isso é baseado em projeções matemáticas. O que nós temos? Vocês já ouviram, nós temos neste momento na Unicamp o programa do Paais, que foi implementado desde 2004 e tem dado um abono, tem tido certo impacto. Um impacto que na média é muito bom, mas que não é equânime em todos os cursos, como já foi muito bem observado. E há o ProFIS, um projeto que tem

algumas vantagens, mas tem vários problemas. É um projeto sobre o qual vocês ouviram críticas aqui, e elas são importantes. É um projeto que nós estamos estudando e que vai ser aumentado e modificado nos próximos anos. E o que o nosso subgrupo de cotas concluiu? Manter as ações afirmativas do Paais e do ProFIS que nós já temos e em acréscimo, somando a essas ações que já existem, nosso grupo propôs: "Implementar 5% de cotas raciais por curso, por turno." Vejam, eu não estou falando 5% para a universidade inteira. "Por curso, por turno." Além disso, nós propusemos uma medida que até agora eu acho que não foi muito discutida, mas que tem tido um impacto muito interessante, principalmente nos Estados Unidos, que é referente aos 2% de cotas para alunos de primeira geração, filhos de pais que não tiveram a oportunidade de ingresso na universidade. Depois, na discussão, podemos falar um pouco mais sobre por que esse grupo é especial. É um grupo social mais específico. Essas duas propostas são propostas iniciais, e a nossa ideia é que o seu impacto seja estudado em cada curso. Porque não são iguais os cursos de licenciatura noturno e o de Arquitetura diurno. Não são iguais Engenharia e Medicina. Cada curso deve ter um estudo específico do impacto dessas propostas. Além disso, nós temos de ter o estudo dos critérios para seleção desses alunos, através do vestibular, um estudo do impacto financeiro e socioeconômico desses alunos. Não basta trazer o aluno para a universidade, temos de mantê-lo nela. Nesse sentido, a Pró-Reitora de Graduação tem investido muito, com o suporte acadêmico. Mas o suporte acadêmico não basta. Necessitamos de moradia, necessitamos de transporte, necessitamos oferecer condições de saúde para essa população, e a discussão é: "Será que cabe à universidade esse gasto? Ou ele deveria vir de outras fontes, do Estado, por exemplo?" Não estou propondo nada, só estou levantando um ponto para discussão. E é claro, todas essas ações devem ser semestralmente avaliadas conforme as falhas, as evasões e os problemas que forem ocorrendo. Basicamente, o que nós propusemos? Algo dinâmico, algo que vá ter um estudo constante de impacto e proporcional à necessidade. Porque, se nós conseguirmos implementar essas ações, elas devem ser

temporárias, elas não devem ser definitivas. É claro que os próximos passos envolvem uma discussão maior, e a ideia é que isso passe agora para o Consu.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNESP

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA – Doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, professor livre-docente da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara, onde foi coordenador do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe) e coordenador geral do Programa de Ações Afirmativas para a População Afro-brasileira do Nupe.

PRIMEIRO, eu não vou apresentar, até por conta do tempo, muitos dados, vou fazer uma retrospectiva daquilo que foi e do que está acontecendo na Unesp. As cotas na Unesp se iniciam, como discussão mais sistematizada, em 2004, e foram até 2006, em um primeiro momento, a partir de vários encontros, várias comissões, várias reuniões, e desse conjunto de reuniões, no interior da universidade, nós também fomos convidados a participar de um grupo em que estavam também a Unicamp e a USP. Lembro aqui que, naquele momento, estavam representando a Unicamp os professores Leandro Tessler e Renato Pedrosa. E pela USP estava o professor João Batista Borges Pereira, e eu pela Unesp. Naquele momento nós discutíamos como pensar e como estabelecer um sistema de cotas ou outro sistema, para que nós discutíssemos o papel das nossas universidades nessa matéria. E dentro desses debates também participavam a Educafro [Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes], organização não governamental, uma instituição da sociedade civil, do movimento social, e também a Secretaria de Ensino Superior, todos coordenados pela Secretaria de Justiça, Defesa e Cidadania, naquele momento com um secretário, depois veio outro.

O que é importante destacar é que, naquelas reuniões que nós conseguimos fazer nesse período de tempo, algumas questões foram de extrema relevância para que nós pudéssemos avançar nas conversas. Primeiro, o fato de que era um grupo bastante plural, com os que representavam as universidades, eu e os demais professores, a nossa relação com duas Secretarias e a presença do movimento social. Isso possibilitou que tivéssemos muitos embates internos, visões diferentes do mesmo processo, de como fazer, e nesse meio tempo surge outra questão, que é uma comissão criada pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo). Então, os reitores também debatiam essa questão no interior do Cruesp, até informados pelo governo do Estado de São Paulo. Dentro dessas discussões, duas coisas surgem: a primeira, o sistema de pontuação da Unicamp, nesse período; e a outra, a constituição de um fundo social para que nós pudéssemos pensar as políticas de permanência. Essas duas questões vêm para esse grupo.

Nós trabalhamos bastante com essas informações e disso conseguimos construir uma unidade dessa representação, com exceção do professor João Batista Borges Pereira, que naquele momento se ausentou dos debates. E nós conseguimos, portanto, construir um projeto de cotas progressivas e de cotas regressivas. O que seria isso? Cotas progressivas, similares àquilo que a UnB fez e àquilo que a Unesp propôs mais recentemente; 15%, escalonados em um período, que naquele momento propusemos ser de cinco anos, que avançasse por cinco anos. Até porque as reitorias das universidades diziam justamente aquilo que a professora está dizendo: "Como fazer política de permanência sem recursos?". Então, pensamos nisso. E as cotas regressivas, era justamente pensar que nós poderíamos chegar a um determinado momento e as vagas de Ciências Humanas, os cursos de Ciências Sociais, de Pedagogia e de Letras poderiam suprir e ultrapassar essas cotas; então, como pensar essas articulações? Porque visávamos sobretudo às áreas das Engenharias e das Biológicas. Então, discutimos bastante essa questão e formulamos uma proposta, que foi encaminhada ao Secretário de Justiça, Defesa e Cidadania, para

ser levada ao palácio do governo e também aos representantes do Cruesp. Essa proposta jamais chegou a esses órgãos, de modo que a discussão morreu naquele momento.

Passados vários e vários anos, inicia-se novamente o debate, de novo provocado pelo movimento social e também por uma gestão do atual governador. E dentro desse contexto chega para nós também o famigerado Pimesp, não é? Digo famigerado porque já foi dito isso antes, não é? E eu concluo dizendo que é muito ruim. A despeito de tudo isso, foi interessante para quê? Para que todos aqueles que se diziam contra as cotas pudessem também reagir contrariamente ao Pimesp. O Pimesp foi, no caso da Unesp, muito interessante, porque conseguiu construir uma unidade de discurso. Pela primeira vez conseguimos unidade de discurso, fomos contrários a alguma coisa. Isso foi bom. Unimos a direita e a esquerda, a esquerda e a direita mais retrógradas. E conseguimos, portanto, construir uma unidade, e nessa unidade conseguimos estabelecer, via Congregação, propostas. Propostas que sinalizavam vários caminhos possíveis, mas todas elas diziam uma única coisa: "É importante que nós implementemos cotas. O que nós não podemos é deixar de nos posicionar em relação a isso." Até porque, se nós não nos posicionarmos, alguém vai se posicionar, e o Pimesp pode passar. Isso foi importantíssimo; portanto, aquilo que pode ser ruim pode piorar, e diante do quadro de piora, buscamos algo que pudesse ser melhor para todos.

E nesse contexto, esse debate interno das Congregações e do nosso Conselho Universitário estabelece uma discussão que se finda, naquele momento, em agosto de 2013, com a aprovação pelo Conselho Universitário das cotas na Unesp. E é importante destacar, dentro desse debate, aquilo que havia sido proposto 10 anos antes, por aquela comissão, também por esta comissão, com alguns aprimoramentos, o que foi interessante. O primeiro aprimoramento em relação àquilo de que eu participei 10 anos atrás foi que naquele momento nós não inserimos a questão indígena, e hoje ela está inserida. Naquele momento nós, em função dos discursos das Reitorias, que vinham via Cruesp, discutíamos cinco anos para atendimento de 50% de es-

cola pública e 35% de população preta e parda, na discussão agora são quatro anos. Então, avançamos em um ano. Isso mostra que o Pimesp nos ajudou. Nos ajudou, não por outra coisa que não fosse medo de algo pior, um *College* que ninguém sabia o que era, uma dinâmica que ninguém sabia quem tinha elaborado porque a autoria nunca apareceu. Isso nos propiciou, então, pensar essas questões.

Outra questão que se colocava, e se coloca na mesa hoje, a cota como conquista social no interior da universidade. Nós estamos verificando que as cotas, já no primeiro momento, no caso dos cursos de Ciências Humanas, nominalmente, Pedagogia, Ciências Sociais, Letras, particularmente no *campus* de Araraquara e olhando para os demais *campi* dos cursos de Ciências Humanas, não tiveram impacto nenhum. Até porque nesses cursos nós já tínhamos mais de 50% de oriundos da escola pública. Qual o impacto que houve? A inserção também de alguns poucos pretos e pardos, mas eles desaparecem no conjunto daquilo que já existia. Então, não houve impacto grande. Nos cursos de Ciências Tecnológicas, Exatas e nas Biológicas, você tem um impacto um pouco maior. Mas, ainda assim, em função de ser 15%, isso é nada do ponto de vista orçamentário. Isso nos coloca, portanto, com uma discussão: no orçamento da universidade o impacto está sendo pequeno, quando ele existe. Então, dentro dessa lógica, o fato de pensarmos um processo de escalonamento nos ajuda a ligar essas questões. Isso faz com que nós tenhamos que fazer uma leitura disso: nem todos os negros são pobres, e nem todos os pardos são pobres, portanto a questão que se discutia lá em 2004, 2005, 2006, de um fundo social, existe essa necessidade, mas nesse primeiro momento, naquilo que se discute na Unesp, o impacto é zero. É muito pequeno. Não dá nem para pensar nisso.

A outra questão é o fato de estabelecermos qual é o impacto disso na Vunesp (Fundação para Vestibular da Unesp), até porque a Vunesp teve que lidar com um vestibular, dentro de uma discussão fechada em agosto de 2013, e pensar como é que poderia ser esse vestibular já para o final de 2013. Então, houve, sim, a necessidade de fazer alguns arranjos, mas esses arranjos foram rapidamente ela-

borados pela Fundação do Vestibular da Unesp. E no caso, para a Proex (Pró-Reitoria de Extensão Universitária) e para a Pró-Reitoria de Graduação, diretamente vinculadas a essa questão da graduação, também houve impactos pequenos. Era mais um receio, um medo — que não se efetivou — da necessidade de discutir política de permanência estudantil. E vai uma questão importante do nosso debate interno da universidade, que é a discussão da política permanente estudantil. Porque nós naquele momento já tínhamos uma discussão sobre isso, feita por alunos que já tinham ingressado. Alunos esses que por sinal quebraram a universidade no ano passado, a Reitoria. E não foram os PPIs, que bem se diga. E não é discutir essas questões a partir do lugar onde elas efetivamente acontecem.

A partir do fato de que estamos completando um ano da política de cotas na Unesp, nós agora, desde agosto, começamos a discutir com a Vunesp, Gabinete da Reitoria, as duas pró-reitorias aqui mencionadas, a Proex e a Prograd, a constituição de um programa efetivo que estamos chamando de Programa Fazendo Trajetórias, Fazendo Histórias, para verificarmos qual é o impacto dessa população no seu desempenho acadêmico. Mas nós não queremos discutir o desempenho acadêmico pelo desempenho acadêmico, para olhar histórico escolar de estudante. Nós queremos saber o porquê daquele desempenho e qual é o impacto que se coloca para o estudante, e também para sua família. O que altera? E queremos fazer um mapa desse processo, para que saibamos de onde esses estudantes estão saindo. De quais cidades? De quais escolas? Para que nós possamos repensar um pouco aquilo que nós chamamos de Feira das Profissões. E um conjunto de políticas, porque nós sabemos que não se constrói nada apenas no nosso quintal. E vai uma questão de fundo, que são algumas preocupações nossas.

Segundo os dados que a Vunesp nos passa, cerca de 400 mil alunos saem do ensino médio no estado de São Paulo, e apenas 19 mil fazem vestibular na Unesp. Isso significa menos de 5%. Eu não sei qual é a quantia da USP, não sei qual é a quantia da Unicamp, mas nós estamos preocupados com isso. Isso aponta para outra questão:

todo aquele que fizer o vestibular da Unesp — é um *marketing*, um *marketing* negativo, que bem se diga —, dentro desses números, e se autodeclarar preto, pardo ou indígena, e oriundo de escola pública, já está dentro. Isso é ruim. Porque não constrói competitividade, não constrói um processo que dê conta disso. Então, devemos olhar um pouco isso, com bastante carinho, para que nós possamos, efetivamente, saber trabalhar com esses dados. Mas isso é futuro, o fato é que nós temos esse dado no presente e vamos lidar com ele acadêmica, mas sobretudo politicamente.

DEBATE – UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS: O DEBATE POLÍTICO E ACADÊMICO SOBRE AS COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

SIDNEY CHALHOUB – Maria Helena, eu queria que você tivesse tempo, porque você acabou nos deixando curiosos, o que está acontecendo na USP agora? Queria te dar a chance de explicar um pouco, falar um pouco sobre isso. Eu acho também que, tanto na sua fala quanto na da Laura, é muito importante essa questão mais ampla na universidade, não é? No caso da Unicamp, eu analisei os dados da DGRH (Diretoria Geral de Recursos Humanos), praticamente não entram mais negros nos concursos de funcionário. E ainda temos o problema da pós-graduação e temos os problemas dos professores; eu conto nos dedos, não dá os dedos de uma mão inteira, o número de professores negros e os noventa e tantos professores do IFCH. Na universidade é capaz de dar menos de uma mão, porque nas Ciências Humanas ainda é possível que tenha mais do que nas outras áreas. Então, isso é um problema mais geral, eu acho importante você ter mencionado isso. A outra questão que eu queria mencionar é que eu acho que se põe ênfase demais na questão das cotas sociais por meio do ingresso de quem cursou na escola pública. Desculpe, é uma impressão minha. Quer dizer, primeiro, porque se faz uma tábua rasa do que são

essas escolas públicas. Na região de Campinas tem Cotil (Colégio Técnico de Limeira), tem Cotuca (Colégio Técnico de Campinas), há algumas escolas públicas melhores que as outras, e eu acho que isso, às vezes, até dá essa impressão de que os dados do Comvest não contam toda a verdade. Em nenhum momento eu suspeito de que haja qualquer manipulação dos dados. Que isso fique claro. Nem passa pela minha cabeça. Às vezes eu acho que a pessoa que vê: 50% de tal curso é oriundo de escolas públicas, mas continua sem ter algum negro na sala, ela pensa: "Nossa, alguma coisa está errada aqui." É simples o que está errado, as pessoas estão vindo de escolas públicas onde estudam alunos cujo perfil é similar ao da própria universidade. Como é o caso do Cotuca, do Cotil etc. Então, há uma distorção infundamentada nessa ideia de cotas sociais que acaba sendo a que mais influencia, que é o principal tipo de ingresso, é o desequilíbrio. Nós precisamos de cotas raciais mesmo. E acho que precisamos ver um equilíbrio. Há uma ênfase grande demais de cotas sociais que, me desculpem, às vezes parece que é um jeito de evitar o problema mais delicado para a sociedade brasileira, que é enfrentar o racismo. A terceira coisa é que nós devemos tomar muito cuidado, para mim a primeira ofensa do tal do Pimesp é que ele se chamava Programa de Inclusão por Mérito. Como se alguém que entra na universidade por ações afirmativas em qualquer lugar, em qualquer tempo, não tenha tido que comprovar mérito. De onde tiraram isso? De que num sistema se deve ter mérito e no outro não? As questões das ações afirmativas, as questões da meritocracia e tal, essas coisas não podem ser vistas como uma oposição radical. Porque o que acontece, na verdade, o que as ações afirmativas devem fazer é buscar, na medida do possível, já que não se pode dar ingresso na universidade pública a todo mundo que tem condição de cursá-la — isso seria o ideal, essa é a utopia, que todo mundo que prove ter condição de fazer o curso universitário tinha que ter vaga para entrar nas universidades públicas de qualidade. Se a utopia não é possível, você tem que fazer outra coisa. Vai além de você ter o preparo mínimo, que é impor a exclusão por meio do mérito. O mérito é simplesmente criar um critério de

exclusão. Agora, esses critérios, as ações afirmativas, já que é preciso excluir, que pelo menos se tente garantir que os iguais possam competir com os iguais. É só isso que as ações afirmativas podem fazer. E elas são transitórias, não porque algum dia vai acabar o racismo na cidade de Brasília, você não sabe, mas todas elas são transitórias enquanto nós não conseguirmos garantir vaga para todo mundo que tem condição de estudar na universidade. É só por isso que elas são transitórias, senão elas têm que ficar para sempre. O outro quarto ponto é que eu acho muito importante na fala do Dagoberto essa coisa, que também já apareceu nas outras falas, desse desequilíbrio. Parece que só se pode fazer uma afirmativa se todas as vagas forem para licenciaturas pouco concorridas. Não é? Então, na História, por exemplo, não entra, porque é muito concorrido. Eu conto nos dedos de uma mão o número de negros que eu tenho a cada cinco anos. É raríssimo, não é? A verdadeira mudança vai ser quando o curso de Medicina da Unicamp estiver com 35%, 40% de alunos negros, para esses médicos passarem a ver o mundo de outra maneira. Se eles não aprendem a ver o mundo de outra maneira na universidade que eles fazem, eles vão reagir desse jeito vergonhoso, como reagiram quando os médicos cubanos começaram a chegar ao país. Há um problema fundamental nessas faculdades, problema de humanismo, problema de ser gente, de tratar os outros como gente.

PATRÍCIA – Rapidamente, quero parabenizar a mesa pela oportunidade de fazer este debate, e só falar uma coisa que realmente me incomoda um pouco, no sentido de nós debatermos. Por que toda vez que nós pensamos em sistema, em uma nova forma de fazer a inclusão dos alunos na universidade, em fazer um vestibular ou um exame de acesso que procure garantir o mínimo de equanimidade, logo pensamos que isso vai sair caro para a universidade? Nós pensamos logo que isso vai ter um custo. Em primeiro lugar, o que se exige para a permanência, não só para os alunos cotistas, mas para todos os alunos, é moradia estudantil para todos, mais atenção acadêmica para todos, bolsas sociais para todos, bolsas de iniciação científica

para todos. Então, eu só queria colocar um pouco esse mal-estar de que parece que nós estamos falando de outra categoria de seres humanos, ou seres de outro planeta. Não, nós temos os humanos e vamos importar seres de outros planetas, para os quais devemos pensar em gastos. E isso me incomoda muito, até politicamente, porque eu venho de um sistema universitário federal, em que nós pensamos isso de uma maneira completamente diferente. Esse programa federal, ligado ao Prouni, por exemplo, tem problema? Certamente tem. Mas o problema do custo não é pensado porque é direito do estudante universitário ter a garantia da permanência. Essa é a história da universidade pública brasileira. Nós não estamos inventando nada novo. O que se quer disso é que esse ingresso seja um ingresso que garanta a representatividade da adversidade social. E cota não podemos implementar pensando que um dia vai acabar. O ideal seria, como disse o Sidney, que chegasse um dia em que nós pudéssemos garantir mesmo uma universalidade de acesso. Enquanto isso não for construído, nós vamos ter que fazer mais e mais reflexão e garantir a melhor qualidade da presença desses alunos, desses jovens na universidade. É isso.

LUCIANO ARIABÔ – Então, de um lado estudantes, do outro os professores, são perspectivas diferentes para um assunto só. Eu acho que são duas coisas que nós devemos discutir, porque uma não está em detrimento de outra; por um lado temos muitas políticas que estão sendo feitas pelo acesso, estão discutindo, e deixa a desejar um pouco na permanência, discutir medidas para a permanência, é a pergunta que eu vou fazer agora, meu questionamento. Por exemplo, eu vou até falar da experiência que eu estou tendo, como estudante, como representante do Movimento Estudantil Indígena dentro da UFSCar. Pode também abrir, se puder discutir um programa que abra em 100% o acesso dos indígenas, dos negros, e continuar, ainda no caminho da meritocracia, esses 100% vão embora e ficam só os professores. Sim, sim, porque eu fico imaginando, se eu, que tenho alguma coisa a sugerir, não concordo com essa estrutura que eu encontro ao acessar a

universidade, eu não concordo, e decido ir embora, porque o sistema não me aceitou. Daí o sistema vai dizer: "Ele é desistente. Ele evadiu-se." Estão compreendendo? Se essa política não me ouvir, com certeza por desmotivação eu vou embora. O que nós devemos fazer? Qual é a nossa luta dentro da UFSCar? Do Movimento Estudantil Indígena? É fazer com que a política nos ouça. Primeiro, trabalhar a questão do acesso; estou dentro, vão fazer o que para que eu permaneça? A gestão tem que ouvir, a política, quem dirige tem que ouvir, dar legitimidade ao movimento. O que nós fizemos? Nós nos programamos com o reitor: "nós estamos montando esse esquema, nós discutimos, entre nós, estudantes indígenas, diagnosticamos alguns problemas, estamos aqui apresentando para vocês, tudo documentado. Vamos fazer o que ao longo do ano que vem?". Apresentamos. Vai ser executado? Pode ser que seja. No meio do ano, ao longo de um semestre, nós vamos nos reunir, porque são indígenas distribuídos nos três *campi* da Universidade Federal de São Carlos, vamos fazer assembleia, discutir a demanda, o que está sendo feito, o que está sendo executado, fazer uma avaliação, depois, nós vamos lá com o reitor: "O que você fez em relação a isso? Deu certo? Quais são os pontos que deram certo e quais não?" Fazer uma autoavaliação da política, juntos. Porque assim você está dando legitimidade para os estudantes. Para que eles possam sugerir medidas para que eles mesmos possam permanecer. Por isso que eu digo, de um lado, que é do lado dos professores, você vê um programa; do outro, tem o estudante que vê esse mesmo programa, mas em perspectiva diferente. E, se o reitor não abrir as portas para nós, nós vamos lá abrir, nós mesmos abrimos para falar com ele.

GLÁUCIA (MÉDICA E ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP) – Eu leciono desde 2003 nas faculdades de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e outras. Concordo que nós temos que incluir, concordo que a Faculdade de Medicina tem que ter mais, na minha turma tinha uma aluna negra, uma das minhas melhores amigas, mas era uma só. Acho que sim, nós estamos melhorando, temos que progredir muito mais. O olhar realmente tem que ser mudado. Porque não adianta

só eu falar de racismo, de negro, de indígena etc. Eu tenho que falar de inclusão, de aceitação, de diversidade, de integração. Porque nós sabemos que dentro das faculdades, por sinal há faculdades aqui da região paulista que, independentemente de ser branco, negro, índio, os próprios alunos se escolhem: "Ah, os mais inteligentes fazem esse grupo." Os que sobram formam outro grupo, que eles chamam de: "Turma do lixão." Por exemplo, para fazer internato etc. Eu também sei de turmas que têm aluno com Síndrome de Asperger, que foi totalmente segregado. Ou um aluno que tem um déficit auditivo e foi totalmente segregado. Independentemente da etnia, da raça, da cor, da crença religiosa e tal. Eu desenvolvi um trabalho na Universidade Federal de Roraima em que nós colocávamos os alunos mais em contato com os pacientes indígenas e gerávamos inúmeras discussões e leituras a respeito disso. Nós estamos publicando esse trabalho e os alunos de Medicina e de Enfermagem, trabalhando juntos, começaram a perceber não só os ganhos de trabalhar juntos, entre outros cursos, como viram que isso é muito importante, começaram a discutir essas singularidades e essa inserção na comunidade, esse olhar mais amigo, eu diria. Está bem? Mas eu me incomodo um pouco com a fala de que a classe médica reagiu muito mal a muitas coisas, por exemplo, à vinda dos cubanos. Nós somos uma classe, sim, mas existem aqueles que pensam nos outros, que lutam por uma mudança, e eu me orgulho por fazer parte dela, senão não estaria aqui hoje, mas existem, sim, aqueles outros que não o fazem. Como existem em todos os lugares, em todas as profissões, em todas as alas. Eu engrossei o coro do pessoal que não concordava com a vinda de cubanos, mas não é uma questão racista, e eu queria ter o espaço para réplica disso, porque muitos de nós que não concordamos não é por questão de nacionalidade, nem de nada. Podia ser de qualquer nacionalidade, de qualquer lugar do país. Eu vivi em um Estado onde o governo há alguns anos trouxe um avião cheio de cubanos para aquele estado, para trabalhar lá. Dois em cada dez eram excelentes médicos, os outros oito receitaram Luftal gotas para aplicar na veia de um bebê de cinco meses, entre outros erros absurdos. Então, quando nós brigamos às

vezes, como classe, para que se tenha mais cuidado, na verdade, com algumas coisas, é por isso, é protegendo a população, não é porque eu não quero trabalhar com cubano. Eu tenho um amigo cubano, e trabalhei com eles e trabalho com eles. Sim, gente. O que eu estou querendo dizer com isso: nós ficamos tachando um e outro grupo, ficamos apontando e julgando, a maior parte dos preconceitos vem dos julgamentos errados. E nós ficarmos julgando um e outro dessa forma só aumenta a animosidade, não ajuda em nada, não agrega e não une. E eu acho que nós precisamos agregar, unir e não agredir. Certo? É só isso que eu acho, nós temos que ter o direito de falar.

SÍLVIA – Eu acho que as universidades paulistas, infelizmente, estão muito atrasadas nessa discussão, ela avança muito mais. E eu acho que um dos desafios que nós temos é ver se conseguimos achar, lá no fundo, alguma possibilidade de inovação. Olhar para o cenário nacional e inovar um pouco. Eu queria propor algumas coisas nessa direção. Em primeiro lugar, a discussão é sempre pautada por estatísticas, e por avaliações baseadas em números e os números aglutinados. Então, acho extremamente importante nós desaglutinarmos esses números, fazer por cursos, fazer por modalidades, diferenciar escola pública de pretos e pardos e de índios. Segundo, eu acho que é importante pensarmos no objetivo, nós discutimos como fazer, o que estamos fazendo, mas qual é o papel das políticas públicas na universidade? Nós queremos combater a desigualdade, em primeiro lugar, a desigualdade social e ter gente empobrecida fazendo universidade e podendo exercer profissões que eram das elites e que são das elites até hoje; isso é algo extremamente importante. Então, vamos ver se nós conseguimos fazer um processo de inclusão, de combate à desigualdade social. Não só de incluir empobrecidos porque precisamos deles aqui dentro, ou de dar uma resposta social, mas com o objetivo social lá na frente. Isso não é igual a combater o racismo. Então, é preciso diferenciar as estatísticas aglutinadas, elas escondem o racismo algumas vezes. A UnB não está diminuindo só para 5%, ela dissolveu também cotas raciais em outras cotas. E a política de com-

bate ao racismo não é igual à política de igualdade social. Então, isso é muito importante. Ela também não é igual à questão indígena, que enfrenta um extermínio que não existe, que é diferente do racismo e de uma série de políticas genocidas que existem por aí. E as políticas de permanência também. Índio fala outra língua, o Luciano fala aqui, eu não entendo nada do que ele fala quando ele fala na língua dele ou do pai dele. Ele precisa de políticas de inclusão que atendam às especificidades. Se nós não fizermos uma avaliação qualitativa nesses termos, eu acho que nós não caminhamos para frente. Então, eu queria propor, quando vocês fossem responder, que pensassem nessa possibilidade dupla: de avaliações qualitativas e de mesclar com os objetivos também dessas políticas, não só para dentro da universidade, mas também do papel que ao fazer isso as universidades têm para fora. Que é o nosso objetivo aqui, fazer conhecimento que impacte socialmente.

LUCILENE – Na verdade, a Sílvia contemplou, em parte, o que eu queria discutir, que também estava no comentário do Sidney, na fala da professora Laura, que é a questão das cotas raciais, das cotas sociais. Nós tivemos um debate bastante interessante o ano passado sobre esse tema, quando Jocélio Teles esteve aqui, no nosso primeiro fórum, e ele foi capaz de elaborar uma coisa que eu realmente não tinha pensado antes com tanto cuidado. Ele fez uma observação: que ele entendia que a lei de 2012, sancionada pela presidente Dilma, para ele foi uma espécie de retrocesso, em um movimento que já estava há 10 anos ocorrendo nas várias universidades. Retrocesso assim, à medida que ela unificou, a partir de um modelo, na verdade houve uma escolha pelas cotas raciais submetidas às cotas sociais e que não expressava, na verdade, toda a diversidade de experiências que tinham sido construídas no Brasil ao longo de mais de uma década. Ele, por exemplo, fez menção ao caso da Bahia, que na verdade, na lei sancionada, 50% das vagas, como a professora Laura disse, seriam destinadas a alunos de escolas públicas, e dentro desses 50% está a porcentagem dos pretos, pardos e indígenas na população daquele Estado.

Ele mencionou, por exemplo, que naquele caso a Bahia perdia, não é? Perde, porque a população negra chega a setenta e tantos por cento. Então, não era uma boa para a Bahia, não sei, para o Maranhão etc. Então, uma das questões que ele fez, que ele discutiu conosco foi justamente esta, ou seja, ele acha que a lei, de alguma forma, perdeu, na verdade passou por cima da diversidade de propostas dessas cinquenta e tantas instituições federais, estaduais etc. E no caso da UnB, acho que era isso, acho que a Sílvia já falou o que eu queria. Acho que no seu gráfico aparecem as cotas raciais reduzidas a 5%, mas na verdade o que eu acho que a UnB fez foi contemplar esses 50% da lei federal, e dentro desses 50% garantir a porcentagem de pretos, pardos e indígenas, não sei se do Distrito Federal, não sei exatamente. Só que a UnB foi uma das instituições que na sua formulação optou também pelas cotas raciais, ou seja, antes da lei de 2012 primavam na Unicamp as cotas raciais, independentemente do vínculo com as cotas sociais. Então, eu acho que naquela diminuição que aparece, acho que foi isso que a Sílvia já colocou, ou seja, você tem as cotas de pretos, pardos e indígenas dentro desses 50%, e, além disso, eu acho que ela encontrou uma forma de garantir os 5% das cotas raciais. Eu não sei se foi exatamente isso que ocorreu. Bem, não foi. Então, tudo bem. Então, depois eu gostaria de saber o que foi que ocorreu. Mas eu de qualquer forma gostaria de saber de onde é que saíram esses 5% das cotas raciais da Unicamp, que a senhora mencionou. Como é que vocês pensaram essa proporção? Nós tivemos aqui a ministra Luiza Barros, que fez uma conferência interessantíssima no fórum passado, e ela mesma disse que ela foi voto vencido, porque ela é a favor das cotas raciais, sem a submissão às cotas sociais. Pelas razões que todo mundo já está cansado de saber aqui, não é? Vejam os índices de desigualdade no lugar da mulher negra em relação às mulheres pobres em geral. Vejam aí o genocídio dos jovens negros, os dados mostram que de fato você tem uma desigualdade que é racial no Brasil. Então, eu gostaria de saber de onde saem esses 5%, sobretudo se estão ou não sendo consideradas essas variáveis e de que forma isso está sendo considerado. A outra coisa que eu gostaria de saber — eu estou na

Unicamp há muito pouco tempo, dois anos, peguei o resultado desse grupo de trabalho no final — é se o resultado desse grupo de trabalho vai voltar para discussão nas congregações. Porque nós temos interesse em que este fórum seja propositivo. E uma das questões que nós achamos importante é de fato a constituição de grupos de trabalho ou grupos de estudo que coloquem em outro patamar esse debate em torno das cotas e das ações afirmativas na Unicamp. Então, eu gostaria de saber se essa proposta vem como uma proposta fechada, ou se nós temos abertura.

RODRIGO (REPRESENTANTE DISCENTE DA MORADIA ESTUDANTIL DA UNICAMP) – Sou aluno de mestrado do IFCH, participo da Frente Pró-Cotas e também sou representante discente da Moradia Estudantil da Unicamp. Primeiro, quero parabenizar a Mesa, mas eu queria colocar algumas considerações, depois direcionar uma pergunta. Eu acho que a disputa que está colocada aqui, pelo que eu estou percebendo, é de um setor da universidade que entende que a implementação de políticas afirmativas, cotas, tem como fundo principal o combate ao racismo e, como o colega indígena bem colocou, uma política que vise explicitar o processo de etnocídio das populações indígenas e vise, por conseguinte, borrar esse processo na maneira em que a universidade puder. Por outro lado, o corpo burocrático da universidade está preocupado principalmente com o cumprimento de metas. Eu acho que isso expõe bem por que os dados são apresentados da maneira como foi colocado de manhã e agora à tarde. E eu queria manifestar certo incômodo em relação a isso, a professora Sílvia já relatou um pouco sobre isso, mas eu queria enfatizar. Por exemplo, na parte da manhã foi colocado que o curso de Letras tem 95% de alunos de escola pública. Esse dado é colocado de uma maneira bem chapada, nós não sabemos, por exemplo, esses alunos correspondem a todos os anos da universidade, dos alunos de Letras, ou seja, os alunos que estão no 5º ano, 4º ano, 3º ano, 1º ano, esse percentual também corresponde aos alunos da pós-graduação? Eu não sei. Então, eu queria de fato solicitar e sugerir que esses dados sejam colocados de ma-

neira mais precisa, para que nós possamos escamotear um processo e uma discussão que é fundamental. Outra coisa, a questão do GT organizado pela reitoria. Foi colocado que a Frente Pró-Cotas participou, na verdade fomos convidados dois dias antes para participar, mal tivemos tempo de organizar a fala, mas nós participamos do jeito que deu. Então, nós temos que tomar cuidado, esse discurso de que sempre existe o diálogo, ele não escamoteia de fato a construção desse processo. Eu espero que nós, de fato, aqui consigamos participar. A questão que eu direciono é a seguinte: Quais foram os grupos que participaram do GT? Foram colocados alguns, mas como foi a forma de participação? Foi uma forma só anexa, para que os dois fossem escutados como a professora Ângela Soligo? Ou essas pessoas foram participar de maneira constitutiva desses grupos? A Frente Pró-Cotas, por exemplo, não participou de maneira construtiva, nós fomos lá, falamos uma vez e depois disso nós nunca mais fomos chamados. E em relação à permanência, que é a discussão necessária, a partir de uma discussão de cotas, foi colocado de manhã também que existe uma discussão na Reitoria sobre permanência e eu queria manifestar o seguinte: faz sete anos que eu moro na Moradia Estudantil, faz sete anos que eu participo de todos os debates sobre permanência. Há dois anos sou representante discente da Moradia Estudantil e nós não conseguimos penetrar nas discussões da Reitoria sobre permanência. Nós não conseguimos colocar as pautas principais dos estudantes da Moradia Estudantil. Então, se existe um Grupo de Trabalho ou funcionários da Reitoria que estão discutindo a permanência, então discutem à revelia da nossa mobilização e da organização dos alunos da Moradia, que já reivindicam há décadas a ampliação da Moradia, a ampliação de recursos para a Moradia Estudantil. Por último, eu queria dizer e ressaltar o que o membro da Mesa colocou: que o fundamental não é discutir os dados, mas discutir o impacto que essas políticas têm sobre a vida dessas pessoas que se inserem na universidade a partir do sistema de cotas, o impacto sobre as comunidades dessas pessoas, sobre as suas famílias.

MARIA HELENA MACHADO – Bem, eu estava meio agoniada porque eu não consegui fazer a minha apresentação de maneira minimamente completa. Então, deixem-me complementar bem rápido. Quando nós fizemos o primeiro estudo sobre o impacto do Inclusp, fizemos um mapa das escolas públicas que tinham alunos que haviam passado no vestibular com bônus do Inclusp, o mapa etnorracial da grande São Paulo, e jogamos um em cima do outro. E é fantástico, porque na zona leste, extremo leste, extremo sul, que são os bolsões de população negra, praticamente não há escola pública capaz de pôr, nem com o bônus, o aluno dentro da USP. E isso me preocupa, porque de lá para cá, o ambiente político desta discussão não evoluiu, pelo contrário, em 2012 nós tivemos um pequeno momento de valorização das cotas raciais que já foi perdido nesse momento, e isso no Brasil, de forma geral, e nas universidades estaduais, pelo modelo da admissão pela escola pública. O que não é meramente técnico porque nós podemos implementar as medidas adotadas pelas universidades e atingir o perfil demográfico. Infelizmente, minha experiência na comissão de cotas, na discussão de cotas na Reitoria da USP, na discussão de declaração de cor no Lattes e tudo isso que eu e a Lilia fizemos nos últimos anos, me permitiu perceber que é muito importante estar atento aos dados técnicos e ao detalhe. Eu acho que quem quer discutir cota tem que ser sistemático. Porque tudo isso tem que ter uma reflexão, uma projeção na realidade. Então, eu acho que essa discussão de formar grupos de trabalho que façam um peneiramento dos dados de maneira muito crítica é fundamental. As universidades estaduais estão falando em 5% junto com uma política de bônus; isso por quê? As universidades estaduais não admitem cota, mas sim o sistema de inclusão por mérito, que estava lá no Pimesp desde o início, essa é a primeira coisa. Segunda coisa, pretendem escapar do sistema de cotas e do perfil etnorracial, porque, para as universidades estaduais, isso se opõe ao mérito e é uma questão de fundo e filosófica. E o sistema de bônus na escola pública obviamente é meritório, ninguém vai querer que ele simplesmente desapareça antes que possamos encontrar uma solução mais justa, mas ele não resolve o proble-

ma do perfil racial. Escrevemos mais uma carta do segundo Pimesp, que não se chamava Pimesp, eu não sei se houve alguma na Unicamp, era a nossa avaliação — minha, da Lilia e do Wagner Gonçalves — da Proposta de Plano Institucional da Universidade de São Paulo para o Recrutamento de Estudantes Capacitados e Participantes dos Grupos Sociais Previstos no Regime de Metas do Pimesp. Quer dizer, as metas do Pimesp, que são essas que nós estamos discutindo aqui, que deveriam estar totalmente implementadas em 2017, já falharam, a USP atrasou para 2018 a implementação proposta pelo próprio Pimesp de atingir os 50% de EP e os 35%, 37% de PPI. Vai realizar isso em algum futuro mantendo a sua política de inclusão atual? Não, não vai, porque o sistema está viciado em um tipo de política que não permitirá ingresso dos PPIs. Isso, para mim, baseada nos estudos que nós fizemos, está claro. Agora, se vai acontecer alguma coisa nova pelo caminho, é isso que nós devemos almejar. Mas, em princípio, esse sistema não será capaz de produzir o perfil esperado de inclusão. E essa é uma realidade em que nós precisamos pensar.

LAURA WARD – Em relação ao que nós temos feito na Unicamp, a criação dos grupos foi pensada para iniciar uma discussão. Uma discussão que obviamente é complexa e que vai ser diferente em cada unidade. Eu insisto nessa questão. Os próximos passos dependem agora de uma aprovação no Consu e, em seguida, devemos rediscutir em cada unidade, em cada realidade, aquilo que é mais adequado a ser feito.

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA – Sidney, a tua provocação eu acho que é muito interessante porque, na verdade, o debate aqui, como já foi colocado, é racismo e desigualdade racial. Então, como é que nós avançamos nessa questão? Quando nós falamos de educação para relações etnorraciais, nós estamos falando de educação para o combate ao racismo. Quando nós falamos da Lei nº 10.619, é para combater racismo. Quando nós estamos falando de cotas e desses sistemas aqui, é também para isso. Então, existe a questão da desigualdade? Existe.

Mas ela é cruzada em diversas outras que tocam em questão de gênero, na questão social, renda e tudo mais, e também na questão dos PPIs. Então, nós precisamos avançar bastante em relação a isso. No que toca à questão da tua pergunta, Patrícia, entendo eu que nós precisamos pensar bastante sobre política de permanência, mas não significa que nós façamos da política de permanência um tabu. Porque ela vira um tabu. Porque nós entendemos que cotas estão associadas a pobre. Pobre está associado a necessitado. Necessitado precisa de bolsa. Portanto, de caridade. O que nós precisamos é desconstruir essa leitura que está presa. E é isso que eu estou trazendo, os dados da Unesp não trazem isso. Havia um receio, que por si só já não mais existe, pelo menos nesse primeiro ano está todo mundo tranquilo em relação a isso. O que é interessante também na tua fala é a questão da diversidade. Só que diversidade não é simplesmente você trazer pretinhos, pardinhos e indiozinhos para dentro da universidade. Eu ouvia lá nos anos 1980 um velho e bom discurso do Milton Barbosa, que me dizia: "Negro quando vai à universidade vira branco". Essa questão que você colocava lá pelo MNU (Movimento Negro Unificado) nos anos 1970 a 1980 faz com que nós hoje discutamos também esta questão: diversidade no pensamento, não na coloração que a universidade vai ter. É no pensamento que a universidade deve ter diversidade. Portanto, nós precisamos pensar a universidade com a sua diversidade de pensamento, e que inclua também outros doutores, outros pesquisadores, outra bibliografia. Não aquela do século XVIII, XIX e de todo o século XX. Portanto, nós precisamos reinventar a universidade, até na nossa formação. Isso toca, portanto, naquilo que o Luciano falava, porque isso gera também evasão. Então, é pensar hoje um pouco como é que nós fazemos isso. E pensar na questão que o Luciano coloca, naquilo que nós estamos desenhando desse programa que estamos constituindo na Unesp. Nós queremos ver justamente isso que você coloca, Luciano, como é possível a nós estabelecer uma engrenagem em que os bolsistas serão os PPs e os PPIs, em que o nosso dialogo será com eles e para que nós consigamos construir, a partir deles, também controle social. Tendo parte em relação ao pro-

grama. Então, a discussão passa por aí. Com relação à questão que a Gláucia levanta, é interessante tudo o que você coloca, mas se nós não tivermos uma nova formação na área médica e na enfermagem, estamos mal. Porque nós temos de discutir a humanização na área da saúde, há vários programas em relação a isso, mas pouco tem sido feito. Com relação às questões que a Sílvia coloca, de fato o que nós precisamos pensar, os dados sozinhos falam muito pouco. O número sozinho é uma invenção que nós podemos construir a cada momento, quando nós quisermos, e é por isso que precisamos verificar qual é a qualidade do dado. E aí é a minúcia, é o detalhe, é o aprofundamento. E a nossa preocupação na Unesp é justamente pensar menos na responsabilidade social e mais na construção de uma política pública que seja efetiva para a universidade. No que diz respeito à questão que você apresenta, Lucilene, nós pensamos, aquilo que o Jucélio traz é um fato, a Bahia, o Maranhão tiveram um tremendo retrocesso. Porque você faz uma lei chapada, perdendo de vista, portanto, a dinâmica social e a pluralidade, a diversidade presente no país. Então, foi um problema grave. No que toca à questão do Rodrigo, que já falou no combate ao racismo, no cumprimento das metas, na transparência, mas você coloca uma questão que é importante, Rodrigo. A permanência estudantil está vinculada também à questão de pensarmos como nós estabelecemos permanência estudantil para além do que já existe. E nós não precisamos e nem podemos pensar em um programa de tutoria para esses alunos. Nós precisamos pensar em um programa de tutoria para toda a universidade. E um programa de tutoria para a universidade como um todo não significa você eleger A, B ou C. Significa estabelecermos cultura acadêmica para todos. Então, significa avançarmos para além daquilo que já temos. E a questão toda sobre aquilo que nós estamos pensando é: qual é o impacto social? Qual é o impacto na comunidade causado por aqueles que entram pelo sistema? O dado que nós trazemos, de que apenas 19 mil prestam o vestibular da Unesp, significa que nós não temos construído nessa população a expectativa de fazer o vestibular. Essa população está desesperançada, não há professores na rede de Ensino

Médio que digam para o aluno que ele pode. Então, nós precisamos construir mecanismos para trazer essa população, indo lá. Não trazer essa população fazendo as nossas feiras de profissões no *campus*, sem que ninguém conheça aquilo que nós conversamos há cerca de 10 anos na UFSCar, que é a dificuldade tanto do aluno da Unesp, em Araraquara, quanto daquele da UFSCar de adentrar ao *campus* da universidade. É um mito, um tabu, uma redoma que ninguém quer acessar, porque não sabe que pode acessar. Então, nós precisamos quebrar isso, e é o nosso papel fazer isso, mais do que como professores universitários, na qualidade de agentes públicos e, portanto, políticos. Maria Helena, quando você fala das universidades do estado de São Paulo, exclua a Unesp. Então, só para que nós possamos pensar, o que a USP e a Unicamp estão vivenciando nós já, bem ou mal, superamos. Só para que nós possamos ter um dado — eu não gosto de dado, mas já que é preciso, em uma necessidade como esta, pela tua provocação —, na Unesp entraram, no vestibular de 2013 para este ano de 2014, 1.134 estudantes. Destes, 15% da universidade, e nessa proporção você tem também a construção dos PPIs. Isso chega hoje na universidade a 600 pretos e pardos que entram pelo sistema. Isso vai dar em torno de 50% desse universo dos pretos, pardos e indígenas [PPIs], ou seja, compreendendo o percentual de 15%. É isso que eu estou dizendo, está baixo. Então, nós vamos ter que chegar nesse processo, nesse caminho. Então, o que você tem hoje, na Unesp você não tinha, essa população. Não tinha. Tem subido, mas está muito longe. Ainda está muito longe. Nós precisamos avançar e muito. O importante é o que nós já conseguimos. A nossa provocação à USP e à Unicamp é para que coloquem o sistema para funcionar, e depois nós vamos ajeitando. O que não dá é esperar o mundo ideal chegar para depois implementar.

PARTE IV

CONFERÊNCIA: POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DEMOCRACIA E CONHECIMENTO DO BRASIL

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Possui graduação pelo Institut d'Etudes Politiques d'Aix-en-Provence (1970), doutorado em Histoire Moderne et Contemporaine – Université Paris-Ouest Nanterre la Défense (1986) e livre-docência em História Econômica pela Unicamp (1994). Pós-doutorado pela Universidade de Paris IV Sorbonne (1995-1996). Foi professor adjunto no Instituto de Economia da Unicamp (1986-1999); pesquisador sênior do Cebrap (1986-1999); e professor associado pela Université de Paris-Sorbonne (Paris IV) (1999-2000); professor catedrático de História do Brasil pela Université de Paris-Sorbonne (2000-2014); professor pela Paris-Sorbonne University Abu Dhabi — UAE (2008, 2009 e 2010); Andrew W. Mellon Senior Researcher Fellow pela John Carter Brown Library, Brown University (2002 e 2004); professor visitante pela Universidad de Salamanca (2008 e 2011); professor visitante pela University of Massachusetts Dartmouth (2012); professor emérito pela Université de Paris-Sorbonne (2014); e professor convidado pela Escola de Economia de São Paulo — FGV (2010-2013). Atualmente é professor titular da Escola de Economia de São Paulo — FGV.

EU VOU começar com alguns dados brutos que às vezes nos escapam. E, aliás, eu queria imediatamente falar, porque eu estive envolvido na criação da Cátedra Edison Carneiro, da Unila [Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. No mês passado foi criada uma cátedra de estudos afro-latino-americanos, que tem o nome de Edison Carneiro, e eu tive a honra de ser convidado como fundador, o que me obriga a propor um programa, uma cerimônia lá na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o Rodrigo Bonciani e a Janice Theodoro estavam envolvidos nisso também. Eu estou baseado nos números do *Transatlantic Slave Trade Database*. Isso é uma coisa básica agora, e eu vejo no Brasil que isso não está muito claro, quem quiser discutir sobre tráfico negreiro tem que olhar Slave Voyages [www.slavevoyages.org], é um *site* livre, foi organizado por duas gerações de acadêmicos consolidando um trabalho de 250 anos de fontes estatísticas, desde as três CPIs inglesas sobre o tráfico em 1940. Há dados quantitativos, a informática permitiu que se fizesse esse banco de dados, e esses dados estão disponíveis. De modo que começar a citar número do tráfico negreiro sem antes olhar lá, já está reprovado ali na primeira fala, não dá nem para começar a discussão, senão não acaba nunca.

A história não é uma ciência, mas ela deve ser estudada cientificamente, e cientificamente é ir às bases. Quem quiser apresentar outros números e não acreditar naqueles, que faça um trabalho e apresente. Agora, não adianta dizer: "Ah, isso é tudo, não sei o que...". Vem de onde? Vá lá ver o trabalho de dezenas de pesquisadores de ponta e não só de historiadores, porque teve geneticista, teve geógrafo, teve demógrafo envolvido nisso, teve gente que sabe história marítima, e resulta nesse trabalho. O Brasil recebeu 43% do tráfico negreiro. Os Estados Unidos receberam 500 mil, o Brasil recebeu 4,8 milhões, é o campeão absoluto de desembarque de africanos das Américas. Para vocês terem uma ideia, como era uma operação comercial, os dados são precisos. Não se sabe quantos imigrantes europeus chegaram, não se sabe quantos índios havia, mas sabe-se quantos africanos chegaram, porque eles estavam em um circuito mercantil, por isso há

essas estatísticas exatas. E o que se sabe de aproximativo sobre a chegada dos portugueses dá um total de 600 mil até 1850, lição número um das escolas brasileiras a partir dos 12 anos. Entraram oito vezes mais africanos que portugueses no Brasil até 1850.

Este é um país de colonização afro-portuguesa, eles fazem parte também da colonização, embora sejam os próprios colonizados, é o paradoxo do escravo envolvido nesse processo. Paradoxo maior que existe, por exemplo, no Haiti, que é a única revolução de escravos vitoriosa, e funda-se a primeira república negra em 1804, que foi discriminada no século XIX inteiro pelos independentistas latino-americanos, por todos, fora Bolívar no começo, mas por todos os movimentos pró-latino-americano. País que nunca foi visitado por um presidente francês, sendo o único país independente francófono fora da França antes da Segunda Guerra Mundial, por isso que o francês virou língua oficial da ONU. O Nicolas Sarkozy só foi lá quando houve o terremoto, por causa do trabalho das empreiteiras e tal, e ainda chegou com sapato de crocodilo, ficou meia-hora e foi embora, porque o Barack Obama tinha estado lá. Bom, essa é a realidade do Brasil.

O que é o Brasil desde 2010? O país em que a maioria da população brasileira se autoidentifica como afro-brasileiro, a maioria da população brasileira é negra. Como? Quando? Como antes de 1850, nós voltamos à situação antes de 1870, provavelmente porque a imigração apagou isso durante 100 anos e voltou ao que era antes, não é? É o país também que tem a maior costa atlântica, e nós estamos em uma situação em que a África, no final do século XXI, a África subsariana, vai ter um terço da humanidade, um homem em cada três vai morar na África subsaariana. A Nigéria ultrapassa a China e vira o segundo país do mundo mais populoso, se não estourar no voo, porque é um país em conflito, como vocês veem no noticiário, com esse norte islamizado e o sul cristão, onde está Boko Haram, que é dado aqui como um movimento jihadista, mas é um movimento nacionalista. Então, pode haver uma ruptura dentro do país, pode estourar; se não estourar, talvez ultrapasse a população da China. Luanda será uma grande metrópole lusófona, e o Brasil tem a maior costa atlântica do mundo,

com 8.000 km. O país está, então, totalmente virado para a África, para um continente que está em pleno *boom*.

E a América Latina é um conceito evanescente, em fragmentação. Por quê? Porque o México está engolido já pelos Estados Unidos, é a Nafta (North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte--Americano de Livre Comércio); no Pacífico, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Canadá e os Estados Unidos, em um Pacto do Pacífico, em que a China está no meio. Então, a América Latina, ao lado da América do Sul, ao lado do Pacífico, já tem um ímã muito mais forte, que atinge até aqui o Mercosul (Mercado Comum do Sul), porque agora há uma querela entre Argentina e Uruguai, por causa do desembarque da soja que desce o Paraná, que vem do Paraguai, que os argentinos querem atrair para Buenos Aires e os uruguaios, para Montevidéu, já está um conflito entre os outros países. Então, você tem situações muito díspares.

A Bolívia tem um perfil étnico inverso do Brasil; aqui a maioria da população é afro-brasileira e temos 0,7% de ameríndios, de índios. Na Bolívia, há 0,2% de afrodescendentes e 53% de ameríndios. A relação deles com a África não é igual à do Brasil, não pode ser, atualmente já há 35 embaixadas brasileiras na África e 32 na América Latina. Esse é o Brasil de hoje, é o Brasil de amanhã; então, quem dá história da África está dando história de uma unidade mais ampla, que é uma coisa que eu tenho insistido com sucesso duvidoso: é preciso estudar a história do Atlântico Sul como se estuda a história da América Latina. O Atlântico Sul tem um passado, coisa que a América Latina não tem, porque até o século XIX tem a coisa do Rio da Prata, mas o Brasil era uma monarquia de costas viradas para todo o resto, era isolado. Isso começou a vir quando houve a proclamação da República, é pan-americanismo dos juristas e há um passado africano que agora, depois da independência dos países africanos e, sobretudo, dos países lusófonos, se restabeleceu.

Eu sou da geração ainda que para chegar à África do Sul tinha que ir a Londres, depois a Cape Town e a Maputo; hoje mudou isso tudo. Quer dizer, vai-se a Angola em 7 horas, Cabo Verde está a três horas

de Fortaleza, três horas e meia, e vêm aviões trazendo sacoleiras lá de Luanda, que compram na rua 25 de Março e levam roupas da novela que vai passar o episódio seguinte lá. E há uma imbricação muito grande. Evidentemente só vai mudar radicalmente no dia em que nós atrairmos para dentro desse Atlântico Sul quem? A África do Sul. A África do Sul tem uma vida acadêmica totalmente enredada na rede britânica, não é nem americana, e é muito difícil entrar lá, eu tentei várias vezes e é muito complicado. Mas o fato é que há um universo em constituição.

O Atlas of the Transatlantic Slave Trade, do David Eltis e do David Richardson, não toma em conta nas estatísticas o tráfico inter-regional, eles só têm os fluxos diretos. E houve um contrabando da Bahia e do Rio para o Rio da Prata, além de um tráfico direto da África. Então, você tem quatro redes de tráfico, não três como eles dizem: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O Rio foi o maior porto negreiro das Américas e Luanda foi o maior porto negreiro da África. Eu sempre, quando vou a Portugal, digo: "Portugal deve ter algo a ver com isso", já que os dois foram ex-colônias portuguesas e falam português. Eles não gostam nunca disso, não acham graça. Além do Rio, Bahia e Pernambuco, e o Maranhão e o Pará, que estão ligados na Senegâmbia. E Moçambique é ligada só no século XIX ao Rio de Janeiro; quase 250 mil vêm, no século XIX, em uma entrada muito tardia.

Se você pegar o fluxo bruto do tráfico, quando a Inglaterra e os Estados Unidos saem do tráfico, o Brasil engole o tráfico inteiro no século XIX. O tráfico africano inteiro vai desembocar no Rio de Janeiro. Essa é a realidade histórica brasileira, essa é a realidade histórica desse espaço, do passado e do presente. Isso virou uma parada geopolítica em 2008 por causa do pré-sal. O Brasil tem uma política ativa, toda a Marinha de Guerra da Namíbia é formada no Rio de Janeiro, nas academias navais brasileiras, já há uma política muito ativa em relação à África, por isso é que não se discutiu política externa na campanha eleitoral, nem a Dilma Rousseff. Esses dados não têm nenhuma relação, só o Rubens Barbosa que tinha que

voltar para a relação bilateral que era o futuro soi-disant ministro do senador e candidato à Presidência Aécio Neves. Como relação bilateral? Negociar com os Estados Unidos e abrir mão das 35 embaixadas que se têm na África? Negociar com a União Europeia e abrir mão dessa entrada que se tem lá, essa presença e essa realidade? Quer dizer, até esse tipo de coisa; eu acho que a clivagem principal era muito mais nítida na política externa do que até na economia e isso não foi debatido.

Diante dessa realidade, houve avanços e atrasos. Eu queria lembrar, durante a Constituinte, quando o Celso Furtado era o Ministro da Cultura, eu era muito ligado a ele, fui várias vezes a reuniões em Brasília, porque estava sendo fundada a Fundação Palmares. Nesse momento eram os 100 anos da Abolição, vocês lembram, não é? Teve aquela movimentação toda, o congresso da USP, a Unicamp e tal. E o Carlos Moura, que era o assessor do Celso Furtado para os assuntos afro-brasileiros, dos afrodescendentes, estava tentando criar um bloco parlamentar de negros na Constituinte. Porque havia vários blocos parlamentares pró-indígenas, pró-terra, reforma agrária, tinha um bloco pequeno e ativo dos cadeirantes e para reformar prédio público e tal. Ele não conseguiu. Porque, unindo o Senado e a Câmara, eu acho que tinha uns 600 membros, todos na Constituinte. Ele não conseguiu cinco ou seis que dissessem: "Eu sou negro e vamos fechar aí e formar um bloco". Ele não foi adiante para ter direito a uma sede lá e tentar se mexer. Então, quando eu comecei nos anos 1970 a estudar Angola nos arquivos de Lisboa, porque estava a guerra civil, o único brasileiro — porque há os registros lá de trás que eu vi — era o José Antônio Gonçalves de Melo, que havia ido fazer a biografia do João Fernando Vieira uns anos antes. Não havia nada no Brasil. África não era assunto, isso há 30 anos.

Outro dia eu estive lá, está cheio de brasileiros estudando África, dizem que é porque é um jeito de pedir bolsa para ir para Portugal, porque os arquivos só existem lá. Mas, enfim, é um avanço, os avanços foram muito importantes, e esse que a Sílvia falou do Supremo eu acho que foi o avanço principal, porque isso foi muito debatido.

Aliás, a UnB estava sendo atacada, e as universidades federais tinham direito de se apresentar como *amicus curiae*, que é uma forma jurídica que permite associações do mesmo gênero de participar da defesa e faltou a Universidade Federal da Bahia no debate. Tinha o reitor da Universidade da Amazônia, que defendeu a cota para indígena, e o da Bahia não estava. Eu não estou falando aqui do que o Jocélio Teles dos Santos, da UFBA disse, porque eu respeito muito o trabalho dele na África com a Ásia e os nossos colegas todos. Mas a mobilização institucional da Bahia está sempre um passo atrás, ela tem um "lagocentrismo", como dizia o pessoal do movimento negro. "Lagocentrismo", que é um negócio do Golfo de Benim e do Golfo de Guiné, ela sempre está um pouco à parte nisso. Vocês veem que teve prefeito negro em São Paulo e não teve na Bahia ainda; o Gilberto Gil foi vereador, e olhe lá! Isso é uma coisa que faz falta, essa mobilização mais ativa da Bahia no âmbito nacional, e eu já queria dizer: se na correção a Bahia saiu perdendo e o Maranhão um pouco, faz parte da negociação nacional que isso tenha virado um programa nacional. Boris Fausto, um historiador respeitável e respeitado do Brasil, disse que achava isso de cota um "absurdo", porque ele achava que no Paraná se devia estudar a história dos poloneses e dos outros imigrantes. Quer dizer, é uma concepção que acha que os negros são imigrantes como os outros. Ora, os negros são o polo central da articulação do Brasil. Como esses números deixam claro, não é um grupo a mais, é esse o ponto a que eu queria voltar.

A discriminação dos negros e os mecanismos criados durante a escravidão, e logo depois, deformaram tanto a sociedade brasileira que a correção dessa discriminação beneficia a sociedade brasileira inteira. Essa minha fala do Supremo, se vocês tiverem a paciência de ler, ela está aí nos *sites*, o que falei foi isso: "Por isso, agindo em sentido inverso, a redução das discriminações que ainda pesam sobre os afro-brasileiros, hoje majoritários no seio da população, consolidará a nossa democracia. Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar as dívidas da história e a garantir os direitos usurpados de uma comunidade específica, como

o caso em boa medida dos memoráveis julgamentos dessa corte sobre a demarcação de terras indígenas. No presente julgamento trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia".

Alguém falou isso logo na primeira sessão de manhã e eu acho muito importante, não pode ficar restrito à política comunitária. A presidente Dilma Rousseff falou durante a campanha: "Ah, regate histórico...". O discurso vem sempre como um resgate histórico da comunidade. Não, é importante para todo mundo e não tem que entrar nesse debate demagógico e dizer: "Eu tenho um pé na cozinha", como fazia o Fernando Henrique Cardoso. Não tem pé na cozinha, eu não sei se tem, eu não quero saber, eu sei que quem açoita e quem mata um jovem negro ameaça todo mundo, ameaça a democracia no Brasil, e é isso que é decisivo e é isso que faz a força do movimento negro, é isso.

Como os liberais já achavam no século XIX, era a política do Nabuco no momento mais radical dele, e era política até do Evaristo da Veiga, que era um conservador avançado, em 1830, na Aurora Fluminense. Quem quer africanizar o Brasil é trazer o Brasil para a tirania dos senhores e dos fazendeiros, é isso que eles viram, um reforço do autoritarismo. E o *Homestead Act*, durante a Guerra Civil Americana, que faz a reforma agrária americana, é um ato de guerra e é considerado assim pelos fazendeiros do sul dos Estados que estavam em guerra com a União. A reforma agrária, quebrar o latifúndio é um elemento fundamental.

Então, era isso que eu queria aqui neste encerramento. Foi muito interessante lembrar a importância, não se trata da promoção dos libaneses, dos descendentes de italianos, dos japoneses que podem ter sido discriminados aqui e lá, trata-se de virar o jogo da sociedade brasileira. Em certa medida, um pouco como aconteceu com a África do Sul, porque você tem uma maioria demográfica e cultural que é uma minoria política, é isso que tem que ser invertido. E o que há como perigo? Há perigo sim, a lei não garante a permanência.

Aliás, essas leis todas, estão em um universo de 10 anos. A lei que exige os 20% de negros em concurso público, que é de maio de 2014,

está nitidamente escrita há 10 anos, e mesmo no Supremo o debate ficou subjacente. Vejam bem que é o Supremo mais dividido da história do Brasil. Eles são 11 ministros, mas votaram 10, porque o ministro Dias Toffoli já se havia manifestado a favor como Advogado Geral da União, em 2012, então não participou do voto. Mas os 10 votaram, inclusive o Gilmar Mendes, a favor da cota. Quando foi se tornar lei federal, o Congresso inteiro votou a favor, a Câmara, por uma larga maioria, e o Senado, salvo um voto, de Aloysio Nunes Ferreira, senador de São Paulo. Enfim, é direito dele. Mas o fato é que então houve uma grande maioria no Brasil a favor dessa lei. Esse é um debate ultrapassado, se tem gente que não gosta da cota, faz parte do debate.

A minha geração na França lutou pelo direito ao aborto, que passou em 1974; quando eu saí de lá agora, há três meses, havia uma manifestação de um milhão de pessoas contra o aborto de novo, e daí? Fazer o quê? Está na lei, eles não têm maioria para mudar, não vai mudar. Há 150 anos o Alabama quis se separar da União, foi testada a hipótese no campo de batalha, 720 mortos, depois o Alabama perdeu. Agora o Alabama quer de novo se separar porque o presidente é negro. Eu digo: "Nós temos que estar preparados para o debate político". E isso é algo que não deve ouriçar ou causar traumatismo, você vai e tem que estar preparado para essa discussão. A primeira discussão é dizer, desde os jovens até os empresários que vão fazer negócio na África e os quadros da Odebrecht e da Vale do Rio Doce que estão por lá para fazer neocolonialismo, que o Brasil é o maior país negreiro, a única nação independente americana envolvida nisso, e que o poema de Castro Alves, "Navio Negreiro", não foi feito em Buenos Aires, foi feito na Bahia, onde há, aliás, uma estátua do negreiro, Comendador Marinho, na frente do Hospital Santa Izabel. A capital negreira do Brasil tinha um santo que era o patrono do negreiro, São José da Barra, e tem uma estátua em homenagem ao grande negreiro na frente do hospital, é isso o Brasil. Não é para derrubar a estátua amanhã, vão colocar a culpa em mim, mas é para saber como se criaram ambiguidades e como se tentou apagar essas coisas, apagar esse santo, São José da Barra, da igreja da Barra; era o patrono

dos negreiros, antes de sair o navio, eles iam se benzer lá, e isso tudo é uma realidade que escapa.

Eu vejo jovens especialistas da África, um até que está em uma grande universidade fora do Brasil, há um texto dele circulando, falando: "O Brasil não tem que se preocupar com isso, porque quem fez o tráfico negreiro foram os europeus". Na ação de inconstitucionalidade das cotas, no Supremo, que foi endossada pelo DEM (Democratas) e foi feita por uma procuradora federal, em favor da qual votou Eunice Durham, que era nossa colega da USP, e a Yvonne Maggie apoiou, estava escrito que foram os ingleses que fizeram o tráfico negreiro para o Brasil. Quer dizer, tem esse tipo de barbaridade, que vai para o Supremo e ninguém discute. Então, eu acho que é preciso ensinar, as pessoas têm que cair na realidade, não se pode chegar à África ou às escolas com um discurso de ausência de democracia racial, o Supremo já disse que não tem como. Isso cria jurisprudência, a decisão do Supremo é dizer que não há democracia racial, é uma corte constitucional, de modo que se alguém lá no Chuí (RS) colocar uma ação contra cota, ela é invalidada imediatamente, porque isso virou um preceito constitucional, é uma decisão, é um ato histórico para dentro e para fora do Brasil. Porque há pessoas ainda ensinando história do Brasil aí fora com esse discurso obsoleto e desmentido pelo Congresso e pelas instituições jurídicas do país. Eu acho que isso é importante, eu queria lembrar que há ameaça.

A outra ameaça é o ataque — eu vou falar, é algo pontual, mas ele passa sempre meio despercebido — dos traficantes mancomunados com pastores evangélicos a terreiro nas favelas do Rio e da Baixada Fluminense. Eu vi uma pesquisa, há 847 terreiros no Rio, 132 já foram atacados e 430 têm ato de discriminação, jogam bombas, as pessoas vêm armadas com fuzis, "soldados de Cristo". Isso a Globo às vezes denuncia, o pessoal acha que é para aporrinhar a Record. Então, fica parecendo uma briga de monstros, o monstro da Record contra o monstro da Globo, e o assunto não estoura claramente. Mas isso é inadmissível, umas das coisas importantes dessa eleição foi trazer o debate sobre os evangélicos para o primeiro plano na candidatura da

Marina Silva, na frente ou atrás dela. Isso é importante que seja dito, que é inadmissível, que não dá certo, que é um dos problemas que o Brasil pode ter na África, porque eles vão lá dizer que isso é feitiçaria, que aquilo outro não é.

O sujeito chega 20 mil anos atrasados em uma prática cultural e começa a deitar regras e a dizer coisa que nenhum padre jesuíta português ousava fazer no século XVII, um imbecil desse vai lá e começa a decretar onde pode morrer gente. Há hoje um cretino de um pastor Isidório, deputado estadual pelo PSC da Bahia, dizendo que a seca de São Paulo é por causa da marcha *gay*, virou piada internacional, vejam no YouTube. Então, você tem esse tipo de absurdo, que tem lá nos Estados Unidos, e lá é tolerado em nome de uma variedade ampla, porque eles toleram também propaganda nazista. Aqui eu acho que isso é inadmissível, porque a maioria do país é negra, e as pessoas morrem às vezes por causa disso ainda, não é? Uma estatística também sobre a mortalidade de jovens negros de 15 a 28 anos é meio misturada, por isso eu não ia citar, mas a maioria dos mortos dessa faixa de idade é de negros. Então, é muito importante ficarmos atentos a isso e eu queria acabar por aqui, porque é uma nota que eu acho que merece atenção daqui para frente, nós estamos nessa situação. Que os quilombolas virem evangélicos, tudo bem, problema deles, pode mudar a fé quem quiser, mas que você vá em cima do que não quer e toque fogo no terreiro, isso é inadmissível, e a República é laica e não é por outra coisa que nós estamos todos aqui tentando chamar atenção sobre os problemas.

DEBATE – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DEMOCRACIA E CONHECIMENTO DO BRASIL

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Professor, eu gostaria de fazer uma pergunta; na segunda-feira passada, no Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Paulo Paim, deu um

importante passo, um avanço com relação às doenças falciformes, e eu sinceramente gostaria de ouvir a sua avaliação, eu tenho certeza de que o senhor tem conhecimento disso.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Eu não sei o que foi decidido, mas eu segui de perto esse debate porque era a Elza Berquó junto com o Marco Antonio Zago, reitor da USP — quando ele era cientista, lá atrás —, fizeram um trabalho pioneiro mostrando que havia um marcador genético que atingia mais os afro-brasileiros com essas doenças e que era preciso um trabalho de prevenção específico. Esse é o princípio, a França, por exemplo, não tem estatística étnica, isso que é um traumatismo.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Se o senhor me permite, o que foi aprovado foi o protocolo para o procedimento, protocolo médico no SUS, porque, segundo os depoimentos dos médicos que fizeram parte dessa plenária, a cura é pelo transplante da medula óssea. Esse protocolo, que a partir de agora será executado pelo Sistema Único de Saúde, dentro de tudo isso que o senhor traz aqui, a história, eu acho que é um passo importante que nós estamos dando; simplesmente, para colocar uma contribuição propositiva nesse debate, para contrapor a essa história que o senhor colocou muito bem, que é a degradação, a destruição de cultos dos negros do Rio de Janeiro. Eu não estou desfazendo nem desconsiderando a sua palavra, muito pelo contrário, eu apoio totalmente.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Não, não. Mas as práticas aliadas, eu digo, destruir um templo de candomblé, o que for, ou de umbanda, é ilegal. Quando o papa morreu, o João Paulo II, o Lula levou os ex-presidentes e levou um rabino, um pastor protestante, um padre católico e convidou uma mãe-de-santo, só que ela nunca tinha viajado de avião e, quando veio aquele escarcéu todo atrás dela em televisão e tal, ela se assustou, passou mal e não foi. Mas há uma ideia de respeitar a religião africana. Eu, aliás, queria dizer um segredo, que eu estou tão velho que quando houve o golpe em Brasília, em 1964, eu estava

entrando na universidade, e o fato é que a Catedral de Brasília foi pensada lá atrás pelo Niemeyer como lugar de culto aberto, como se diz isso? Ecumênico; não era catedral católica, não. Aí veio Juscelino Kubitschek e tal, a Igreja Católica jogou pesado e virou catedral, mas não era não, era um lugar de culto ecumênico. Aliás, é interessante resgatar isso, eu espero que um dia volte a ser. Eu sou ateu, mas isso é outra coisa.

SILVIA LARA – Eu tenho uma pergunta. A minha sensação é que, olhando nos últimos 10 anos pelo menos, nós temos uma mudança muito grande em termos da sociedade brasileira. Eu acho que há uma série de temas que aparecem mais e uma presença da população afrodescendente muito mais evidente na propaganda, na novela, até mesmo nas universidades, não é? Há certos passos importantes, como esse da decisão do Supremo. Até 2009 uma série de argumentos ainda se levantava, até mesmo "não é inconstitucional", não é. Eu queria que você pudesse falar, talvez, dessa diferença; para quem trabalha e lida com essas questões há 20 anos, nós temos um avanço grande. Alguém falou que o racismo saiu do armário, e eu acho que essa é uma questão que, ao mesmo tempo em que me parece uma mudança positiva da sociedade em geral de lidar, de pensar políticas públicas, de ter resultados, você tem uma reação também; há uma reação mesmo, do grito no estádio de futebol, do professor que fala, então isso aparece mais porque a sociedade está atenta, mas isso também é algo que é mais violento. O racismo, no caso do Brasil, o que eu entendo de sair do armário é que a agressividade deixa de ser por baixo do pano, sem ser dita, ela é expressa. E eu acho que é uma reação também maior de retranca em relação às políticas públicas, trazendo um pouco para nossa realidade, não é à toa que o berço das escolas de elite do Brasil seja das que jogam mais na retranca em relação a essas políticas. Eu queria um pouco mais.

MARIA HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO – Falando em tudo isso, vamos pensar no recém-redivivo preconceito contra os nordestinos,

que obviamente tem um fundo ético racial, que reapareceu virulentamente, sobretudo em São Paulo, de uma maneira acachapante. Aquela moça, Regina Pimenta, que escreveu no *Facebook*, aí correu na mídia: "Eu espero que os nordestinos, que os seus filhos morram de desnutrição e nasçam anencéfalos e que o ebola entre no Brasil pelo Nordeste para que eles morram". Nos dias seguintes à reeleição da Dilma, o *site* da Polícia Federal não conseguiu mais receber denúncias de racismo contra os nordestinos porque o *site* explodiu, travou devido ao número de denúncias. Então, ao mesmo tempo em que nós temos uma nova conscientização a respeito do que se fala sobre negros, outras categorias começam a surgir como o alvo desse tratamento. Eu acho que em São Paulo isso é muito sério e está aí.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO – Vou voltar para os Estados Unidos, que a coisa sempre se compara à França. Quando acabou *E o vento levou*, teve a estreia em Atlanta, os atores negros não puderam ir à estreia do filme, vocês lembram, não é? Todo mundo viu, era o incêndio de Atlanta. Os atores negros, tinha a Anabela e a outra, a babá, não puderam assistir à estreia do filme, porque a Georgia tinha discriminação racial e não as deixaram entrar, elas ficaram na porta. Elas não reclamaram, a reclamação no sul começou a aparecer, com placas *for whites only*, quando a militância foi tentar aplicar a decisão da Corte Suprema contra a discriminação, isso é o que se suscita. Na França o voto da extrema direita polarizou, porque o direito europeu integrou 15 países, hoje são 28, há uma dupla cidadania quando se é europeu. Você é português, francês ou belga, você é também um europeu, tem um tribunal que julga e a lei é superior à lei francesa. Então, isso atiçou a extrema direita, a soberania nacional vai para o espaço e isso não é bem percebido aqui, "ah, a extrema direita da Europa." Porque eles estão, pela primeira vez na história, sem guerra, por meio de um pacto, criando um país novo, que é a União Europeia. Então, eu acho que tem uma dinâmica quando se diz "saiu do armário", é porque esse pessoal está irritado com a política de cota, está irritado com tudo, com esse tipo de nova classe média,

com esse tipo de todo nordestino e tal. Eu acho que até está irritado por ter presidente mulher, e eu vou colocar meu boné de curioso de Ciência Política, porque é o seguinte, nessa eleição pela primeira vez o PT (Partido dos Trabalhadores) teve mais voto entre as mulheres, pela primeira vez, historicamente, na eleição presidencial, teve mais mulheres votando no PT do que no adversário. O total de 46% das mulheres entre 18 anos e 25 anos — eu tenho discutido isso com os colegas da FGV, que entendem desse negócio — não votavam no Aécio de jeito nenhum. Foram dizer: "É porque ele chamou ela de leviana e no Nordeste leviana quer dizer mulher desonesta". Não é verdade, não, porque foi aqui também, foi no Brasil inteiro. Leviana quer dizer leviana, que não é séria, não é que quer dizer que é vagabunda ou o que for. Diziam: "Ah, o Aécio devia ter um linguista com ele". Não é isso. Foram as mulheres do Brasil inteiro que votaram. E eu tenho para mim que isso tem um rescaldo dos insultos inauditos que foram berrados das travessas mais caras dos estádios contra a presidente Dilma na abertura da Copa, ficou um rescaldo dessa coisa. E segundo o Mauro Paulino, que é diretor do Datafolha, o voto feminino desde 2010 antecipa a evolução do voto masculino nas sondagens. Quando as mulheres vão em uma direção, os homens vão em seguida. Então, você tem uma dinâmica totalmente nova, eu espero que alguém sedimente esses dados. A situação é comparável à questão do movimento negro, porque, quando foi introduzido o voto feminino, o argumento era o mesmo: "isso vai tumultuar as famílias", "as famílias estão em paz, vai criar dissensões". Havia mulheres que eram até contra esse negócio. Depois foi dado só para as mulheres que eram funcionárias públicas, em 1934, depois foi estendendo e isso virou, desembocou nessa realidade. No mundo inteiro, o voto feminino era conservador, na Europa foi o De Gaulle que deu a liberação, a direita mais ilustrada, e na Itália foi o De Gasperi. E isso virou o jogo bem mais tarde, as mulheres começaram a votar como os homens, na mesma proporção. Eu acho, então, que há um movimento profundo. Às vezes vem de fora. Aquela torcedora do Grêmio que chamou o jogador de macaco vai pegar cadeia, isso é inédito também

no Brasil. O Pelé, até em um ato falho, disse: "Eu já ouvi isso muito, não devia dar bola". Aí o Juca Kfouri escreveu: "Se ele tivesse reclamado, não teria acontecido com o Aranha agora". E o fato é que aquilo não é daqui, é da Fifa, a Fifa já avisou todas as federações do mundo para serem intoleráveis com ofensa racista. É igual o negócio da Alstom, da corrupção, não foi daqui, veio de fora, mas ajuda. Teve outro dado também, um indivíduo bêbado que atropelou e matou duas pessoas foi condenado a 92 anos, isso não existia no Brasil; eu acho que isso deve ser juntado a um movimento civilizatório geral; aprovação unânime das cotas no Congresso é uma consciência do país de que é preciso melhorar. Eu acho que nós estamos indo para melhor, já avançamos muito. E tem que consolidar para avançar, eu acho, isso que é importante, consolidar e avançar.

WILMAR ROCHA D'ANGELIS – Professor Alencastro, obrigado por poder ouvi-lo, gostei muito de tudo o que eu ouvi. Eu queria fazer uma observação agora, que não é bem da sua fala, mas tem relação com coisas que nós falamos aqui hoje e discutimos. Falou-se bastante e algumas vezes se fizeram ponderações com respeito à posição da Reitoria e eu acho que é importante nós cobrarmos a posição da Reitoria, e não tenho nenhuma relação com a Reitoria, mas chamar atenção para algo que o professor Edmundo falou, não necessariamente apoiando ele, mas no sentido de que é importante nós lembrarmos que existe o Consu e existe a Câmara da Comvest, nesses lugares as coisas param e não é necessariamente dizer que é o reitor que está parando, eu não estou defendendo o reitor, nem o conheço pessoalmente, só estou pensando em termos de qual estratégia temos que pensar para mudar a universidade. E para mudar as posições na nossa universidade? O pior de tudo é que eu acho que o Consu é o lugar mais difícil de a gente tratar. Então, eu acho que eventualmente é mais fácil nós conseguirmos em instância da universidade — não sei se a professora Laura está aí ainda —, apoio em algumas instâncias da administração para começar a construir espaços, não só este espaço de discussão aqui, mas espaços maiores de interferência na universidade para construir

novas mentalidades. E um dia acho que isso talvez atinja inclusive o Consu, que é onde essas decisões acabam sendo tomadas, no Consu, na Câmara dos Vestibulares. Então, nesse sentido, só de dizer o seguinte, vamos pensar em estratégias para mudar a universidade, porque também já fiz movimento estudantil, a vontade que nós temos é só chegar e xingar os caras etc. É bom às vezes, mas o objetivo nosso é conseguir mudança ou é dizer que nós somos mais radicais que os outros, que somos melhores? Se é para conseguir mudança, nós temos que estudar estratégias, e quais são os lugares onde temos que penetrar, ou enfim, batalhar, ou mudar inclusive representantes quando for possível, eleger pessoas, enfim... Eu sei que há momentos aqui em que o próprio movimento estudantil às vezes se confunde na hora de fazer uma eleição, por exemplo, em uma direção de instituto, e acaba eventualmente não elegendo pessoas que poderiam lutar e ser membros relevantes no Consu. Também o movimento estudantil participa lá, não é? E no movimento docente é a mesma coisa, quer dizer, a mesma dificuldade de você encontrar uma organização, por exemplo, para construir grupos como esse que o senhor falou, com relação ao Congresso Nacional, a dificuldade na Constituinte de constituir um grupo em favor da questão negra, às vezes a dificuldade de fazer isso no movimento docente, por exemplo, no corpo docente, de construir um grupo além do movimento estudantil, das cotas e tal. Bem, é só para pensarmos em táticas e estratégias políticas que sejam eficientes e não apenas estratégias de algum confronto, algum bate-boca às vezes. É importante dizer as coisas, claro, em todo lugar, mas também construir estratégias de mudanças dos espaços, de ocupar os espaços, de ganhar espaços.

Uma realização do Fórum do Fórum Pensamento Estratégico (PENSES) da Unicamp, Fórum Inclusão e Diversidade, ocorrido em Campinas (SP) em 13 de novembro de 2014, reuniu acadêmicos, movimentos sociais e autoridades governamentais para debater experiências e políticas de inclusão social implantadas nas instituições brasileiras, com especial atenção às demandas das universidades públicas paulistas. Esta publicação traz a íntegra das palestras com a proposta de estimular a discussão e auxiliar na formulação de políticas públicas.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98612-45-4
9 788598 612454